



UNIFACS
UNIVERSIDADE SALVADOR
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES*

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

CLEBSON LOURENCO COSTA

**DINÂMICA ESPACIAL E QUALIDADE DE VIDA NO BAIRRO DE CASTELO
BRANCO EM SALVADOR – BA: IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS ENTRE 1970
– 2015**

Salvador
2018

CLEBSON LOURENCO COSTA

**DINÂMICA ESPACIAL E QUALIDADE DE VIDA NO BAIRRO DE CASTELO
BRANCO EM SALVADOR – BA: IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS ENTRE 1970
– 2015**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano. Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS - Universidade Salvador, Laureate Internacional Universities, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Licks Almeida Silva.

Salvador
2018

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate Internacional Universities.

Costa, Clebson Lourenco

Dinâmica espacial e qualidade de vida no bairro de Castelo Branco em Salvador – BA: implicações socioespaciais entre 1970 – 2015 / Clebson Lourenco Costa. – Salvador, 2018.

145 p. : il. ; 30 cm.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano. Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS - Universidade Salvador, Laureate Internacional Universities, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Licks Almeida Silva.

1. Espaço urbano . 2. Qualidade de vida urbana. I. Silva, Ana Licks Almeida, orient. II. Título.

CDD: 307.76

CLEBSON LOURENCO COSTA

DINÂMICA ESPACIAL E QUALIDADE DE VIDA NO BAIRRO DE CASTELO
BRANCO EM SALVADOR – BA: IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS ENTRE 1970 –
2015

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano. Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate Internacional Universities, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Ana Licks Almeida Silva – Orientadora _____
Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia - UFBA
UNIFACS - Universidade Salvador, Laureate Internacional Universities

Márcia Maria Couto Melo _____
Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia - UFBA
UNIFACS - Universidade Salvador, Laureate Internacional Universities

Silvana Sá de Carvalho _____
Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe - UFPE
Universidade Católica do Salvador - UCSAL

Salvador, 04 de abril de 2018.

Dedico para meus pais Everaldo Machado Costa e Denize Lourenço Costa, ambos que nos deixaram antes do tempo e que apesar de não terem vivido o espaço acadêmico, tinha em seus lindos gestos e conselhos a força para me jogar pra frente e a sabedoria ao afirmar em muitos momentos que estão gravados na minha mente: “meu filho, somente o estudo vai tornar você um homem livre”.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer a pró-reitora da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate Internacional Universities, a professora Carolina de Andrade, Spinola, pelo apoio e incentivo em vários momentos para participar do PPDRU.

Ao coordenador e professor do PPDRU Laumar Neves de Sousa, por sua disponibilidade, cordialidade e orientação sobre o programa.

Em especial, agradeço à minha orientadora a professora Ana Licks Almeida Silva, por escolher ao meu projeto e, com seu olhar cauteloso, crítico e direto, ter sido fundamental para à conclusão desta dissertação.

Em seguida, ao PPDRU/UNIFACS, com seus professores e funcionários, com destaque para a professora Regina Celeste de Almeida, pessoa que tenho uma enorme gratidão por acolher a mim nos primeiros passos até a aprovação na seleção do mestrado em 2015.2, ao Prof. Msc. Andersom Gomes de Oliveira - UNIFACS pelo incentivo, motivação e contribuição junto a CONDER e a secretária Gilsa Batista, pela paciência, disponibilidade e atenção.

A todos os professores do PPDRU, muito obrigado pela colaboração com minha formação ao compartilharem suas observações, críticas e sugestões, durante o curso, em especial as professoras Márcia Maria Couto Melo e Silvana Sá de Carvalho que contribuíram de forma específica para a conclusão do trabalho final e fizeram parte desta banca avaliadora.

À FAPESB - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, pela concessão da bolsa de estudo, cujo apoio foi essencial para a conclusão da pesquisa.

Aos meus amigos Gláucio Moreira Vasconcelos, Jorge Ubiratan de Almeida e Wheliton Chiang Shung por compartilharem ideias na busca contínua pela evolução do conhecimento, numa profissão condenada a esperança e de dias melhores que é ser professor.

Por fim, aos meus amores e razão da minha caminhada, minhas irmãs Guiomar Lourenço Costa e Karina Lourenço Costa, a todos os meus familiares pelo apoio e motivação mesmo que a distância, a minha esposa Patrícia Machado de Sousa, pela imensa paciência, noites perdidas compartilhando leituras, pela parceria em muitos momentos de dúvidas durante os últimos dois anos e por ter estado no momento mais difícil da minha vida, a minha sogra, Ana Maria Machado de Sousa e ao meu sogro

Irenaldo Correia de Sousa, pelas palavras de incentivo e força na hora certa, declaro meus agradecimentos. E acima de tudo isso, à certeza de que Deus é maior.

RESUMO

O presente estudo tem como finalidade identificar os principais impactos provocados pela mudança do uso do solo urbano na qualidade de vida dos moradores da primeira etapa do bairro de Castelo Branco (PECB) entre 1970 - 2015. Inicialmente, trata-se sobre o processo de produção do espaço urbano em Salvador, bem como as principais modificações urbanas e suas implicações quanto à dinâmica socioespacial em áreas de baixa renda na cidade. Dessa forma, surgem como objetivos específicos: a) Descrever a evolução urbana do bairro de Castelo Branco entre 1970 – 2015, b) Identificar as principais modificações do uso do solo urbano do bairro de Castelo Branco, c) Analisar as transformações urbanas ocorridas na área de estudo e seus impactos na qualidade de vida. Para esta etapa da pesquisa, recorreu-se ao levantamento documental em dissertações, teses e outras referências sobre a temática, em seguida, foi realizada a coleta das principais informações nos órgãos estaduais e municipais como: IBGE, CONDER, PMS, FMLF, além da aplicação de 40 questionários, a fim de obter o maior número de detalhes acerca do objeto de estudo. Por fim, foi realizada a sistematização das informações na tentativa de avaliar as condições atuais a respeito da qualidade de vida urbana (QVU) dos moradores da (PECB) e concluiu-se que embora os bairros do Miolo da cidade tenham condições gerais de pobreza e diversos traços de segregações, a formação de subcentralidades ou multcentralidades de áreas urbanas mistas (residencial/comercial) e as transformações espaciais ocorridas na (PECB) em relação a mudança do uso do solo urbano contribuíram de forma tímida para a melhoria da QVU dos moradores na área de estudo.

Palavras-chaves. Espaço urbano. Qualidade de vida urbana. Salvador. Castelo Branco.

ABSTRACT

The present study aims to identify the main impacts caused by the change in urban land use on the quality of life of the residents of the Primeira Etapa de Castelo Branco neighborhood (PECB) between 1970 - 2015. Initially, it is about the production process of urban space in Salvador, as well as the main urban changes and their implications for socio-spatial dynamics in low-income areas in the city. Thus, the following specific objectives are: a) Describe the urban evolution of Castelo Branco neighborhood between 1970 - 2015, b) Identify the main changes in urban land use in Castelo Branco neighborhood, c) Analyze the urban changes that have occurred in the study area and their impacts on quality of life. For this stage of the research, a documental survey was used in dissertations, theses and other references on the theme. After that, it was realized the collection of the main information in state and municipal organizations such as: IBGE, CONDER, PMS, FMLF, in addition to the application of 40 questionnaires in order to obtain the greatest number of details about the object of study. Finally, the information was systematized in an attempt to evaluate the current conditions regarding to the quality of urban life (QVU) of the residents of (PECB) and it was concluded that although the neighborhoods of the city have general conditions of poverty and various features of segregation, the formation of subcentralities or multicentralities of mixed urban areas (residential / commercial) and the spatial transformations that occurred in (PECB) in relation to the change in urban land use contributed in a timid way to improve the QVU of residents in study area.

Keywords: Urban space. Quality of Life. Salvador. Castelo Branco.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dimensões espaciais para análise da qualidade de vida urbana	24
Figura 2 - Mapa da localização do levantamento de campo da PECB, 2017	26
Figura 3 - Fluxograma da estrutura metodológico da pesquisa	27
Figura 4 - Mapa do uso e da ocupação do solo urbano de Salvador – BA/2016	49
Figura 5 - Os limites do Miolo na cidade de Salvador.....	53
Figura 6 - Mapa de localização do bairro de Castelo Branco e seus limites territoriais em Salvador/BA – 2017	57
Figura 7 - Conjunto residencial Presidente Castelo Branco entre 1969 – 1971	58
Figura 8 - Casas que integram a terceira etapa do bairro Castelo Branco entre 1972 – 1974.....	59
Figura 9 - Uso de material de baixa no acabamento das casas de Castelo Branco - 1983.....	60
Figura 10 - Condições ambientais de abandono no bairro Castelo Branco – 1983 ..	60
Figura 11 - Consolidação do Conjunto Habitacional Presidente Castelo Branco – 1979 – 1981	62
Fonte: Jornal A Tarde, 01/02/1983 (O BAIRRO..., 1983).	62
Figura 12 - Projeto ponta de lança Castelo Branco - 2017	63
Figura 13 - O colorido das ruas no bairro de Castelo Branco - 2017	64
Figura 14 - Tipologia socioespacial através do uso das áreas de expansão demográfica de Salvador, 2010	66
Figura 15 - Mapa de localização da área de estudo – Castelo Branco, 2010	67
Figura 16 - Dinâmica comercial de Castelo Branco, 2017	68
Figura 17 - Via principal da PECB, 2017	68
Figura 18 - Área de circulação da PECB, 2017	69
Figura 19 - Serviços diversificados, 2017	69
Figura 20 - Distribuição espacial das áreas comerciais, residenciais e mistas da PECB, 2017.....	70
Figura 21 - Escola Municipal Arlete Magalhaes, 2017	72
Figura 22 - Escola Municipal Zilda Arns, 2017	72
Figura 23 - Posto de Saúde Cecy Andrade, 2017	73
Figura 24 - Praça da rua D, 1ª etapa de Castelo Branco, 2017	73
Figura 25 - Distribuição dos principais equipamentos públicos da PECB, 2017	74
Figura 26 - Aglomerado subnormal Don Lucas, 2017	75
Figura 27 - Aglomerado subnormal Moscou, 2017	75
Figura 28 - Esgoto a céu aberto, 2017	76
Figura 29 - Carência na limpeza pública, 2017	76

Figura 30 - Ocupação urbana do bairro de Castelo Branco – Salvador – BA/2017 ..	79
Figura 31 - Casas no bairro de Castelo Branco, 2017	80
Figura 32 - Modelos das casas no início do conjunto habitacional Castelo Branco, 2017	80
Figura 33 - Ocupações mistas em Castelo Branco, 2017	81
Figura 34 - Prédio comercial em Castelo Branco, 2017	81
Figura 35 - Distribuição da cobertura vegetal de Salvador - imagens do sensor RapidEye, 2009	96
Figura 36 - Distribuição da cobertura vegetal do bairro de Castelo Branco - 2018 ...	98
Figura 37 - Mapa da Violência de Salvador Mapa da Taxa de Homicídio de Salvador – 2012.....	100
Figura 38 - Localização da PECB, 2017.....	102
Figura 39 - Lixo e entulho espalhados nas ruas, 2017	107
Figura 40 - Coleta de lixo insuficiente em Castelo Branco, 2017	108
Figura 41 - Manutenção da rede de iluminação de Castelo Branco, 2017.....	111
Figura 42 - Trocas de lâmpadas nas ruas de Castelo Branco, 2017	111
Figura 43 - Implantação de portões pela população local. Rua 3, 1ª etapa, 2017 ..	114
Figura 44 - Fechamento de ruas na PECB pela população local. Rua C, 2017.....	114

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual da população total residente por cor/raça segundo os bairros do município de Salvador – 2010 – Castelo Branco.....	71
Gráfico 2 - Condições dos domicílios do bairro de Castelo Branco, 2010	82
Gráfico 3 - Rendimento nominal médio e rendimento nominal por faixa salarial no bairro de Castelo Branco Salvador – BA, 2010	83
Gráfico 4 - Salvador: cidade mal arborizada – IBGE, 2010	95
Gráfico 5 - Distribuição da renda média mensal da PECB, 2017	103
Gráfico 6 - Nível de escolaridade do chefe de família da PECB, 2017	104
Gráfico 7 - Condições da habitação da PECB, 2017	104
.....	104
Gráfico 8 - Sistema da rede hídrica das habitações da PECB, 2017	105
Gráfico 9 - Qualidade do abastecimento residencial da PECB, 2017	106
Gráfico 10 - Limpeza pública da PECB, 2017	108
Gráfico 11 - Uso da rede pública de saúde pelos moradores da PECB, 2017.....	109
Gráfico 12 - Rede de iluminação pública da PECB, 2017	110
Gráfico 13 - Principais problemas de segurança pública da PECB, 2017.....	112
Gráfico 14 - Qualidade da segurança pública da PECB, 2017	113
Gráfico 15 - Qualidade das áreas de lazer da PECB, 2017	115
Gráfico 16 - Qualidade do sistema de transporte da PECB, 2017	117
Gráfico 17 - Principais mudanças espaciais da PECB, 2017.....	118
Gráfico 18 - Implicações provocadas pelas transformações espaciais da PECB, 2017	118
.....	118
Gráfico 19 - Resolução de necessidades básicas dos moradores da PECB, 2017	119
Gráfico 20 - Benefícios dos serviços aos moradores da PECB, 2017	120
Gráfico 21 - Principais aspectos respondidos pelos pesquisados para uma boa qualidade de vida na PECB, 2017.....	121
Gráfico 22 - Classificação da qualidade de vida dos moradores da PECB, 2017 ...	122

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da população, Brasil, Bahia e Salvador 1940 – 2010.....	40
Tabela 2 - Etapas de construção do conjunto habitacional Castelo Branco produzido pela URBIS em Salvador entre 1969 e 1979.....	61
Tabela 3 - Percentual de domicílios particulares permanentes por condição de ocupação do domicílio segundo os bairros do município de Salvador, 2010.....	82
Tabela 4 - Rendimento nominal médio e rendimento nominal por faixa salarial segundo os bairros município de Salvador, 2010.....	84
Tabela 5 - Classes sociais por faixa de salário mínimo, IBGE, 2010.....	84
Tabela 6 - População total residente acima de 15 anos, não alfabetizada, por sexo, segundo os bairros do município de Salvador, 2010.....	85
Tabela 7 - Grau de instrução das pessoas responsáveis por domicílios, por anos de estudo, segundo os bairros do município de Salvador, 2010.....	86
Tabela 8 - Síntese da disponibilidade de domicílios particulares permanentes com abastecimento de água por rede geral, 2010.....	87
Tabela 9 - Síntese da disponibilidade de domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário por rede geral, 2010.....	90
Tabela 10 - Síntese da disponibilidade de domicílios particulares permanentes com coleta de lixo por serviço público municipal, 2010.....	92
Tabela 11 - Síntese da disponibilidade de domicílios particulares permanentes com energia elétrica por companhia distribuidora, 2010.....	93
Tabela 12 - Índices de áreas verdes segundo os bairros do município de Salvador/2016.....	97
Tabela 13 - Composição da renda familiar da PECB, 2017.....	103
Tabela 14 - Sistema de transporte público da PEBC, 2017.....	116

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Av.	Avenida
Av. ACM	Avenida Antônio Carlos Magalhães
BID	Banco Interamericano Mundial
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNH	Banco Nacional de Habitação
BTS	Baía de Todos os Santos
CAB	Centro Administrativo da Bahia
CB	Castelo Branco
CEASA	Centro de Abastecimento de Salvador
CEEB	Companhia de Energia Elétrica da Bahia
CIA	Centro Industrial de Aratu
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
COPEC	Complexo Petroquímico de Camaçari
CPE	Comissão de Planejamento Econômico
CSU	Centro Social Unidos de Castelo Branco
DP	Departamento de Polícia
EMBASA	Empresa Baiana de Água e Saneamento
EPUCS	Escritório do Planejamento Urbanístico da Cidade do Salvador
EVA	Estrada Velha do Aeroporto
FAELBA	Fundação Coelba de Assistência e Seguridade Social
FJP	Fundação João Pinheiro
FMLF	Fundação Mário Leal Ferreira
hab/há	habitantes por hectare
HGE	Hospital Geral do Estado
HIS	Habitação de Interesse Social
IAV	Índice de Áreas Verdes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICEIA	Instituto de Educação Isaias Alves
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOUS	Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo
MVCI	Mortes violentas por causa indeterminada
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCEPLAN	Órgão Central de Planejamento
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PCV	Percentual de Cobertura Vegetal
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador
PECB	Primeira Etapa de Castelo Branco
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de Lei
PLANDURB	Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador
PMS	Prefeitura Municipal de Salvador
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
QVU	Qualidade de Vida Urbana
RLAM	Refinaria Landulpho Alves
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SBAU	Sociedade Brasileira de Arborização Urbana
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SIM	Sistema de Informação sobre Mortalidade
sm/mês	Salários Mínimos/Mês
SSP	Secretaria de Segurança Pública
SUCOM	Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município
UDH	Unidades de Desenvolvimento Humano
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
URBIS	Habitação e Urbanização da Bahia

ZCLMe

Zona Centralidade Linear Metropolitana

ZEIS

Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO	17
1.2 METODOLOGIA	22
CAPÍTULO 2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA PERSPECTIVA DA QUALIDADE DE VIDA	28
2.1 ESPAÇO URBANO: DINÂMICA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO	28
2.2 QUALIDADE DE VIDA URBANA	31
2.3 ASSOCIANDO A QUALIDADE DE VIDA AO ESPAÇO URBANO	35
CAPÍTULO 3 A DINÂMICA URBANA DA CIDADE DO SALVADOR: O BAIRRO DE CASTELO BRANCO	38
3.1 A EVOLUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DO SALVADOR A PARTIR DE 1970	38
3.2 SURGIMENTO E OCUPAÇÃO DA ÁREA DO MIOLO DA CIDADE DE SALVADOR	53
3.3 HISTÓRICO DO BAIRRO DE CASTELO BRANCO	56
3.4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	65
CAPÍTULO 4 MUDANÇAS NO USO SOLO URBANO E SEUS IMPACTOS NA QUALIDADE DE VIDA DO BAIRRO DE CASTELO BRANCO	77
4.1 ASPECTOS FÍSICOS ESPACIAIS E CARACTERIZAÇÃO DAS HABITAÇÕES DO BAIRRO DE CASTELO BRANCO	78
4.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO ATUAL DAS FAMÍLIAS (RENDA MÉDIA DO CHEFE DA FAMÍLIA E EDUCAÇÃO)	83
4.3 CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA BÁSICA (DISTRIBUIÇÃO DA REDE HÍDRICA, REDE DE ESGOTO, LIMPEZA URBANA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA E ÁREA VERDE/HAB)	87
4.4 CONDIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BAIRRO DE CASTELO BRANCO	98
4.5 RESULTADOS DAS ENTREVISTAS	101
4.5.1 Perfil socioeconômico dos entrevistados	102
CAPÍTULO 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS	128
ANEXO A - PESQUISA DE CAMPO - QUESTIONÁRIO	136

CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO

O fenômeno da urbanização mundial tem suas origens nos processos de industrialização ocorridos no final do século XVIII nos países centrais da Europa e que foi consolidado durante o século XIX e século XX, quando teve um período de estabilidade. Nos países emergentes, essa urbanização ocorreu de forma tardia a partir da segunda metade do século XX e de forma concentrada nas grandes cidades (LEFEBVRE, 1991).

Ao longo do século XX, esse processo de urbanização foi verificado no Brasil e passou por profundas transformações. Naquele período, o Brasil foi marcadamente influenciado pelas transformações socioeconômicas, políticas e espaciais, propiciadas pela intensificação e mudanças nas formas de articulação com a economia capitalista mundial (SPOSITO, 2004).

Vale ressaltar que, o processo de urbanização do Brasil se caracterizou pela concentração espacial da atividade industrial, favorecida pela ausência de uma rede integrada de cidades que possibilitassem uma maior expansão para novas áreas, além de uma estrutura fundiária que motivava o êxodo rural. Outro aspecto importante foi o acelerado crescimento demográfico a partir de 1970, resultado também dos avanços científicos e tecnológicos, principalmente, nas áreas da saúde e alimentação. No caso da cidade de Salvador, esses índices foram expressivos. Ocupando hoje o lugar de quarta maior cidade do país e maior do Nordeste com seus atuais 2.857.329 habitantes (IBGE, 2018), em um intervalo de cinco décadas, Salvador passou de 665,735 mil para cerca de 2,9 milhões de habitantes (IBGE, 2018).

Nesse contexto, nota-se que a relação entre o crescimento populacional e a oferta de bens e serviços coletivos nas grandes cidades brasileiras é marcada pela desigualdade que produz alguns aspectos negativos como: déficit habitacional, a carência de saneamento básico, assentamentos precários, a falta de atendimento médico/hospitalar, desemprego, aumento da violência, problemas de mobilidade urbana, deslizamentos de encostas, atingindo sensivelmente a qualidade de vida de dos moradores. Esses são problemas comuns às grandes cidades brasileiras que cresceram de forma desordenada e no contínuo processo de (re)produção do espaço urbano, como o caso de Salvador.

O processo de industrialização baiano contribuiu para o processo de expansão urbana de Salvador, que trouxe para o centro da problemática a questão habitacional e a qualidade de vida urbana, além da necessidade de se repensar o modelo de organização das cidades brasileiras. A carência habitacional e a segregação social estão longe de serem problemas específicos de Salvador, porém, estão vinculadas as questões acerca da produção do espaço urbano, a ausência de políticas públicas eficazes para os grupos de baixa renda, o que contribui negativamente na qualidade de vida e nas condições básicas de acesso aos serviços públicos nos bairros mais pobres da cidade.

Durante a década de 1970 a cidade de Salvador passou por um período de estruturação financeira do mercado de terras marcada por processos de apropriação dos melhores espaços da cidade pela elite baiana, restando as áreas periféricas para a ocupação pelos segmentos mais populares. Foi o período de participação do Banco Nacional de Habitação (BNH) na execução de projetos dos conjuntos habitacionais como parte da política nacional de habitação em Salvador na tentativa de ampliar a habitação popular, como o caso do Conjunto Habitacional Presidente Castelo Branco, objeto de nosso estudo.

A partir da década de 1980 ocorreram algumas transformações estruturais quanto à formação inicial de alguns bairros periféricos de Salvador como o bairro de Castelo Branco, no que diz respeito à oferta de serviços básicos como: mercados de alimentos, vestuário e outros, responsáveis por mudanças espaciais relevantes na área de estudo. Este cenário provocou uma dinâmica para economia local, que teoricamente, contribuíram para o surgimento de “novas” áreas comerciais no bairro, traduzindo assim, uma nova dinâmica espacial nesta área de Salvador (PMS, 1985).

Diante das pequenas intervenções do poder público tais como melhorias na iluminação, reforma da rede de saúde básica, o bairro de Castelo Branco tornou-se uma referência para áreas vizinhas como Dom Avelar e Vila Canária, face à evolução das atividades de comércio e serviços como: farmácias, redes de mercados, panificadoras, lotéricas, redes financeiras, lojas de materiais para construção, rede bancária, restaurantes dentre outros. Nessa perspectiva a valorização sócio-espacial da área. Sem dúvidas, essas articulações corroboraram para a formação do bairro de Castelo Branco em um sub-centro importante dentre outros bairros do Miolo de Salvador (PMS, 1985).

O espaço periférico da cidade do Salvador foi palco de vários projetos de habitação popular como nos bairros de Pau da Lima, Cabula e outros, porém a dinâmica sócio-espacial que impulsionou o bairro de Castelo Branco produziu alguns desdobramentos que merecem ser avaliados como: a relação entre o Estado e o planejamento urbano dos bairros mais pobres da cidade; o papel do poder público na promoção de ações para melhorar a qualidade de vida dos moradores das áreas de baixa renda dentre outros.

Dessa forma, buscou-se analisar as necessidades socioeconômicas e ambientais numa área do bairro de Castelo Branco na tentativa de promover uma reflexão acerca dos padrões de qualidade de vida da população local, considerando as principais alterações provocadas durante o processo de (re)produção do espaço urbano do bairro.

A nossa motivação ocorreu pela necessidade de ampliar os estudos relacionados à estruturação do espaço urbano em bairros de baixa renda e da qualidade de vida dos moradores locais dessas áreas negligenciadas em Salvador. Em seguida, destaco o interesse pessoal nos estudos acerca da dinâmica e produção do espaço urbano e suas articulações socioespaciais intra-urbanas nas periferias das metrópoles brasileiras, como o caso de Salvador.

Outro aspecto relevante foi à necessidade de melhorar a compreensão do processo de ocupação do Miolo da cidade e da trajetória das políticas de inserção social em Salvador, considerando os indicadores locais e suas implicações na qualidade de vida dos moradores dessas áreas, que juntos completam os principais motivadores para a realização desse projeto de pesquisa.

Dito isto, percebe-se a relevância dos estudos acerca da produção e evolução do espaço urbano de bairros populares periféricos em Salvador, da dinâmica demográfica – econômica, bem como dos aspectos socioespaciais ocorridas nas últimas quatro décadas. No entanto, quais os impactos efetivos ocorreram na qualidade de vida dos moradores provocados pela mudança do uso do solo no bairro de Castelo Branco? ou seja, como as principais implicações socioespaciais interagem, problematizam ou produzem “novos” espaços para melhorar ou não as condições socioambientais de vida dos moradores do bairro?

Diante do panorama que se forma, o objetivo geral desta pesquisa foi identificar os principais impactos provocados pela mudança do uso solo urbano na qualidade de vida dos moradores do bairro de Castelo Branco em Salvador/BA.

De maneira específica, a pesquisa pretendeu:

- a) Descrever a evolução urbana do bairro de Castelo Branco entre 1970 – 2015.
- b) Identificar as principais modificações do uso do solo urbano do bairro de Castelo Branco.
- c) Analisar as transformações urbanas ocorridas na área de estudo e seus impactos na qualidade de vida.

Para contemplar os objetivos descritos acima, dividiu-se a esta dissertação em quatro capítulos, mais as considerações finais, na tentativa de esclarecer a problemática anteriormente apresentada e que se intensifica nos temas abordados acerca da dinâmica da evolução do espaço urbano de Salvador, da mudança do uso do solo urbano em áreas de segmentos populares e suas implicações na qualidade de vida na população local.

No primeiro capítulo, foi feita a apresentação da problemática da pesquisa a partir de uma concisa abordagem sobre a urbanização e a industrialização no Brasil colocando no centro da discussão a produção do espaço urbano e suas consequências no que diz respeito à estruturação fundiária baiana, à expansão urbana da cidade do Salvador e a formação dos bairros periféricos. Tratou-se também das áreas de ocupação de conjuntos habitacionais com destaque para o bairro de Castelo Branco, sua dinâmica espacial e socioeconômica, bem como suas inferências na qualidade de vida da população local.

No segundo capítulo o foco é a compreensão do processo de produção do espaço urbano numa perspectiva histórica – temporal e suas relações com as recentes transformações do ambiente urbano. Discutiremos também sobre a concepção de qualidade de vida urbana, sua relevância e articulações para a população que vive nas cidades e suas principais implicações socioespaciais nos diferentes ambientes urbanos.

No terceiro capítulo, apresentaremos um breve histórico acerca da produção do espaço urbano no Brasil e Salvador a partir de meados do século XX, demonstrando a evolução urbana da cidade, colocando no centro da discussão a dinâmica do espaço urbano, a habitação popular e seus principais agentes e implicações socioeconômicas que contribuíram para compreender a qualidade de vida nas áreas populares de Salvador. Dessa forma, a ocupação das áreas mais afastadas das centralidades da cidade vai colaborar para o surgimento de novas tipologias e condições espaciais diferenciadas acerca da qualidade de vida em determinadas áreas de Salvador, como o caso de parte dos bairros localizados no miolo da cidade.

Foram tratados também, os critérios de delimitação da área de estudo, análise dos principais aspectos do processo de evolução da mancha urbana da área de estudo, com o objetivo de atingir os melhores resultados deste trabalho.

No quarto capítulo, foram avaliadas as repercussões dos dados e informações coletadas dos órgãos estaduais, municipais e privados, a respeito da qualidade de vida dos moradores do bairro. Posteriormente, foram avaliadas as implicações provocadas pela mudança do uso do solo urbano na qualidade de vida dos moradores da Primeira Etapa de Castelo Branco (PECB) a partir da sistematização dos dados obtidos da aplicação de questionários e entrevistas junto aos moradores da área de estudo, com a finalidade de nos aproximar das informações mais detalhadas sobre as condições socioespaciais do bairro. Além disso, para corroborar com as informações dos resultados da coleta de campo, utilizamos também os dados atualizados dos setores censitários do IBGE, da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), da Fundação João Pinheiro (FJP), da Companhia de Desenvolvimento do Estado da Bahia (CONDER), Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) e outros, como mecanismo de análise qualitativa, na tentativa de alcançar as respostas mais relevantes durante a pesquisa.

Espera-se que esse estudo possa contribuir para enriquecer a produção acadêmica e o debate acerca da produção do espaço urbano das periferias das cidades brasileiras, suas dinâmicas, transformações e permanências, principalmente em Salvador. Além disso, que possa servir para auxiliar nas discussões sobre o processo de elaboração de políticas públicas efetivas voltadas para a melhoria da qualidade de vida dos segmentos populares da cidade de Salvador.

1.2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do trabalho, fez-se necessário estabelecer caminhos estruturados em duas linhas de ação na tentativa de abordar os temas que cercam a dinâmica e produção do espaço urbano, as mudanças do uso do solo urbano e seus impactos na qualidade de vida em área de intervenção habitacional voltada para a população de baixa renda.

Vale ressaltar que, durante a fase de busca de informações ocorreram algumas dificuldades no que diz respeito à coleta de dados para compor a pesquisa, principalmente nos órgãos públicos, como a Secretaria de Segurança Pública (SSP). As informações são restritas e o acesso complexo. Os acervos da Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) não estão bem organizados, o que dificultou em parte a coleta de algumas informações acerca da dinâmica do Miolo de Salvador e da área de estudo.

Destaco também a complexidade que é fazer entrevistas e aplicar questionários em áreas de baixa renda como ocorreu nesta pesquisa. Porém, em muitos momentos fui surpreendido, ora pelo medo do que ia responder, ora pela gentileza dos entrevistados em contribuir com o seu melhor no detalhamento das informações durante as entrevistas. Apesar das dificuldades encontradas esses fatos não inviabilizaram a realização da pesquisa.

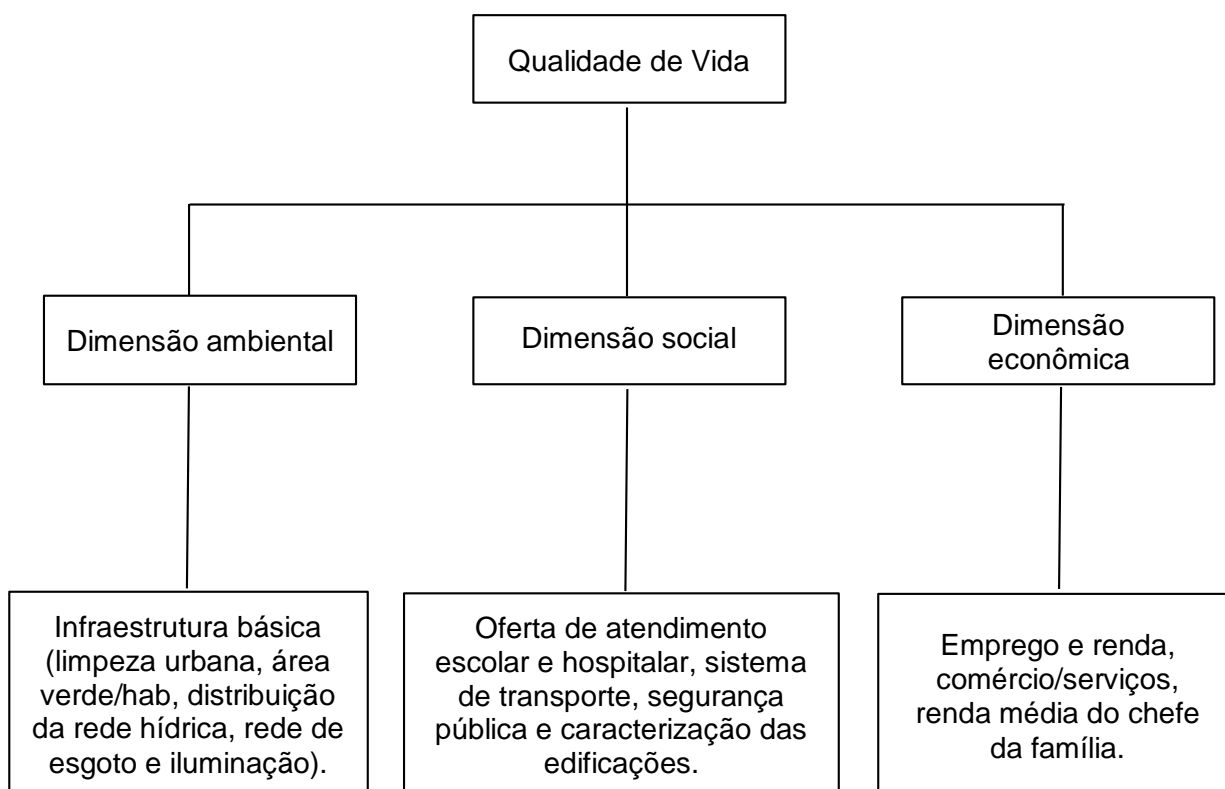
A primeira linha de ação trata de uma vasta pesquisa bibliográfica para realizar o embasamento teórico - conceitual sobre os principais temas abordados nesta dissertação. Portanto, buscamos em leituras de livros, revistas científicas, jornais, periódicos atualizados, bancos digitais de dissertações e teses das universidades, artigos publicados em eventos nacionais localizados em sites na internet, monografias de pós-graduação, com o objetivo de selecionar os principais aspectos conceituais e abordagens que contribuíram para a fundamentação da pesquisa. Após a seleção das bases conceituais, colocamos no centro da discussão os seguintes temas: a dinâmica e o processo de produção do espaço urbano de Salvador, a habitação popular e as intervenções na qualidade de vida da população dos bairros de baixa renda.

Dentre os assuntos apresentados acima, a temática da produção do espaço urbano pode ser compreendida pelo conhecimento dos autores como: Pedro Vasconcelos (2002), Milton Santos (1959, 1993), Rosali Braga Fernandes (2000,

2004), Cristóvão Brito (1997, 2005), entre tantos outros que discutem o espaço urbano de Salvador, o que colaboraram para estabelecer uma base teórica sólida a partir de uma visão crítica sob o fenômeno urbano atual. Vale destacar que, nessa etapa, a análise produzida a partir das teorias e suas contextualizações será fundamental para obtenção das melhores respostas durante a pesquisa.

Em seguida, para a análise da qualidade de vida urbana foram utilizadas como critérios qualitativos três dimensões espaciais. As variáveis serão utilizadas a partir das ideias dos trabalhadas por autores como: Maria Gabriela Camargo Mora (1996, 1999), Nahas (2001, 2005), Selene Herculano (2000), Antônio Carlos Campello (2008) e outros que analisam de forma objetiva a qualidade do ambiente urbano a partir de um sistema de indicadores socioeconômico e ambientais, na medida em que nas cidades a qualidade de vida urbana está relacionada a sua tipologia espacial. Na dimensão ambiental foram analisadas as condições de infraestrutura básica (limpeza urbana, área verde/hab, distribuição da rede hídrica, rede de esgoto e iluminação pública), na dimensão social foi utilizado a (oferta de atendimento escolar e hospitalar, sistema de transporte, segurança pública e caracterização das edificações) e na dimensão econômica o (emprego e renda, comércio/serviços, renda média do chefe da família) (Figura 1).

Figura 1 - Dimensões espaciais para análise da qualidade de vida urbana



Fonte: Elaborado pelo autor desta dissertação (2018).

Posteriormente, foi realizada a coleta de dados nos órgãos estaduais, municipais e privados, além da pesquisa de campo que apresenta um papel fundamental para o levantamento de informações e constatações na realização deste estudo. Cabe ressaltar que, para a delimitação da área de estudo foi utilizado o critério de bairro do IBGE que destaca a importância do agrupamento dos setores censitários para a análise e estruturação das informações espaciais.

A principal razão da escolha da PECB é devido à ocorrência das mudanças quanto ao uso do solo urbano durante o período de 1970 a 2015, condições significativas para compor o estudo. Desse modo, para finalizar os trabalhos dividimos esta etapa em dois tipos de pesquisa.

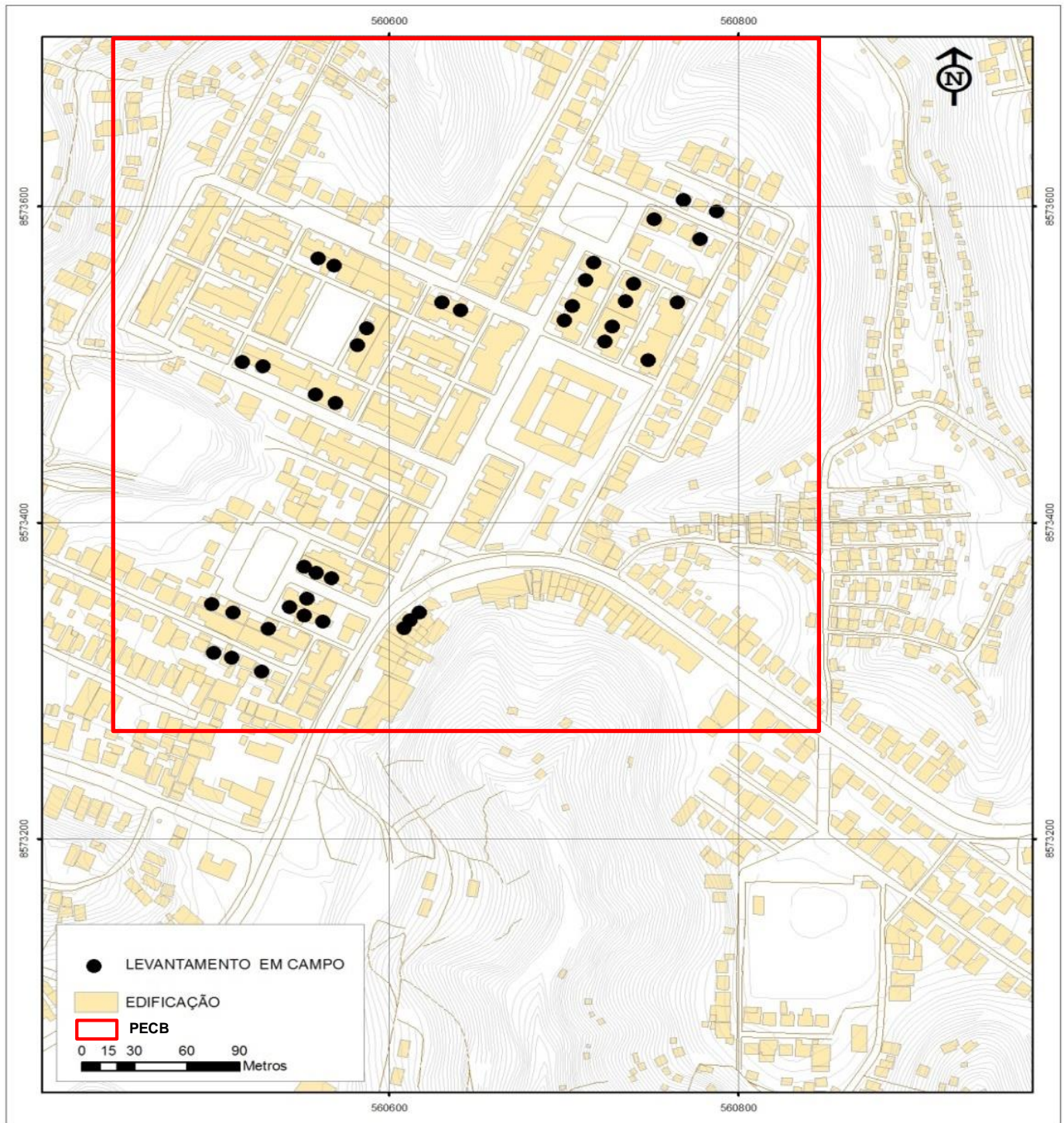
Inicialmente, foram feitas visitas às instituições como a FJP, PMS, IBGE, FMLF, CONDER, SEI, a Prefeitura Bairro da área de pesquisa, Jornal a Tarde, Tribuna da Bahia e Correio da Bahia, para a coleta de informações, dados técnicos e estatísticos entre outros, elementos que auxiliaram na produção de um quadro de caracterização e avaliação a respeito dos processos de adensamento, intervenções, organização

espacial, condições de infraestrutura e da qualidade de vida dos moradores do bairro de Castelo Branco.

O segundo tipo foi à visita in loco, realizada durante todo o processo de produção da pesquisa, por inúmeras visitas na PECB para fazer o reconhecimento da área de estudo, levantamento das formas de uso do solo urbano; observações das condições de infraestrutura básica; a dinâmica comercial de acordo com mapas – base, coleta de fotografias e observação da área, contribuindo para a formação de um perfil morfológico, socioeconômico e ambiental da área de estudo.

Durante essa etapa, iniciamos uma série de questionários e entrevistas gravadas, com o objetivo de buscar informações detalhadas e depoimentos dos principais agentes envolvidos na dinâmica urbana do bairro. Foram realizados 40 questionários, o que corresponde a 10% do número de habitações da delimitação da área, composta por aproximadamente (386 casas) em áreas diversificadas na PECB, ora indicada por moradores e em outros momentos de forma aleatória, que contribuíram para articular as informações e sistematizar os dados da pesquisa (Figura 2). Segundo Richardson (1999), a aplicação dos questionários é uma alternativa prática que permite o entrevistado considerar pontos importantes quanto ao determinado problema.

Figura 2 - Mapa da localização do levantamento de campo da PECB, 2017



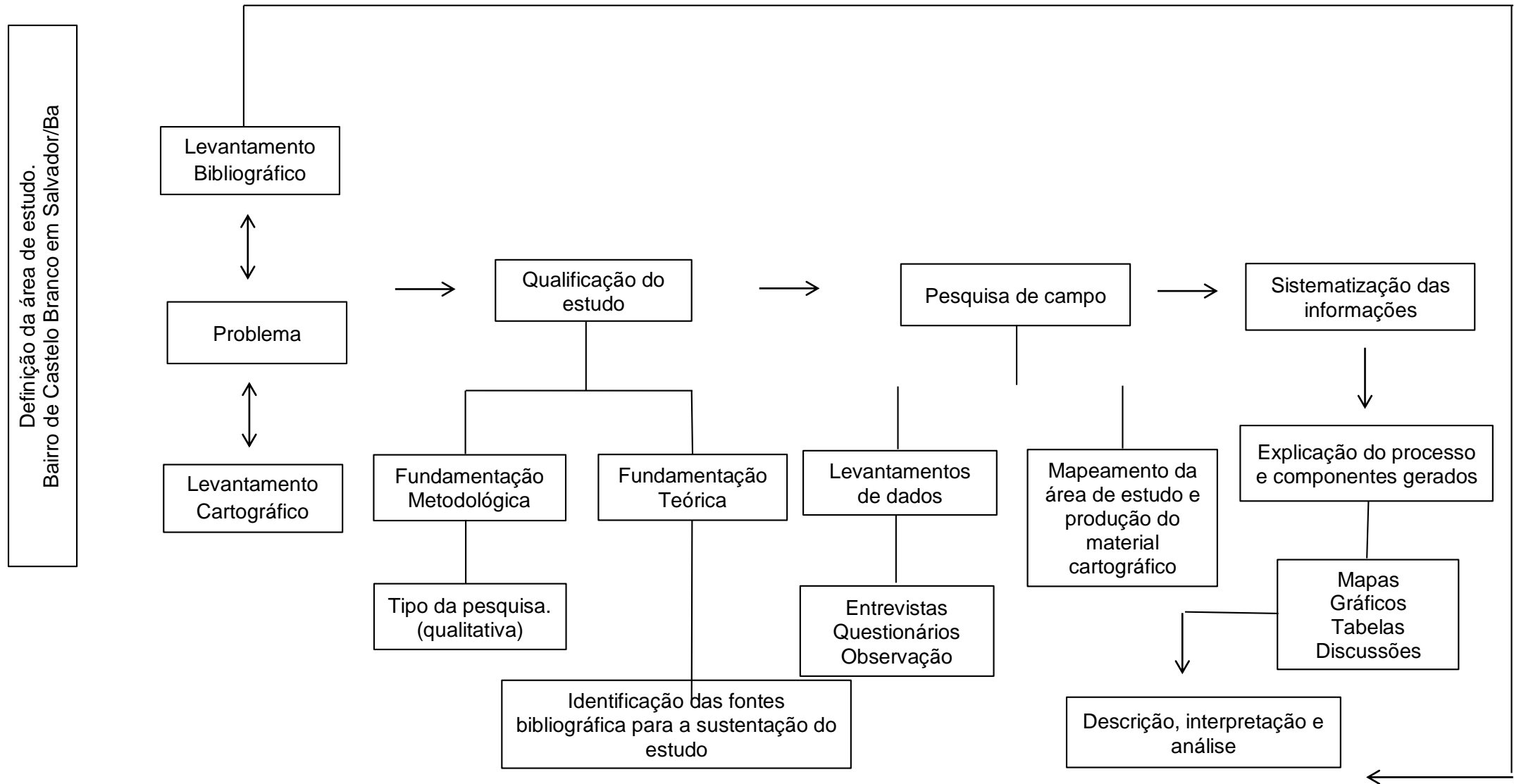
Fonte: Elaborado pelo autor desta dissertação (2017).

Foram aplicados os questionários com os moradores antigos, proprietários dos comércios, funcionários dos diversos segmentos de comércio e serviços e feirantes da área de estudo. Destaca-se também, os interlocutores representativos como: pastores de igrejas protestantes e padres da igreja católica do bairro, gestores do

conselho de moradores do bairro, centro de informações e reivindicações de melhorias para o bairro, diretores do centro de saúde, além da grande contribuição dos agentes de saúde que trabalham no bairro.

Após a realização desses trabalhos o material coletado foi descrito, analisado e sistematizado. A partir das pesquisas bibliográficas e do trabalho de campo, foi produzindo um material cartográfico que contribuiu na contextualização histórica da área, na elaboração de reflexões atuais e nas principais tendências futuras acerca da produção do espaço urbano do Miolo e da qualidade de vida dos moradores da área de estudo de acordo com o fluxograma da pesquisa na Figura 3.

Figura 3 - Fluxograma da estrutura metodológica da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor desta dissertação (2017).

CAPÍTULO 2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA PERSPECTIVA DA QUALIDADE DE VIDA

2.1 ESPAÇO URBANO: DINÂMICA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Em termos gerais, a concepção de espaço urbano pode ser entendida como um conjunto de elementos com formas, processos e funções espaciais desiguais que se relacionam num determinado tempo. Outra análise possível é considerar a conexão entre as formas do espaço com as estruturas sociais, o que revela uma série de dinâmicas e conflitos na organização espacial da cidade (CORRÊA,1995).

Corrêa (1995) ressalta ainda que:

Eis o que é o espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais. (CORRÊA,1995, p.1).

O século XX foi um período marcado por inúmeras transformações urbanas no espaço geográfico mundial. A dinâmica industrial e o rápido crescimento populacional contribuíram para a evolução do processo de urbanização mundial o que impulsionou a criação de uma sociedade cada vez mais urbanizada, colaborando para o surgimento de problemas nas grandes cidades que afetaram a qualidade de vida da população global, principalmente nos países emergentes (SANTOS, 1993).

Com o surgimento e o avanço do modo de produção capitalista nos países emergentes, a cidade adquiriu uma importância fundamental. A cidade revela o modelo mais expressivo do processo de produção da humanidade sob as relações entre a formação econômica e social capitalista. Segundo Carlos (1992, p. 23) “na cidade capitalista, essa heterogeneidade é resultado do uso diferenciado do solo urbano, que se produz e se reproduz de forma desigual, contraditória, expressão e resultado das desigualdades sociais presente em nosso país [...]”.

Outro aspecto que vale destacar diz respeito às relações que ocorrem na cidade. Na maioria dos casos os encontros acontecem a partir dos deslocamentos das pessoas de diversas áreas dentro da própria cidade. Porém, as articulações do capitalismo da cidade estabelecem um movimento de natureza social, ou seja, os contatos são estabelecidos a partir do poder de capital. Assim, o espaço urbano é resultado do conjunto das relações que se estabelecem na sociedade capitalista,

formando grupos sociais díspares, cuja desigualdade constitui a característica própria do espaço urbano capitalista (CARLOS, 2004; CORRÊA, 1995).

Nesse sentido, o espaço urbano capitalista é um produto social fruto da ação de diversos agentes, que agem de acordo com seus interesses, podendo ou não gerar processos excludentes (segregações), reflexo das desigualdades sociais e da atuação de cada um desses agentes (CORRÊA, 1995).

No Brasil, a questão urbana ganha importância a partir da década de 1970 diante do ritmo acelerado do crescimento das cidades. Vale destaque também que a temática sobre a segregação socioespacial ocupa um lugar de destaque nos estudos urbanos no Brasil, onde as relações entre o espaço e o homem convivem de maneira conflituosa. Historicamente, as cidades brasileiras têm sido divididas por vários limites territoriais e por processos que envolvem diretamente padrões relacionados aos aspectos culturais, pela importância socioeconômicos, além do papel do Estado, que atua em alguns casos, com sua posição estratégica de poder na organização desigual do espaço urbano do Brasil (MARCUSE, 2004).

Nesse contexto, Negri (2008) afirma que:

Cada vez mais a cidade é lugar de atuação dos agentes de produção do espaço. Uma vez humanizados, esses espaços refletirão na sua arquitetura e na sua organização o padrão de desenvolvimento da complexidade das relações sociais. Este padrão ocorre por meio da segregação socioespacial, também denominada de segregação residencial da sociedade, principalmente por meio da diferenciação econômica. (NEGRI, 2008, p.2).

Outra relevante contribuição acerca da segregação como processo socioespacial, é de Sposito e Góes (2013) onde explica que:

Essa perspectiva, além de oferecer elementos para pensar a segregação como um processo espaço temporal e não apenas como um fato, possibilita trata-lo em múltiplas escalas (da área residencial à da cidade), e em múltiplas dimensões. (com destaque para as da relação entre a cidade e o urbano, entre o objetivo e o subjetivo). (SPOSITO; GOÉS, 2013, p.280).

A segregação socioespacial deve ser tratada como uma das formas de contradições entre classes sociais, o que gera aos grupos menos favorecidos um ciclo de pobreza urbana. Dessa forma, acredita-se que esse fenômeno espacial não ocorre apenas para diferenciar determinados grupos sociais num determinado espaço, mas sim como um processo de organização na cidade a partir de um conjunto de interesses de diferentes grupos sociais. Portanto, parte da estruturação do espaço urbano é um resultado dessas relações sociais que se materializam nas mais diferentes formas de

desigualdades, frequentemente encontradas nas grandes metrópoles do Brasil, como o caso de Salvador (NEGRI, 2008).

Nesse cenário, alguns aspectos podem ser constatados acerca dos contrastes encontrados em relação aos padrões das cidades brasileiras. Entre eles podemos citar: a distribuição da infraestrutura, o acesso a serviços educacionais, a moradia, a concentração de renda e a exclusão socioespacial são problemas que comprovam a complexidade das atuais relações urbanas no Brasil. Portanto, a disponibilidade e o acesso aos serviços coletivos nas cidades revelam uma dualidade entre espaços considerados centrais e periféricos quanto a oferta e a escassez destes produtos de consumo (CORRÊA, 1995).

Além disso, o espaço urbano é produzido também por uma variedade de agentes sociais que utilizam de estratégias que desempenham um papel dinâmico no processo de (re)produção da cidade. Entre eles podemos citar: os proprietários dos meios de produção, sobretudo os ligados às indústrias, os proprietários fundiários e imobiliários, os segmentos populares e o Estado (CORRÊA, 1995).

Este último se caracteriza como um dos agentes mais importantes na produção do espaço urbano porque dispõe de um conjunto de instrumentos responsáveis por regulamentar o uso do solo e direcionar, a partir de leis, o sentido da mancha urbana da cidade. Porém, nas últimas duas décadas, nas metrópoles brasileiras, essas atuações vêm causando, impactos insuficientes no contexto do direito à cidade para a população de baixa renda, porque, em grande medida, a organização do espaço da cidade está voltada para interesses particulares e não coletivos (CARLOS, 1992).

Corrêa (1995) afirma que:

A complexidade da ação dos agentes sociais produtores do espaço urbano inclui: práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infra-estrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade. (CORRÊA, 1995, p. 11).

A concepção de espaço e de produção social pode ser explicada também a partir do resultado da dinâmica das relações sociais e de produção que ocorre no espaço e nesse sentido, é consumido de diferentes formas e por grupos sociais distintos, envolvendo conflitos intensos no uso do solo urbano. É na metrópole que

ocorre de forma sistemática diversos processos do desenvolvimento do sistema capitalista, dando origem a espaços heterogêneos, o que revela a (re) produção espacial em diferentes níveis e/ou padrões de qualidade de vida desiguais para a população das cidades (LEFEBVBRE, 2001).

Desse modo, na medida em que os agentes e processos sociais produzem o espaço urbano, se torna cada vez mais difícil compreender a dinâmica desse espaço urbano, dimensionar seu crescimento, entender as relações sociais que aí se estabelecem. Cotidianamente o espaço urbano se torna mais complexo, dinâmico e fragmentado. Nesse sentido, com o objetivo de compreender melhor os processos de produção do espaço urbano e suas articulações com a qualidade de vida nas cidades, passaremos a analisar a seguir os seus principais aspectos e correlações pertinentes a nossa pesquisa.

2.2 QUALIDADE DE VIDA URBANA

As ideias conceituais sobre a qualidade de vida serão trabalhadas de acordo com Rodrigues (1998), Carmargo (1996), Vitte (2002a), Nahas (2001) dentre outros. Apesar das limitações destas abordagens, fazem-se necessárias novas discussões acerca das questões relevantes como a distribuição dos aspectos econômicos, o grau de satisfação das necessidades básicas das populações, o nível de bem-estar global, que por sua vez necessitam de outros instrumentos de análise, que pudessem melhor direcionar o planejamento territorial.

Historicamente, a temática acerca da qualidade de vida no mundo aparece a partir da década de 1950, sobretudo com a influência da Organização das Nações Unidas (ONU) e a partir das informações apresentadas por estudiosos na época, buscavam criar medidas quantitativas que fossem considerados para os estudos sobre os aspectos sociais (MORA, 1999).

Vale destacar o papel das agências multilaterais de cooperação internacional como: a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial (BM) e a proposta do desenvolvimento sustentável, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (HABITAT-III) com o aspecto ligado ao desenvolvimento urbano, contribuíram de forma significativa para a inclusão do tema da qualidade de

vida e sua relação com o processo de desenvolvimento das propostas de investimentos territoriais no mundo. Foi nesta perspectiva que os indicadores foram introduzidos como elementos para melhor reconhecer aspectos relacionados ao desenvolvimento humano (ONU, 2015).

Herculano (2000) afirma que:

Os indicadores começaram a ser usados em escala mundial em 1950, quando se disseminou a medição do Produto Interno Bruto (GNP - "Gross Domestic Product") como indicador de progresso econômico. Em meados da década de 60, os indicadores sociais foram inaugurados, substituindo a mera ênfase no crescimento econômico por novos conceitos: "necessidades básicas", "self-reliance", "crescimento com equidade", "grass-root development", "participatory development", "empowerment". Alguns deles até de difícil tradução entre nós, tão distante é a nossa realidade destas orientações, tal como "self-reliance" (autonomia), "grass-root" (comunidades e associações de base, locais) e "empowerment" (fortalecimento das associações de base, dos movimentos sociais). (HERCULANO, 2000, p.15).

A partir da década de 1950, ocorreu um avanço significativo nos estudos direcionados às ciências sociais vinculados a elaboração dos indicadores sociais no ambiente urbano, principalmente, após a formulação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Nessa época, já era utilizado em mais de 104 países como elemento de mensuração das condições de vida no espaço urbano mundial. No Brasil, após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO – 92) ocorrida no Rio de Janeiro, o país inicia suas primeiras experiências na formulação de vários indicadores, principalmente, no espaço intra-urbano, como um instrumento essencial para o planejamento urbano nacional (PNUD, 1992).

Nas últimas três décadas, a discussão em torno da noção de qualidade de vida e sua relação com o processo de desenvolvimento ganhou maior expressão. Essas abordagens apresentam relações com outras disciplinas como economia, geografia, sociologia e outras. Porém, existe certa convergência de elementos que podem ser utilizados para explicar determinados padrões de qualidade de vida a partir de uma construção sócio-histórica numa determinada escala de espaço – tempo (ONU, 2015).

Mora (1999) apresenta a proposta da construção do conceito de qualidade de vida em relação às abordagens econômicas. Seus estudos são direcionados ao crescimento econômico dos países em que o agente era o Produto Interno Bruto (PIB), que apesar de ser eficiente quanto aos processos econômicos, deixava de lado aspectos relevantes como as questões sociais.

Outro ponto importante na busca de critérios para analisar a qualidade ambiental e urbana é a mensuração e avaliação dos recursos disponíveis por parte dos segmentos sociais no espaço urbano para satisfazer suas necessidades básicas. Herculano (2000) chama a atenção para as condições ambientais como o acesso à escolaridade e a infraestrutura mínima residencial e outros, como agentes capazes de permitir possíveis condições de qualidade de vida e urbana para a população de um determinado local.

Nussbaum (1993) sugere numa concepção complementar à relevância do uso dos indicadores como uma coleta de informações que expressam situações particulares, de consumo, biográficas, espacial e outros, na tentativa de estabelecer comparações e padrões de um determinado objeto de estudo. É uma estratégia para reunir informações com o objetivo de contribuir para tomadas de decisões diante de um cenário coletivo.

É necessário ressaltar que, a composição de parâmetros e indicadores para avaliar a qualidade do ambiente urbano é fundamental, pois amplia as possibilidades de um espaço coletivo e mesmo desigual. Segundo Nahas (2005), para dimensionar a qualidade de vida urbana (QVU) de um determinado lugar é preciso ampliar o foco das relações sociais para a extensão territorial. É preciso mensurar as condições materiais, ofertas de serviços, além dos fluxos demográficos da área de estudo.

Nesse âmbito, a QVU pode ser avaliada a partir do acesso a um conjunto de equipamentos (bens e/ou elementos) que permitam as práticas cidadãs com efetiva funcionalidade num determinado espaço. Atualmente, a utilização de indicadores socioambientais tem sido bem aplicada em pesquisas para mensurar a QVU dos moradores nas metrópoles, na medida em que o avanço das desigualdades socioeconômicas e ambientais se concretiza na cidade (NAHAS, 2001).

Vale ressaltar que a concepção de QVU consiste em um conceito complexo que aborda aspectos objetivos representados por condições básica, identificada pelos indivíduos num determinado lugar, e os subjetivos, que diz respeito à percepção particular em relação às suas condições de vida, à sua satisfação na comunidade num determinado espaço (NAHAS, 2001).

A avaliação dos aspectos qualitativos é mais difícil e complexo. Entretanto, é fundamental a elaboração da noção do conceito de qualidade de vida diante da possibilidade de maior participação nas decisões da vida coletiva. Essa condição coloca no centro da discussão a questão política sobre a QVU, por permitir focalizar os graus de desigualdades sociais existentes entre a satisfação dos diversos grupos sociais e por impor patamares mínimos de bem-estar a serem assegurados coletivamente (VITTE, 2002).

Sobre QVU Mora 1996) afirma que:

O conceito de qualidade de vida bem como os indicadores dessa qualidade, pode ser um instrumento do planejamento, servindo como um parâmetro do grau de cobertura das necessidades dos indivíduos ou grupos sociais, permitindo a detecção das desigualdades socioespaciais, derivadas dos diferentes graus de satisfação das necessidades, proporcionando bases para a elaboração de estratégias para melhorar o bem-estar humano. (MORA,1996. p.40).

Conforme Tania e Karruz (2002) a qualidade de vida é um conceito socialmente construído a partir das convenções de cada sociedade ou cultura, com as suas diferenças e particularidades. Nesse sentido, as diferenças espaciais estão relacionadas à compreensão de qualidade de vida, na medida em que o espaço, desigualmente dotado de infraestrutura, condiciona o acesso de indivíduos e/ou grupos de pessoas aos serviços considerados essenciais.

Além disso, as discussões sobre a qualidade de vida apresentam sentidos bem diferentes entre os países centrais/periféricos, onde o bem-estar, o atendimento das necessidades básicas apresenta condições distintas. No Brasil, esses parâmetros são direcionados para as áreas com melhores condições urbanas, ao mesmo tempo em que segmentos populares necessitam de condições materiais básicas como: o direito à moradia, aos serviços de saúde e educação, aos serviços de infraestrutura básica e outros (ALMEIDA, 1997; BRITO, 1997).

Desse modo, para o conceito de QVU vamos utilizar para fins deste trabalho os critérios sugeridos por Maria Gabriela Camargo Mora (1996, 1999), Nahas (2001, 2005) e outros, que servirão como instrumentos de planejamento dos indicadores socioeconômicos e que constituem condições básicas essenciais para mensurar a QVU dos moradores da PECB. Nesse sentido, para identificar as implicações socioespaciais a partir da mudança do uso do solo urbano na PECB, foram utilizados as dimensões ambientais, sociais e econômicas e suas variáveis como: infraestrutura

básica (limpeza urbana, área verde/hab, distribuição da rede hídrica, rede de esgoto), o acesso a serviços como o sistema de transporte, segurança, área de lazer, atendimento escolar, iluminação pública e, por último, a renda média por chefe de família e os tipos de comércios da área de estudo indicados da Figura 1 , além dos aspectos subjetivos, detectados através da coleta de dados dos questionários aplicados, respectivamente.

Certamente, os estudos sobre a QVU tornaram um tema relevante, principalmente, quanto à gestão do território e das políticas públicas nas grandes cidades brasileiras. Um dos motivos que explica o seu destaque é sua contribuição como um instrumento do planejamento urbano, que destaca as necessidades coletivas dos espaços, amplia a compreensão sobre as desigualdades socioespaciais, proporcionando bases para a elaboração de estratégias para melhorar o bem-estar de indivíduos ou de grupos sociais (MORA, 1999).

Porém, apesar do conceito abordado ser muito usado e discutido no meio acadêmico, diversas são as possibilidades de abordagens acerca de sua temática, alguns trabalham com o foco voltado para o aspecto econômico, outros relacionam às condições socioambientais ou como direito social de cidadania, sem contar com aqueles que consideram os aspectos de percepção subjetiva da qualidade de vida, o que alarga o repertório de possibilidades para melhor compreender as relações entre o urbano e o social (VITTE, 2002).

2.3 ASSOCIANDO A QUALIDADE DE VIDA AO ESPAÇO URBANO

O avanço das reflexões entre o espaço urbano e a qualidade de vida está cada vez mais presente das discussões sobre a dinâmica do espaço urbano mundial. Isto porque, observa-se de forma expressiva a concentração demográfica nas cidades e nela, ocorre diariamente, uma série de relações econômicas, naturais, culturais e outras, que se constitui ou não um espaço de práticas que contribuam para a qualidade de vida dos indivíduos ou de grupos coletivos. Milton Santos (1978, p. 34) chama a atenção ao afirmar que: “o espaço urbano é, antes de tudo, uma instância social”, ou seja, é no espaço que surge os processos e produtos das relações coletivas entre os indivíduos e o espaço natural.

No decorrer do século XX, período em que a revolução industrial provocou muitas transformações espaciais no mundo, as relações de interesses econômicos cresceram de forma rápida e desordenada entre os países, trazendo por um lado, dinâmicas econômicas globais a partir do uso dos recursos naturais e fontes de energias que acabaram contribuindo com o crescimento da degradação ambiental, e, por outro, a relação qualidade ambiental e de vida não acompanhou os benefícios de forma efetiva (BULLINGER, 2003).

No Brasil, esse ritmo de crescimento urbano foi constatado após 1950 e justificado ao afirmar que:

A aceleração da urbanização a partir da Segunda Guerra Mundial é concomitante ao forte crescimento demográfico brasileiro registrado nessa época que resultou em grande parte de um decréscimo na mortalidade devido aos progressos sanitários, a melhoria relativa nos padrões de vida e à própria urbanização. (SANTOS, 1993, p.31).

Nota-se uma grande preocupação quanto à qualidade de vida nas grandes cidades brasileiras, diante do crescimento urbano acelerado e do contínuo avanço dos problemas como: o aumento da violência, das diversas formas de degradação ambiental, da distribuição desigual dos serviços, agravando as desigualdades sociais, principalmente, nas metrópoles do país (NAHAS, 2005).

[...] esse quadro ressalta a atual incapacidade do modelo de desenvolvimento gerir mais e melhor qualidade de vida, além de não se conseguir erradicar a ignorância, a violência e a pobreza, agravou-se a situação social e ambiental, consolidando, especialmente, nas grandes cidades, enormes disparidades sócio-espaciais em todos os aspectos. (NAHAS, 2005, p.1).

Após a Eco - 92, o Brasil iniciou uma série de medidas para minimizar os danos ambientais, bem como grande parte dos países da época, entre elas, o da sustentabilidade ambiental urbana, na qual engloba a qualidade de vida nas cidades. É nesse contexto que a qualidade de vida e o espaço urbano ganham importância diante das “novas” condições decorrentes da mudança de concepção da atuação antrópica sobre as condições do ambiente urbano, adquirindo outras possibilidades para melhorar os cuidados com relações naturais, além da aquisição de novos padrões urbanos (DIAS, 2007).

Entretanto, diante de um contexto urbano atual, “a humanidade enfrentará os efeitos negativos dos últimos duzentos anos de crescimento populacional e econômico que provocaram o desequilíbrio ecológico e a degradação do meio ambiente físico e social.” (MAZZETO, 2000, p. 29). Desta forma, discutir a relevância

da qualidade de vida ao espaço urbano compõe um objeto importante nos dias atuais, diante das relações complexas existentes entre sociedade, consumo, espaço urbano e natural (MAZZETO, 2000; BULLINGER, 1993).

Como descrito por Lombardo (1985):

A qualidade da vida humana está diretamente relacionada com a interferência da obra do homem no meio natural urbano. A natureza humanizada, através das modificações no ambiente alcança maior expressão nos espaços ocupados pelas cidades, criando um ambiente artificial. (LOMBARDO, 1985, p.16).

Nesse sentido, o ambiente urbano constitui um fator considerável para o alcance de uma melhor qualidade de vida. Portanto, torna-se essencial certa articulação entre os elementos estruturais urbanos, o que inclui as relações sociais, que vão produzir condições básicas necessárias para a dinâmica urbana numa determinada escala temporal.

Dessa forma, nota-se que na última década do século XXI, há um avanço da sensibilidade social sobre a temática da QVU, porém, faz-se necessário no Brasil uma ampla discussão acerca das políticas urbanas efetivas no que diz respeito à gestão das cidades, na tentativa de incorporar aos novos projetos urbanos, estratégias que torne o processo de (re)produção do espaço urbano voltado para o social e menos desigual, como o caso da cidade de Salvador.

CAPÍTULO 3 A DINÂMICA URBANA DA CIDADE DO SALVADOR: O BAIRRO DE CASTELO BRANCO

Primeira capital do Brasil durante três séculos de colonização, Salvador se apresenta no século XXI como a quarta cidade mais populosa do país e sede da oitava região metropolitana do Brasil conforme o Censo Demográfico do IBGE (2010). Com sua área praticamente urbanizada exerce um papel de metrópole regional e expressiva influência estadual. Embora apresente uma relevante importância histórica, a cidade convive com graves e antigos problemas socioeconômicos e ambientais, típicos das grandes metrópoles brasileiras (VASCONCELOS, 2002).

Assim sendo, inicialmente, optamos por analisar o processo de evolução e ocupação do espaço urbano de Salvador ao longo do século XX, tendo como ênfase a segunda metade desse período, fase de maior crescimento da mancha urbana no sentido Norte da cidade (Miolo), área de estudo desta pesquisa.

3.1 A EVOLUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DO SALVADOR A PARTIR DE 1970

Apesar de ter como foco o período após 1970 não podemos desconsiderar as informações indispensáveis das primeiras décadas do século XX, quando Salvador foi marcada por um lento crescimento econômico. Até 1940 a cidade tinha como principal atividade econômica os commodities minerais e a agroexportação de produtos do recôncavo, sendo os mais importantes o açúcar, fumo e o cacau, que eram escoados através de seu porto. Dessa forma, ainda que houvesse uma relação comercial desses commodities entre Salvador e o cenário nacional, estas atividades econômicas não contribuíram expressivamente para o crescimento da economia baiana, da dinâmica demográfica, nem para o processo de produção espacial da cidade (ALMEIDA, 1999; VASCONCELOS, 2002).

Naquele período, a questão habitacional em Salvador não sofreu mudanças significativas, tendo como atenção essencial problemas relacionados às condições sanitárias da cidade como: a elevada incidência de tuberculose associada à insalubridade das habitações, a falta de saneamento, as ruas estreitas e consequentes dificuldades de transporte, o pouco aproveitamento dos recursos naturais, a preocupação com as concentrações urbanas e a organização da cidade.

Nesse sentido, as principais preocupações foram direcionadas para as condições de infraestrutura espacial da cidade, deixando do lado temas centrais como a moradia, o avanço das ocupações irregulares e outros, aspectos fundamentais para melhorar as condições urbanas e sociais de Salvador (ALMEIDA, 1999).

Para Souza (2000),

Até a primeira metade do século XX, a produção das moradias se dava prioritariamente para renda de algumas poucas famílias ricas e através da igreja, que eram os grandes proprietários e arrendatários das terras urbanas, revelando-se ainda poucos investimentos de empresas imobiliárias. A intervenção do Estado nesse setor, através de suas instituições administrativas, era mínima até os anos vinte deste século, restringindo-se a medidas urbanas higienistas e normas para edificação, visando combater as constates epidemias. (SOUZA, 2000, p.103).

Embora não tenha sido projetado para resolver o problema acerca da questão habitacional baiana, em (1943) é criado o Escritório do Planejamento Urbanístico da Cidade do Salvador (EPUCS), primeira experiência de planejamento urbano em Salvador, elaborado na tentativa de resolver os problemas urbanos decorrentes da estagnação econômica da época bem como a estrutura urbana obsoleta. Todavia, as dificuldades de sua aplicação, auxiliaram no aprimoramento das discussões sobre os aspectos urbanos importantes como a organização e estruturação da cidade do Salvador (SALVADOR; OCEPLAN – PLANDURB, 1970).

Sobre esta dinâmica, Souza (1990), afirma que:

O EPUCS que viria a ser o primeiro plano diretor moderno, visualiza uma cidade funcional, integrada por um sistema de circulação de fluídos, e trazia, em suas diretrizes para a expansão e ocupação urbana de Salvador, uma nova concepção viária de avenidas de bairro, que viria a revolucionar o padrão de ocupação urbana vigente, com utilização das cumeadas e meias-encostas, agora se estendendo para as novas áreas de expansão, ainda que não distantes do perímetro urbano. (SOUZA, 1990, p.109).

Nesse período, o EPUCS incorporou novos espaços ao tecido urbano ampliando o sistema viário, na abertura de avenidas de vales e novas ligações nas áreas centrais da cidade. Ainda que a primeira avenida projetada pelo EPUCS tenha sido construída em 1949, somente ao logo das décadas de 1960 a 1970 a implantação foi finalizada como um sistema viário articulado (VASCONCELOS, 2002).

Esta situação provocou sérios problemas na configuração espacial da cidade como a retirada de parque da vegetação nativa, sem contar que uma parte dessas avenidas e vales abrigavam pessoas em suas habitações precárias. É a partir do

descaso do poder público municipal com as famílias que moravam nessas áreas, que surgem em Salvador algumas das primeiras ocupações irregulares, a exemplo da invasão do Corta Braço, Alagados e Gingibirra, como uma alternativa para as demandas habitacionais de segmentos populares, face à impossibilidade financeira de adesão aos sistemas de fracionamentos formais de Salvador (BRANDÃO, 1978; SOUZA, 1990).

Entretanto, ainda na década de 1940, algumas intervenções na infraestrutura municipal iriam ter grande importância na expansão urbana de Salvador nas décadas seguintes. Uma das áreas significativas foi a Estrada Velha do Aeroporto (EVA), responsável pelo primeiro retalhamento do Miolo, espaço até então caracterizado por uma ocupação eminentemente rural e por grandes latifúndios, em sua maioria de propriedade municipal e sob o regime de enfiteuse¹. A partir da sua implantação, ampliaram-se as possibilidades de acesso a partir da antiga Estrada das Boiadas – precursora da BR-324, tornando-se fator decisivo para o desenvolvimento da área, onde primeiramente se implantou a nucleação do Buraco do Tatu, posteriormente alguns conjuntos habitacionais como em Sete de Abril e Pau da Lima e finalmente a formação do Conjunto Habitacional Presidente Castelo Branco (BRITO, 2005).

No final da década de 1940, a cidade passa por transformações espaciais e apresenta outro cenário a partir da segunda metade do século XX. Ocorreu em Salvador um expressivo crescimento demográfico resultado da elevada taxa de natalidade, do movimento migratório regional de trabalhadores de baixa renda decorrente da decadência da cultura açucareira no Recôncavo e estabilização da cultura do cacau no sul da Bahia, fatos que contribuíram para a cidade ultrapassar a população total de 290.000 mil habitantes conforme a Tabela 1 (SANTOS, 1959).

Tabela 1 - Evolução da população, Brasil, Bahia e Salvador 1940 – 2010

	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	41.236.315	51.944.397	70.992.343	94.508.583	121.150.573	146.917.459	169.590.693	190.755.799
Bahia	3.918.112	4.834.575	5.990.605	7.583.140	9.597.393	11.855.157	13.066.910	14.016.906
Salvador	290.443	417.235	655.735	1.027.142	1.531.242	2.072.058	2.440.828	2.675.656

Fonte: IBGE (1940 – 2010).

¹ Baseia-se no princípio jurídico brasileiro segundo o qual o poder público municipal, a união e os estados, detêm o domínio pleno e direto da propriedade de parcelas de terra no município, que é cedida em perpétuo a particulares mediante o pagamento anual do foro Ribeiro e Debeffe (1979).

Ainda segundo Souza (2000),

A grande leva de trabalhadores recém-chegados não encontraria em Salvador uma economia capaz de oferecer o número de empregos necessários à absorção de tal contingente de mão-de-obra, passando a engrossar a economia informal como única forma de sobrevivência. A afluência de rurais também teve como consequência o desequilíbrio do quadro habitacional em Salvador, relativamente estável até a década de 1940, no qual predominavam o sistema de aforamento e arrendamento de terras e aluguéis de casas, principalmente para os estratos sociais de média e baixa renda. (GORDILHO, 2000, p.112).

Como resultado desse processo de ocupação do espaço urbano de Salvador, a cidade teve como uma de suas características a rigidez e a concentração da terra nas mãos de poucos proprietários, limitando o poder público na abertura de novas áreas, principalmente, para os segmentos populares que crescia de forma acelerada. Assim, a ocupação dos segmentos populares ocorria de maneira espontânea em várias direções da cidade, sem formalização, de maneira desonerada, implicando, frequentemente em tensões sociais (SOUZA, 2000).

Até meados da década de 1950 o Estado da Bahia permaneceu estagnado no seu planejamento industrial por diversas razões políticas e econômicas que competiam de maneira direta com outras regiões do Brasil com maior potencial de crescimento econômico na época, como o caso da região Sudeste. Apesar da existência da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), primeira refinaria nacional de petróleo e das transformações imediatas ocorridas na economia do Recôncavo baiano, suas atividades não foram suficientes para competir com o cenário nacional, tendo como grande salto de qualidade na evolução da economia baiana os investimentos nos Centro Industrial de Aratu (CIA) e do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC).

Almeida (1977), afirma que:

O “estigma baiano” foi denominado pelo ritmo fraco de capitalização do Estado, o conservadorismo da representação política estadual no governo republicano instalado no Rio de Janeiro, as dificuldades de transportes, a carência de energia e a inexistência do aporte de capital humano qualificado visto que a emigração europeia e asiática, deflagrada no final do século XIX e início do século XX, concentrou-se exclusivamente na região Sudeste, preferencialmente em São Paulo, pois os grandes latifundiários nordestinos, temendo repercussões negativas para suas atividades agroexportadoras, bloquearam o fluxo de imigrantes em direção à região. (ALMEIDA, 1977, p. 8).

Nesse cenário, até 1967 mesmo diante da criação do CIA a Bahia vivenciou um período de baixa modernização do seu parque industrial comparado as demais regiões do Brasil e de dependência quanto ao avanço dos processos industriais no Estado. Foi um período de inúmeras zonas industriais criadas no Brasil, no entanto tinha como uma de suas marcas o processo dependente de substituição das importações, reflexo do cenário econômico nacional da época (SPINOLA, 2001).

Com a elaboração do plano industrial formado pelo CIA e o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), inicia-se, efetivamente, a política industrial baiana destinada a preparar a expansão urbano-industrial da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Vários fatores podem ser apontados como importantes para a ocorrência desse processo de expansão da indústria e do parcelamento do solo da cidade, entre eles, a facilidade de acesso à metrópole regional (Salvador), a redução dos custos de insumos para a indústria e a facilidade de transporte para os produtos finais produzidos nesta região e outros, estimulando a atração de novos investimentos (SPINOLA, 2001).

Outro aspecto essencial foi à promoção do crescimento de outras áreas como Camaçari, Dias D'ávila, Madre de Deus e outras, que tivessem características como a presença de recursos naturais abundante, disponibilidade de mão de obra barata, condições que colaboraram para o crescimento das demandas do setor de habitação e serviços diversificados, principalmente para os trabalhadores da indústria do petróleo que moravam em Salvador. Na época, a intenção era também criar comércio de maior porte, um tipo de sub-centro regional que estivesse posicionado em um local estratégico e que assim pudesse se consolidar ao longo dos anos (BRANDÃO, 1978; BRITO, 2005).

As atividades petrolíferas produziram um ambiente de grande impacto com mudanças na organização da cadeia produtiva do Estado, chegando a influenciar setores como a infraestrutura no mercado fundiário baiano e outros (BRITO, 2005).

Andrade e Brandão (2009), destaca que o crescimento econômico baiano produziu uma:

Atração de capitais industriais de base produtiva em nível nacional e, principalmente, internacional; um expressivo fluxo migratório (em busca do "eldorado" dos ganhos: empregos com bons salários, serviços urbanos e outros); uma nova dinâmica espacial para Salvador, pois, se as indústrias estavam localizadas na Região Metropolitana, os serviços e a habitação estavam, prioritariamente, na metrópole baiana; ampliação do espaço urbano

com a produção de novas centralidades e a criação de uma demanda solvável para a produção imobiliária que se estruturava nos bairros residenciais formais para classe média e alta em Salvador. (ANDRADE; BRANDÃO, 2009, p. 82 - 83).

Após o processo de implantação dos parques industriais na RMS, deu-se o início a um período urbano industrial baiano, fazendo parte do contexto nacional das metrópoles do capitalismo industrial (SANTOS, 1993).

Silva e Silva (2003) corroboram ao afirmaram que:

Salvador tornou-se nesse período cada vez mais dependente de uma nova base econômica - a de natureza industrial e de serviços - localizada nela mesma e em seus arredores, profundamente inserida no contexto nacional e internacional e, em contrapartida, tornou-se cada vez menos dependente de sua antiga base econômica regional, a de natureza agrária-mercantil. Como corolário, foram alteradas suas relações intra e inter-regionais, repercutindo de forma dinâmica na densificação e ampliação da mancha urbana (com destaque para o processo de periferização), onde coexistem aspectos modernos e arcaicos da vida urbana, com padrões fortemente diferenciados de renda e qualidade de vida em uma complexa organização socioespacial e com expressivo comprometimento ambiental. (SILVA; SILVA, 2003, p.79).

O processo de planejamento industrial ocorrido na Bahia foi de fundamental importância para a instalação das atividades econômicas no Estado, porque equilibrou a produção de bens de capital e consumo, além de especializar grandes empresas de bens intermediários. Porém, apesar desses dois distritos industriais criados com grandes investimentos e isenções fiscais do Governo Federal, além de privilégios do Estado como a concessão de toda a infraestrutura de escoamento da produção e do inegável crescimento da economia baiana da época, não houve desenvolvimento efetivo na Bahia durante esse período, porque o conjunto de benefícios produzidos não esteve “disponível” para milhões de excluídos que constituíam a população estadual na época (ANDRADE; BRANDÃO, 2009; SPINOLA, 2001).

Deve-se destacar a orientação de Soares (2009), ao afirmar que a partir da década de 1960 o crescimento urbano de Salvador começou a ser induzido a partir do desenvolvimento na indústria, que fez surgir uma dinâmica atrelada ao déficit habitacional; anunciada desde 1950 quando havia 16.539 unidades habitacionais, notificada no Censo de 2000, a marca de 81.429 habitações reafirmada na última estimativa de 2010 quando atingiu à marca de 106.243 mil unidades habitacionais, das quais 95% são demandas de segmentos sociais de até dois salários mínimos, contribuindo para o contínuo processo de expansão e adensamento de áreas favelizadas.

Vale salientar que, em meados do século XX, grande parte da posse das terras de Salvador estava concentrada nas mãos da PMS, das ordens religiosas e de uma pequena parcela da iniciativa privada. A ausência de leis efetivas que beneficiassem os segmentos populares dificultava minimizar as demandas habitacionais de Salvador que não parava de crescer, uma vez que na mesma época, a cidade já registrava 68 invasões, expandindo-se rumo à periferia, compondo naquela fase, cerca de 30% da população total da cidade (MATTEDI, 1979).

Ao mesmo tempo, em (1968) a PMS realizou um conjunto de medidas de grande impacto que redirecionaram a expansão urbana nas décadas seguintes. Uma delas foi a Lei da Reforma Urbana (1968), que autorizava o Poder Executivo Municipal alienar as terras de sua propriedade localizadas nos limites de Salvador, ou seja, oficialmente, a PMS permitia a livre negociação do mercado de terras, alegando auferir recursos para a implantação de equipamentos públicos, vias de acesso, melhorias de infraestrutura e outros (PMS, 1985).

Conforme Ribeiro e Debeffe, (1979) essa medida teve outro sentido:

Tudo leva a crer que a P.M.S. agiu no sentido de modificar as relações na estrutura fundiária, que funcionava até então em bases pré-capitalistas, para atender às leis do mercado, transformando a terra em mercadoria apesar das alegações simplistas, entre as quais a de liberar a P.M.S. do ônus desses imóveis, que geravam recursos insuficientes para manter uma repartição própria para fiscalizá-los e administrá-los. (RIBEIRO; DEBEFFE, 1979, p.103).

Como consequência, esse processo, contribuiu para mudanças econômicas, políticas, sociais e na configuração do seu espaço urbano. A cidade recebeu grupos de investidores de outros Estados das áreas têxtil, calçados e outros, ocorreu na cidade um grande movimento de novas aberturas e ligações com os bairros da orla marítima, destacando-se: a “Av. Barros Reis, iniciada em (1963 e 1968), Av. Oscar Pontes, binário com a Av. Jequitaia, em (1968) e a Av. Pres. Costa e Silva, marginal do Dique do Tororó, em (1969), o que demonstrava na época uma tendência de crescimento da economia baiana para o comércio e o serviço” e a formação de outras centralidades em Salvador (SCHEINOWITZ, 1998, p. 33-37).

Naquela época, as aberturas das avenidas de vales auxiliaram na extinção de um conjunto de assentamentos irregulares de baixa renda que ocupavam tradicionalmente as áreas de fundo de vales de Salvador. Além disso, o governo municipal erradicou invasões localizadas em pontos estratégicos da orla marítima,

descolando esses grupos para outras áreas da cidade como o caso da comunidade do Recanto feliz – Paraíso azul, transferida para a área do atual Parque das Dunas de Armação (CARVALHO; PEREIRA, 2006).

Dessa forma, diante da impossibilidade de regularização dessas áreas ocupadas junto à PMS, não restou alternativa senão o deslocamento desses indivíduos para as áreas mais afastadas do centro da cidade. Por isso, essa ação municipal contribuiu para a ampliação dos deslocamentos dos moradores para as áreas periféricas da cidade, fato que marca um período de avanço das desigualdades quanto ao direito à cidade para a população de baixa renda de Salvador (MATTEI, 1979).

As intervenções provocaram a formação de um mercado de terras seletivo de Salvador, ficando sob o controle público áreas de menor valor comercial na cidade. Nesse sentido, o poder municipal perdeu um importante instrumento para a gestão do uso e ocupação do solo urbano contribuindo para agravar o problema habitacional da cidade (PMS, 2009).

A partir da implantação da Lei da Reforma Urbana (1968), ocorreu um intenso processo de apropriação dos espaços estratégicos da cidade. As áreas em expansão, como a Avenida Antônio Carlos Magalhães, foram adquiridas por parte de uma elite que se beneficiou de informações privilegiadas, além dos grupos que detinham o capital. No entanto, uma parcela da população pobre que se encontrava pulverizada na cidade, sem condições de escolha, foi expulsa de suas antigas moradias, contribuindo para a evidente segregação socioespacial a partir do uso e ocupação do solo urbano baiano (SOARES, 2009; MENDONÇA, 1989).

É durante o período da ditadura militar no Brasil 1964 - 1986, que o país inicia um movimento voltado para as questões urbanas mais importantes na época, tendo como o centro da discussão a habitação nacional. Nessa fase, é criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), que tinha como um dos seus objetivos atuar na área da construção de habitação popular na cidade e tentar reduzir o déficit habitacional da capital baiana (MATTEI, 1979).

Entre 1960 e 1970, a população do município cresceu 56%, passando de 655.735 para 1.027.142 habitantes. Considerando a rápida evolução do tecido urbano e do saldo demográfico acumulado que se deu, principalmente, nos segmentos de

baixa renda, agravaram-se os problemas de moradia na cidade, além de um período intenso de urbanização excludente (IBGE, 2010).

Nesta fase em Salvador, o déficit habitacional cresceu e foi estimado em torno de 23.437 unidades habitacionais, o que correspondia na época cerca de 20% do parque residencial da cidade, conforme o Comissão de Planejamento Econômico (CPE) em (1960). Nesse período, a realização de grandes obras voltadas para a habitação popular "acompanharam e anteciparam os vetores de expansão urbana e uma ocupação informal de famílias de baixa renda na periferia." (CARVALHO; PEREIRA, 2006, p.86).

Diante dessa lógica, o BNH contribuiu de maneira expressiva para a estruturação do mercado fundiário popular em Salvador e para a expansão das áreas urbanas na cidade. Para seguir as determinações federais do programa de habitação, foi instituída a Habitação e Urbanização da Bahia (URBIS), entre 1965 e 1988 como a responsável pelas obras de urbanização e construção de habitação popular em Salvador (BRITO, 1997; MENDONÇA, 1989).

Conforme Souza (2000) o BNH era um programa que visava promover a construção e aquisição da casa própria, sendo responsável por uma ampla produção do parque imobiliário e da infraestrutura urbana no Brasil. Apenas a URBIS, na RMS, construiu em torno de 45 mil unidades habitacionais até o final do programa. Como alternativa para tentar solucionar a questão da moradia, o Estado realizou a construção de conjuntos habitacionais populares como o caso do conjunto habitacional presidente Castelo Branco, a única intervenção habitacional popular de casas planejadas na época na periferia de Salvador.

Mesmo que tenha sido feito para atender as demandas da população de baixa renda, parte dos recursos financeiros disponibilizados pelo BNH foi desviado de sua proposta inicial - construção da habitação popular e utilizado para melhorias de infraestrutura e construção de bairros como a Pituba, Itaipara e outros (MENDONÇA, 1989).

Este fato favoreceu para a produção de uma demanda no setor de construção civil, curiosamente articulada com a iniciativa privada das empresas OAS e Odebrecht, cooperando no processo de expansão urbana de Salvador e convertendo o uso do solo em mercadoria para grupos privilegiados na cidade. Santos (1959), ressalta ainda

que: “o Banco Nacional da Habitação, é criado muito mais para modernizar as cidades do que para fazer casas, [...] porque permitia pagar de vez a compra da casa ao vendedor de um imóvel usado ou novo, e isto facilitou a produção de bairros de classe média.” (MENDONÇA, 1989; SANTOS, 1995, p. 20).

Apesar dos investimentos do BNH terem sido utilizado em áreas não necessárias, porque já havia uma infraestrutura estabelecida, foi essencial para a realização da política habitacional na Bahia. Em Salvador, a Habitação e Urbanização da Bahia (URBIS) construiu vários conjuntos habitacionais como o caso de Narandiba, Cajazeiras, além de Castelo Branco e no interior, atuou em Feira de Santana, com um número expressivo de habitações. Inicialmente, foi voltado para os funcionários públicos em geral e depois para os inscritos no programa de habitação popular que tinha como critérios específicos: renda até três salários mínimos, estar fora de registros de crédito e outras exigências que comprovasse as condições sociais excludentes da época (SALVADOR; OCEPLAN – PLANDURB, 1970).

No contexto social, a URBIS teve um importante papel durante a construção de novas habitações em Salvador, no processo de evolução do espaço urbano do Miolo da cidade, bem como na construção de inúmeros conjuntos habitacionais de baixa renda. Extinta em 1998, foi incorporada à CONDER que hoje, é o principal órgão responsável pelas novas tendências da política habitacional do Estado da Bahia, voltado principalmente para o atendimento aos segmentos populares da cidade. (CONDER, 2016).

Durante a década de 1970, Salvador sofre uma série de transformações provocadas pelas intervenções urbanas realizadas nas duas décadas anteriores. A malha urbana expandiu-se em várias direções, distanciando-se das áreas centrais da cidade. Novos espaços residenciais e áreas periféricas surgiram, exigindo cada vez mais o uso dos meios de transportes. Em pouco mais de 10 anos – entre 1960 e 1970, houve um comprometimento do espaço urbano com o assentamento populacional, respondendo ao incremento demográfico da mesma época na cidade (MENDONÇA, 1989).

Foi um período contínuo de crescimento de novas avenidas de vale e de novos vetores de expansão do espaço urbano da cidade. Destacam-se a Mário Leal Ferreira (Av. Bonocô - 1970), a Luiz Viana Filho (Av. Paralela – 1971), Reitor Miguel Calmon (Vale do Canela - 1970), além da duplicação da BR - 324. Esse cenário ampliou as

condições de acessibilidade, circulação de pessoas e de mercadorias, ao mesmo tempo, contribuiu para o deslocamento da população de baixa renda em várias direções da cidade (PMS, 2009).

Essas transformações resultaram numa valorização espacial progressiva desta área da cidade, a partir da instalação de infraestrutura básica como distribuição de água, luz, rede de esgoto e as vias de circulação urbana que ligavam o eixo do Iguatemi as demais áreas da cidade. Após a nova estruturação do mercado fundiário apoiado a partir da Lei da Reforma Urbana (1968) a iniciativa privada passa a ter grande participação no processo de produção da mancha urbana de Salvador (BRITO, 2005).

Destaca-se nesse período:

O Shopping Iguatemi, o primeiro empreendimento do gênero no Norte e Nordeste do país, inaugurado em 1975, o Centro Empresarial Iguatemi, o primeiro complexo de escritórios localizado fora do Centro da Cidade de Salvador, além de sedes de grandes empresas, como a Construtora Odebrecht e o jornal A Tarde, e grandes loteamentos residenciais, entre os quais o Caminho das Árvores, o Itaigara e o Aquarius, voltados para a população de alta renda. Conjuntamente, estes empreendimentos seriam as âncoras do novo centro que se consolidaria na região do vale do Camaragibe, entre a Pituba e Brotas, reconfigurando as relações de centralidade no espaço de Salvador. (PMS, 2009, p. 49).

Com o processo de apropriação fundiária e o surgimento das novas centralidades durante a década de 1970, o Miolo de Salvador sofreu um movimento de intensa ocupação espacial em várias direções ao tempo que avançava de maneira semelhante a produção das ocupações espontâneas em Salvador (PMS, 2009).

Podemos afirmar ainda que:

A década de 1970 foi marcada pela abertura de novas fronteiras de urbanização, que ampliaram substancialmente a área urbana de Salvador, seja por meio de parcelamentos implantados em regiões distantes da Área Urbana Contínua, seja pela implantação de programas habitacionais em áreas periféricas do Município, ou ainda pelo processo de invasões e ocupações espontâneas pela população de menor renda. O incremento populacional mais significativo ainda se concentrava nas regiões próximas ao Centro, mas, em decorrência da expansão da malha viária e da incorporação de novas áreas ao mercado imobiliário, novos vetores de expansão se consolidaram, principalmente na direção da Orla Atlântica, do Miolo e dos Subúrbios. (PMS, 2009, p. 50).

Em meados dessa década, Salvador tinha aproximadamente, 30% da atual área continental do município ocupada. A mancha urbana estava em curso e as áreas passavam por processos diferenciados de consolidação quanto ao uso e ocupação do solo urbano da cidade. Apesar das intervenções e substituição de usos

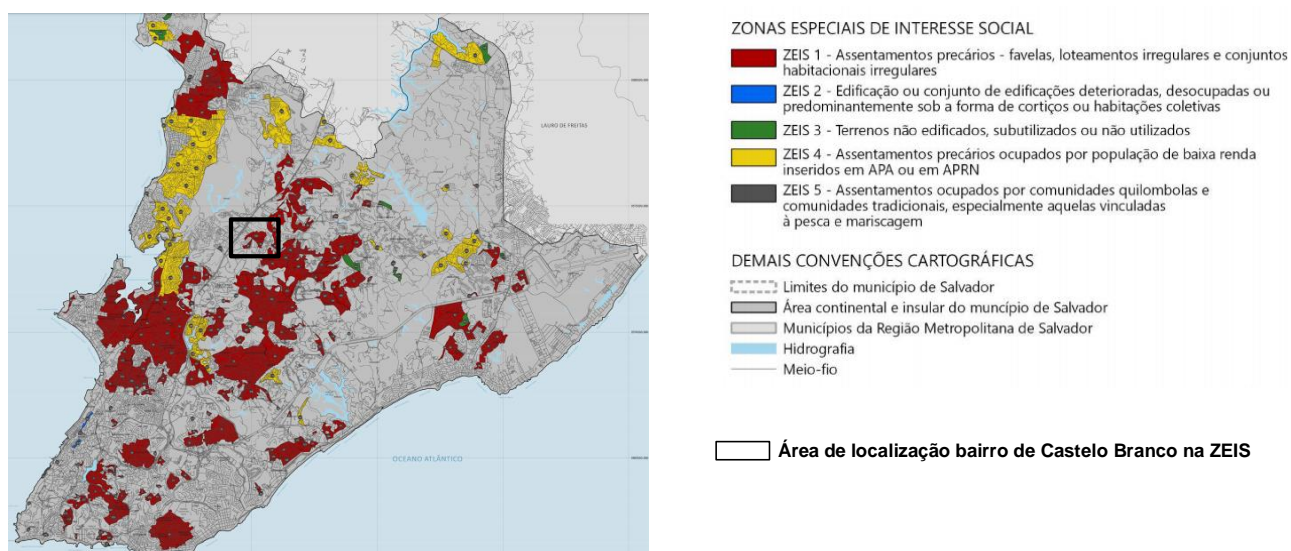
uniresidenciais em áreas tradicionais como a Barra e o Centro Antigo e proximidade da Av. Centenário, foi o Miolo de Salvador a área de maior repercussão quanto à expansão urbana da cidade (PMS, 1985).

Ocorreu nesse período:

A implantação de programas habitacionais em Castelo Branco e Nalandiba tornam-se bastante significativa para a ocupação do Miolo, principalmente Castelo Branco, implantado em 5 etapas, face ao volume de população alocada e à valorização das áreas pela presença de infra-estrutura. (PMS, 2009, p. 51).

Conforme a legislação da década de 1970, o uso do solo urbano do Miolo da cidade foi utilizado em grande medida para os programas residenciais de baixa renda. Nessa fase, a cidade cresceu com uma legislação urbanística frágil que não orientava firmemente uma direção, traduzindo na época o pouco interesse de um planejamento urbano efetivo para as áreas periféricas de Salvador (PMS, 1970). Hoje, na atual lei nº 9.148 /2016 que dispõe sobre o ordenamento do uso e da ocupação do solo do município de Salvador, os bairros que compõem o Miolo encontram-se na Zona Centralidade Linear Metropolitana (ZCLMe - IV) conforme a Figura 4.

Figura 4 - Mapa do uso e da ocupação do solo urbano de Salvador – BA/2016



Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo – SECOM (PMS, 2017).

São áreas situadas ao longo das vias urbanas às vias estruturais contidas na Macroárea de Integração Metropolitana e na Macroárea de Estruturação Urbana, apresentam características multifuncionais como: atividades comerciais, prestação de serviços diversificadas, instituições públicas e privadas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer, admitindo também o uso residencial multifamiliar (PMS, 2016).

No sentido do Subúrbio Ferroviário, com a disponibilidade de novas ligações na cidade a partir da Av. Suburbana e com a implantação da Base Naval de Aratu, essas áreas tiveram um grande impacto na ocupação dos vazios urbanos remanescentes, destacando-se o loteamento Fazenda Coqueiro, em Itacaranha, o Parque Setúbal e o Parque Carvalho, em Periperi. Já no sentido da Orla Atlântica, há um contínuo movimento de expansão da mancha urbana com os parcelamentos implantados nas décadas anteriores na direção Nordeste da cidade (PMS, 2009).

Sem dúvidas, na década de (1970), um dos aspectos relevantes acerca do processo de produção do espaço urbano de Salvador foi à ocupação do Miolo da cidade. Esta área foi utilizada pelo poder Municipal para o deslocamento de segmentos populares que estavam ocupando áreas dispersas na cidade (valorizadas ou não), a fim de manter as demandas demográficas da época, além da utilização dessas áreas para a ampliação dos programas habitacionais de Salvador. Essa estratégia municipal estabeleceu, definitivamente, o processo de segregação socioespacial, marcada nitidamente pela sua tipologia espacial desigual na cidade (BRANDÃO, 1981).

Entre 1980 e 2000, Salvador passou por um período de forte pressão do crescimento demográfico, com a consolidação de um novo centro urbano em Salvador. Impulsionado por grandes empreendimentos públicos e privados realizados na década anterior, com destaque para a construção da Av. Paralela, do Centro Administrativo da Bahia (CAB) e outros. Certamente, com o fim do Banco Nacional de Habitação (BNH) em 1986, as políticas estatais voltadas para a produção da habitação se caracterizaram pela descontinuidade, surgindo alguns programas do governo federal como o Habitar Brasil e o Programa de Arrendamento Residencial (PAR) e iniciativas de governos locais e cooperativas (BRANDÃO, 1981; CARVALHO; PEREIRA, 2008).

Essa nova centralidade direcionou a expansão urbana no sentido Norte e contribuiu para o gradativo esvaziamento do centro tradicional da cidade. Além disso, ocorreu o crescimento de novos conjuntos habitacionais na composição da mancha urbana como o conjunto Mussurunga e o Parque São Cristóvão e outros, proporcionando a ampliação de novas áreas no seu entorno das recentes áreas ocupadas (PMS, 2009).

Foi uma fase de grande adensamento das áreas já existentes e do surgimento de novos núcleos urbanos a partir da implantação das vias de acesso aos grandes conjuntos habitacionais construído em várias áreas do Miolo da cidade. Cabe ressaltar que, nesse período, ocorreu a construção de Cajazeiras, com a implantação dos conjuntos Cajazeiras e Fazenda Grande, que contribuíram para acrescentar a moradia popular na cidade, além dos bairros no entorno como o caso de Castelo Branco que acompanhou esse adensamento demográfico com habitações formais e informais, principalmente na primeira etapa, área de maior fluxo comercial do bairro (FERNANDES, 2000).

A ocupação do Miolo foi fortemente induzida pelo Estado e, ao mesmo tempo, houve um contínuo avanço das invasões e da formação de assentamentos irregulares como por exemplo os assentamentos Dom Lucas, Moscou I e a Baixa da Antártica, todos localizados nas áreas de encostas do bairro de Castelo Branco, elevando o risco de deslizamentos, desabamentos de casas e outros. Segundo Souza (2000a) em meados dos anos 90, em Salvador, as chamadas, invasões chegavam a 14% das áreas ocupadas por habitação. Somadas a outras áreas de ocupação informal, tais áreas chegariam a 32% da ocupação habitacional (CONDER, 2016).

Segundo Souza (2000a) afirma que:

Nas demais grandes capitais brasileiras, também para Salvador a questão da habitação para as camadas mais pobres, abaixo de três salários mínimos de renda familiar, acabou sendo “resolvida” de forma aleatória, à margem do mercado formal e praticamente sem controle do poder público, pelas chamadas invasões e outros tipos de ocupação com situação fundiária irregular, as favelas e loteamentos clandestinos, quase sempre em condições de ocupação precária e deficiente de atributos urbanísticos. (SOUZA, 2000a, p. 131).

Enfim, Salvador chega ao final do século XX com o planejamento urbano que configurou uma cidade onde, o centro antigo manteve-se numa tendência de esvaziamento e abandono, já no sentido Orla Atlântica, encontravam-se os espaços mais valorizados e com uma melhor infraestrutura urbana e de serviços voltados para os grupos com maior poder de capital. Nas demais áreas, Miolo e o Subúrbio Ferroviário, o crescimento de extensos assentamentos populacionais de baixa renda, proporcionaram a precariedade de infraestrutura, serviços e um crescente processo de ilegalidade do mercado de terras na cidade.

A partir do início do século XXI até os dias atuais, Salvador apresentou um processo de ocupação do espaço urbano praticamente consolidado, resultado de um

período de reestruturação fundiária ocorrido a partir de meados do século passado, que produziu espaços bem distintos na cidade. Resiste ainda com um saldo positivo de crescimento natural, no entanto, houve uma redução do ritmo de crescimento demográfico, uma tendência atual das metrópoles brasileiras no século XXI (IBGE, 2010).

Em outras palavras, a trajetória de Salvador se apresenta com uma dinâmica urbana complexa, descrita por Carvalho e Pereira (2008) como uma cidade composta por três “cidades”. A primeira, é a “cidade tradicional”, refere-se às áreas mais antigas da cidade, das edificações e moradias da Salvador antiga. Em meados do século passado ocorreu um movimento de esvaziamento desse centro antigo, processo que persiste até hoje. Porém, nota-se uma dinâmica urbana recente ligada ao processo de gentrificação de algumas áreas, tornando determinados espaços e alguns imóveis mais valorizados no centro histórico de Salvador (CARVALHO; PEREIRA, 2008).

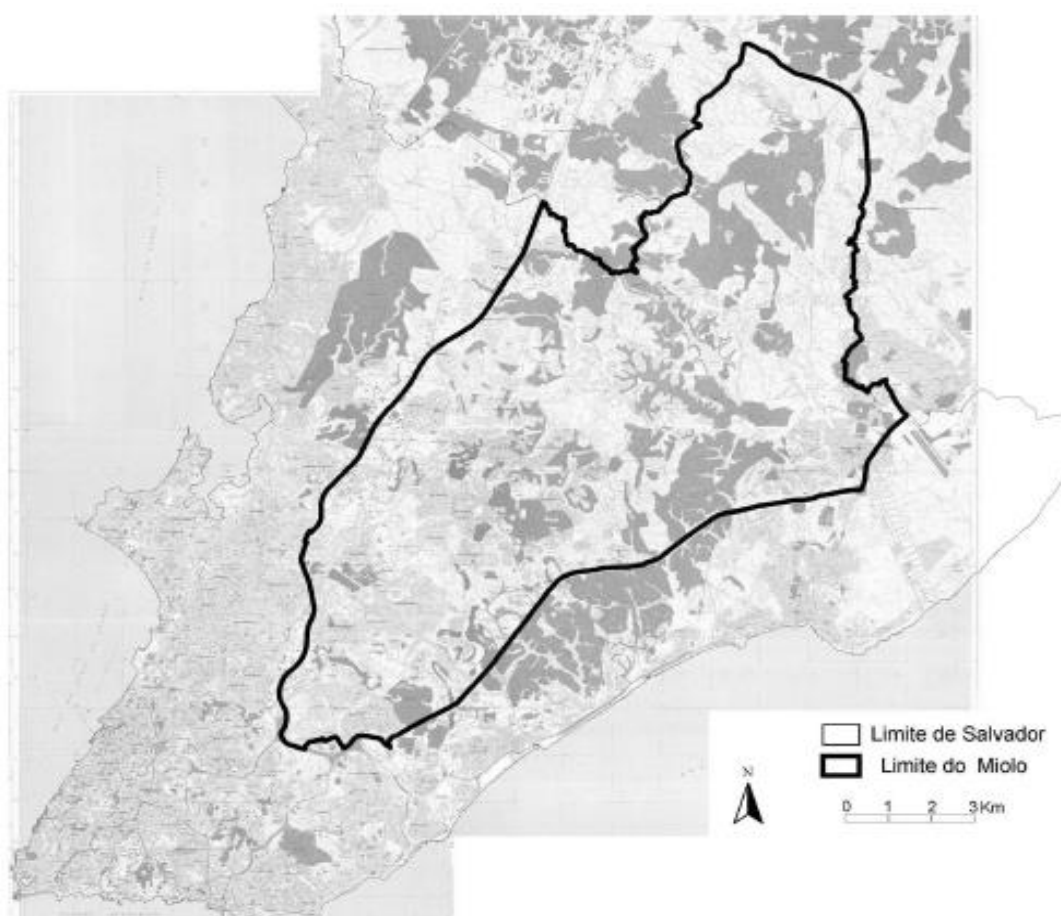
Em seguida, está a “cidade precária”, aquela onde predomina os assentamentos precários em termos habitacionais, marcada por ocupações irregulares em várias direções e por multinucleações na cidade. A área do Miolo é a principal referência desse aspecto urbano, pois estão juntos as habitações formais e as ocupações irregulares autoconstruídas, demarcadas pelas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) (CARVALHO; PEREIRA, 2008).

E por fim, a “cidade moderna” que corresponde às áreas da Orla Atlântica, cujas edificações apresentam um padrão mais sofisticado do que a demais áreas da cidade. Sua principal localização fica na Av. Tancredo Neves, principal centralidade baiana considerada o novo vetor de crescimento e da especulação imobiliária da cidade, representados grupo de proprietários de terras, empresários e apoiados pelo Estado, reservaram o solo urbano para o uso dos interesses particulares, fortemente ocupados por segmentos de alto padrão econômico na sociedade soteropolitana (SANTOS, 2008; OLIVEIRA, 2013).

3.2 SURGIMENTO E OCUPAÇÃO DA ÁREA DO MIOLO DA CIDADE DE SALVADOR

Localizada na área central do município de Salvador (Figura 5), a denominação "Miolo" surge a partir da posição geográfica da área. No início dos anos 1940, as chácaras, áreas verdes e vazios urbanos dominavam a área que iniciou seu processo de ocupação e urbanização a partir dos anos 1950 (PMS, 1985; SALVADOR; OCEPLAN – PLANDURB, 1970).

Figura 5 - Os limites do Miolo na cidade de Salvador



Fonte: CONDER (2005).

Porém, para melhor compreender o processo de ocupação do Miolo de Salvador, é preciso antes avaliar algumas questões fundamentais em relação ao processo de urbanização da nossa cidade. Um dos aspectos importantes foi o acelerado crescimento demográfico do município a partir de 1970, quando a cidade ultrapassou seu primeiro milhão de habitantes IBGE (2010), causando repercussões de um tipo de expansão territorial marcada pela expulsão dos pobres para as áreas

mais afastadas dos centros urbanos, formando o que podemos chamar de periferias (FERNANDES, 2000).

Durante as décadas de 1980 e 1990, Salvador manteve um elevado crescimento demográfico estimado de 49,1% a 36,9% respectivamente (IBGE 2010), contribuindo para o contínuo processo de ocupação periférica do espaço urbano da cidade. Este contexto contribuiu para a formação na produção de um padrão periférico de habitação na cidade, quadro que se expressa em grande parte da área do Miolo de Salvador (FERNANDES, 2005; BRITO, 2005).

Naquele período, Salvador tinha um déficit habitacional, estimado em 34.487 habitações, fato que estimulou o avanço da mancha urbana para a área central da cidade e que aliado ao dinâmico êxodo rural da época, estimularam novos movimentos de ocupações dispersas e/ou espontâneo no Miolo da cidade como alternativa de residência para a população de baixa renda em Salvador (CPE, 1960).

Sobre o déficit habitacional Brandão (1978) comenta que:

Embora a crescente demanda de lugares para habitação pudesse ter sido, em grande parte, resolvida pela colmatação dos vazios internos do tecido urbano e proximidades, em função da rigidez da estrutura da terra na cidade, o crescimento da periferia foi à tendência predominante. O mecanismo de especulação imobiliária conferiu ao fenômeno uma intensidade muito distinta da que deveria ser a evolução natural. (BRANDÃO, 1978, p.160).

Cabe salientar que a política nacional de habitação criada a partir de 1964, se caracterizou com base no financiamento da moradia popular e tinha dentre seus objetivos realizar ações governamentais voltadas para os segmentos populares em várias cidades do Brasil, como o caso de Salvador. Nessa fase, além do financiamento para a construção das habitações, algumas ações foram realizadas pelo BNH nas áreas de habitação popular, melhorias e recuperação da infraestrutura local como o abastecimento de água e tratamento de esgoto, pavimentação nas áreas habitacionais e outros, que certamente, contribuíram com a oferta de unidades habitacionais para a população de baixa renda (MENDONÇA, 1989; FERNANDES, 2004).

Essa ação municipal trouxe mudanças no processo de uso e ocupação das terras na cidade de Salvador, reafirmando o Miolo como novo vetor de crescimento da cidade, além da implantação da Av. ACM, da aquisição de grandes áreas por grupos privados, corroborando no avanço do processo de periferação de Salvador.

É nesse cenário que se estabelece um dos períodos mais lucrativos do mercado de terras em Salvador com a concentração de propriedades urbanas nas mãos da elite baiana (RIBEIRO; DEBEFFE, 1979).

Para Brito (2005):

A área de expansão urbana estruturada a partir da década de 1960, ao longo das margens da rodovia BR 324, nas bordas da área do “Miolo”, consolidou-se, em parte, como área residencial periférica servindo à expansão das áreas residenciais proletárias de ocupação antiga, como Liberdade, São Caetano e Pirajá. A condição de vetor de entrada e saída da cidade associada à ocupação e o uso do solo destinado, sobretudo, às atividades industriais e de armazenamento, contribuíram para atrair para ali, ao longo do tempo, grande contingente populacional que aúfere baixos rendimentos na busca da realização de seu direito de morar na cidade. (BRITO, 2005, p. 65).

Contudo, mesmo com a resistência de parte dos proprietários das fazendas do Miolo, cresceu o número de núcleos espontâneos no entorno dos bairros recém-planejados. Um dos projetos dessa área foi o Conjunto Habitacional Presidente Castelo Branco que somado com outros projetos habitacionais participaram da expansão e ocupação das áreas nos limites urbanos de Salvador (BRANDÃO, 1978; FERNANDES, 2004).

Atualmente, apesar das adversidades, o Miolo da cidade demonstra um avanço de atividades terciárias e de serviços, além de abrigar pequenos núcleos de empresas que se instalaram no seu entorno. Sendo assim, apesar de distante das principais centralidades de Salvador, a área de estudo representa um espaço de perspectivas e potencialidades (PMS, 1985; SALVADOR; OCEPLAN – PLANDURB, 1970).

Apesar do avanço da construção de um conjunto de unidades habitacionais entre 1970 e 2015, fica evidente a incapacidade de atuação dos programas de habitação popular em Salvador em diminuir as áreas de ocupações irregulares na cidade, uma vez que parte dessa produção foi direcionada para os trabalhadores do Estado e não para os grupos sociais de baixa renda da época. Contudo, não podemos desconsiderar os avanços e melhorias que, de certa forma, permitiram a organização de políticas voltadas para a habitação social de diversos problemas de ordem socioespaciais na cidade (BONDUKI, 2011).

Dessa forma, é notório que a produção e organização do espaço urbano em Salvador ocorreram de forma bem distinta. De um lado, o grupo formado por relações governamentais (Federal, Estadual e Municipal) e proprietários interessados no mercado de terras, do outro lado, a necessidade de habitar da população de baixa

renda, criando na cidade uma condição de acesso diferenciado do uso do solo urbano em Salvador. Esses fatos nos levam a inferir que, o Miolo é o local próprio e definido para confinar parte considerável dos segmentos populares, mantida a partir do conjunto de relações socioeconômicas que reúne áreas mistas (comércios, serviços públicos e privados, residências) entre os bairros do Miolo, articulada de forma secundária com o restante da cidade (BRITO, 2005; RODRIGUES, 2001).

3.3 HISTÓRICO DO BAIRRO DE CASTELO BRANCO

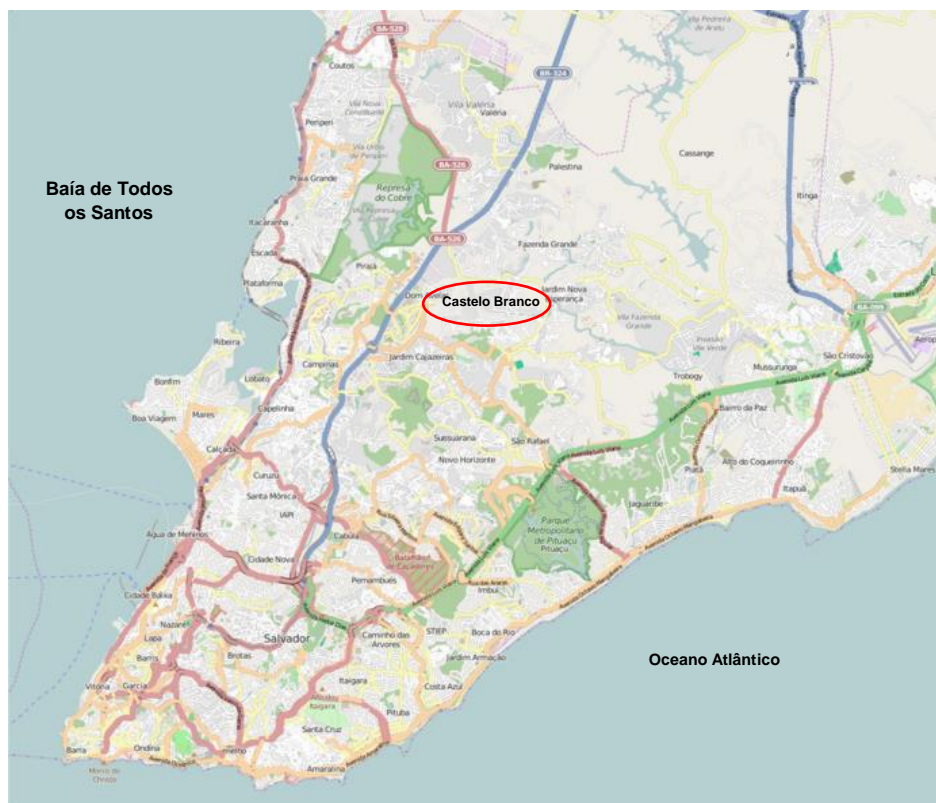
Ao longo da década de (1970), ocorreu uma intensa ocupação do Miolo de Salvador, fruto de uma política habitacional direcionada para os segmentos populares da cidade. No entanto, em 1969, já existiam alguns conjuntos habitacionais como o caso do Presidente Castelo Branco, uma homenagem ao ex-presidente da República, Humberto de Alencar Castelo Branco, falecido em 1967 (PMS, 1985).

Cabe ressaltar que, alguns os conjuntos habitacionais de baixa renda em Salvador foram construídos em áreas de baixa valorização fundiária e próximos de equipamentos públicos de baixo valor social, entre eles: o hospital de hanseníase, em Águas Claras, onde hoje, funciona uma unidade de atendimento básico de saúde e a Colônia Lafaete Coutinho (antiga Pedra Preta), naquela época, presídio de segurança máxima, e, atualmente, custódia de presos em regime semi-aberto (BRITO, 2005).

Inicialmente formado por um pouco mais de seiscentas casas, o bairro tinha uma pequena infraestrutura básica (transporte, iluminação, abastecimento hídrico e rede de esgoto); a população se encontrava fragmentada em pequenos núcleos espontâneos, bem semelhantes o que ocorria em outros bairros como a Palestina, Valéria e outros. É diante desse cenário e em conjunto com a necessidade de ampliar a moradia popular que o governo estadual decide estender a construção dos conjuntos habitacionais a área do Miolo da cidade (FERNANDES, 2005)

Localizado na parte central do município de Salvador entre a Avenida Paralela e a BR - 324, o bairro de Castelo Branco tem os seus limites territoriais com alguns bairros como Dom Avelar, Pau da Lima, Fazenda Grande e o Parque Jardim Cajazeira. Sua formação está distribuída em cinco etapas numa linha de ocupação do eixo central, loteamentos e ocupações irregulares em suas marginais (SALVADOR; OCEPLAN – PLANDURB, 1970).

Figura 6 - Mapa de localização do bairro de Castelo Branco e seus limites territoriais em Salvador/BA – 2017



Fonte: Elaboração PlanMob Salvador adaptado (2017).

O conjunto habitacional Castelo Branco foi direcionado para os servidores estaduais, principalmente para professores e policiais militares. O padrão das habitações era de um conjunto de casas horizontais com dois quartos, sala, cozinha e banheiro e prédios com até quatro pavimentos, sendo um dos primeiros programas de habitação popular do setor residencial na nova área de expansão da cidade (PMS, 1985).

Merece destaque o estudo realizado na década de 1980 sobre o Plano de Ocupação para a Área do Miolo de Salvador que chamava a atenção da importância da região quanto às condições favoráveis de habitabilidade, colocando-a como uma possível área estratégica de Salvador construída em cinco etapas (PMS, 1985).

O núcleo foi construído entre 1969 e 1971, com 685 casas e correspondia a toda área central do espigão que fica entre os rios Águas Claras e Jaguaripe, pertencentes à bacia do rio Jaguaripe, tendo como parte inicial a igreja de Nossa Senhora das Graças. Nessa área, está situado o busto do ex-presidente Castelo Branco, atual praça da primeira etapa, local da construção das primeiras casas, onde

ocorria todos os domingos uma feira livre considerado ponto de referência do bairro (Figura 7) (Jornal A Tarde, 01/02/1971) (AVANÇO..., 1971).

Figura 7 - Conjunto residencial Presidente Castelo Branco entre 1969 – 1971



Fonte. Jornal A Tarde, 01/02/1971 (AVANÇO..., 1971).

A imagem acima refere-se ao primeiro núcleo do projeto de urbanização do bairro de CB, área de estudo da pesquisa. Nota-se a preocupação inicial de ocupação das áreas mais planas, facilitando a construção das casas de forma alinhada, utilizando ao máximo o espaço físico local. Em contato com um morador antigo do bairro, afirmou que eram destaques a presença da Mata Atlântica e pequenos sítios onde as primeiras famílias faziam seus pomares e criavam seus animais. Aos poucos esses pequenos espaços naturais foram se desfazendo em lotes cada vez menores, de tal modo que atingiu uma área significativa do vale (VASCONCELOS, 2002).

Ainda que a primeira fase tivesse terminado em 1971, o governo decidiu inaugurar a segunda fase de expansão de forma concomitante entre 1970 e 1972, um período curto, quando foram construídas mais 627 casas. Entre 1973 e 1974 ocorreu à terceira expansão do bairro de Castelo Branco, ampliando 1.139 casas, atingindo um total de 2.449 casas (Figura 7) (Jornal A Tarde, Caderno cidades, 06/05/1974).

Figura 8 - Casas que integram a terceira etapa do bairro Castelo Branco entre 1972 – 1974



Fonte: Jornal A Tarde, 22/04/1972 (TERCEIRA..., 1972).

Foi um período de intensos movimentos migratórios do interior baiano para Salvador, contribuindo para a cidade ultrapassar o seu primeiro milhão de habitantes, sem contar o deslocamento de pessoas que moraram em assentamentos precários das áreas mais valorizadas, tais como o Recanto do Paraíso para o Miolo da cidade (BRANDÃO, 1978; IBGE, 2010).

Vale destacar que, o bairro de Castelo Branco bem como os demais bairros que faziam parte do Miolo durante a década de 1970 eram áreas que apresentavam condições de infraestrutura básica e serviços públicos deficientes. A limpeza pública era realizada apenas na via principal do bairro, fato que obrigava os moradores das áreas marginais levar os resíduos para as esquinas da avenida central, além do restrito sistema de abastecimento de água que funcionava de forma intermitente (Jornal A Tarde, Caderno cidades, 06/05/1974).

O sistema de transporte coletivo contava com apenas seis linhas que faziam o descolamento dos moradores para o centro e outras áreas da cidade. Os principais acessos ao bairro eram pela EVA, em boas condições na época e a outra opção era através da BR - 324 ou pela via regional (ligação marginal a Av. Paralela), além da carência de segurança pública local (PMS, 1981).

Embora houvesse energia elétrica nas residências, a manutenção dos serviços era reduzida e os moradores passavam dificuldades com o abastecimento de

alimentos. Outra queixa muito frequente durante as décadas de 1970 e 1980 era a baixa qualidade dos materiais utilizados na construção das casas. Havia infiltrações nas paredes e telhados, carência de manutenção dos espaços coletivos, gerando riscos às condições sociais da população local conforme mostra as Figuras 9 e 10 (TERCEIRA..., 1972; PMS, 1981).

Figura 9 - Uso de material de baixa no acabamento das casas de Castelo Branco - 1983



Fonte: Jornal A Tarde, 13/06/1983 (O BAIRRO..., 1983).

Figura 10 - Condições ambientais de abandono no bairro Castelo Branco – 1983



Fonte: Jornal A Tarde, 13/06/1983 (O BAIRRO...,1983).

Com a intensa procura da população de baixa renda por esses imóveis da URBIS e as promessas do Estado em minimizar os problemas acerca da qualidade do material para a construção das novas casas e melhorar as condições de infraestrutura do bairro, novas habitações foram entregues a partir de um sorteio dos inscritos no programa de habitação da época, realizado no teatro do Instituto de Educação Isaias Alves (ICEIA) (PMS, 1986; Jornal A Tarde, 1974).

Foi construído um núcleo de assistência social e Centro Social Unidos de Castelo Branco (CSU), espaço onde seriam ofertadas assistência básica de saúde (consultas médicas, sistema de vacina, odontológica e outras) e uma pequena área de lazer para os moradores locais (PMS, 1986; Jornal A Tarde, 1974).

A quarta fase de expansão do bairro foi entre 1977 e 1978, quando foram disponibilizados 185 lotes, sendo considerado o período de menor ampliação durante o processo de expansão do bairro. Por fim, entre 1979 e 1981, ocorreu à última etapa de construção das casas e equipamentos públicos como a inauguração do principal espaço de saúde do bairro, o Centro de Saúde Cecy Andrade, que realizava atendimento 24h nas áreas: emergência, atendimento clínico geral e especialidade como ortopedia, pediatria e outros, atendia a população local e bairros do entorno, além de uma pequena base de segurança (módulo policial) que funcionada com apoio para da 10ª Departamento de Polícia (DP) localizada no bairro de Pau da Lima (PMS, 1986).

Apesar da resistência do Estado em continuar o projeto por conta dos problemas e queixas dos moradores ocorridos nas fases anteriores, havia uma necessidade emergencial para a ampliação de habitação popular, principalmente, pelo grande déficit habitacional existente na cidade de Salvador. Nesse contexto, foram ofertadas 1061 casas para a população, que completaram a formação espacial do bairro (Tabela 2 e Figura 11) (SALVADOR; OCEPLAN – PLANDURB, 1970; PMS, 1986).

Tabela 2 - Etapas de construção do conjunto habitacional Castelo Branco produzido pela URBIS em Salvador entre 1969 e 1979

Nº CONJUNTOS		CONSTRUÇÃO			Nº DE UNIDADES	
ABITACIONAIS	Início	Fim	casas	aptos	lotes	TOTAL
Castelo Branco I	1969	1971	683	-	-	683
Castelo Branco II	1970	1972	627	-	-	627
Castelo Branco III	1973	1974	1.139	-	-	1.139
Castelo Branco IV	1977	1978	-	-	185	185
Castelo Branco V	1979	1981	1.061	-	157	1.218
TOTAL	Nº UNID.		3.510		342	3.852
	%		35,1		25,5	100

Fonte: Adaptação da tabela da CPE (1979, p.80).

Nota: Elaborado pelo autor desta dissertação (2018).

Figura 11 - Consolidação do Conjunto Habitacional Presidente Castelo Branco – 1979 – 1981



Fonte: Jornal A Tarde, 01/02/1983 (O BAIRRO..., 1983).

No transcorrer do período entre 1990 e 2010 ocorreu uma série de mudanças quanto ao uso do solo urbano do bairro que modificou sua estrutura inicial transformando-o numa área com forte tendência comercial e de serviços, formado por farmácias, pequenos mercados, panificadoras, lotéricas, lojas de materiais para construção, restaurantes dentre outros e uma importante via de penetração para outros bairros como Cajazeira. Segundo a percepção do agente comunitário da Associação de Moradores do bairro de CB, o surgimento de uma dinâmica econômica trouxe melhorias, facilidades e oportunidades de emprego e renda para a população local. Mesmo sendo uma área predominantemente popular, os moradores de Castelo Branco apresentam uma condição social e de qualidade de vida bem diferente à formação primária do bairro (FERNANDES, 2004).

Nesse contexto, há uma nítida diferença entre as etapas do bairro. A primeira etapa apresenta um uso do solo misto, com presença de residências, áreas de lazer como quadras esportivas, duas praças com um a pequena área verde e uma tendência à expansão do comércio e serviços. As etapas seguintes prevalecem o uso residencial, com alguns equipamentos públicos como praças e áreas verdes que são utilizadas como ponto de encontros da população local e a terceira etapa é

predominantemente residencial e as duas últimas estão localizadas na via marginal criadas como parte do processo de consolidação urbana no bairro de CB (PMS, 1985).

Devido à geografia acidentada, não houve condições físicas para avançar novas construções do projeto, restando apenas algumas localidades acidentadas entre as três etapas. Certamente, essa configuração contribuiu para a construção de habitações precárias e ampliação dos aglomerados subnormais da área de estudo (PMS, 1985; LOUOS, 2016).

Atualmente, o bairro de Castelo Branco apresenta uma dinâmica urbana complexa, conforme as áreas periféricas localizadas nas metrópoles brasileiras, principalmente, quanto à organização espacial, paisagem urbana, bem como aos padrões de QVU da população local. Entre os aspectos peculiaridades do bairro, encontra-se a presença de um viés cultural ligado ao Grafite. Castelo Branco é considerado o bairro do grafite em Salvador, por ter os representantes mais antigos dessa manifestação artística em espaços públicos na cidade. São eles: Tarcio V, Eder Muniz, Lee, os alguns membros desse movimento urbano que chegou ao Brasil por volta da década de 1970, inicialmente na cidade de São Paulo e que rapidamente se espalhou nas cidades brasileira, expressando temas diversificados das raízes nordestinas, baiana e africana, como mostra as Figuras 9 e 10 (Jornal Correio da Bahia, 2016).

Figura 12 - Projeto ponta de lança Castelo Branco - 2017



Fonte: Tarcio V. Foto do autor em pesquisa de campo (2017).

Figura 13 - O colorido das ruas no bairro de Castelo Branco - 2017



Fonte: Eder Muniz. Foto do autor em pesquisa de campo (2017).

No Centro Social Urbano (CSU) do bairro ocorre micro-ações dos grupos de voluntários, cujo objetivo é ofertar cursos de curta duração nas áreas de informática básica e artesanato para a comunidade, na tentativa de promover novas oportunidades de emprego e renda para os moradores do bairro. É nesse espaço também que ocorre um projeto social chamado Segundo Tempo, que tem como finalidade à prática esportivas diversificadas como futebol, vôlei, capoeira e outros, para crianças e jovens no turno oposto da escola (PMS, 2010).

Segundo os diretores entrevistados, o projeto tem como objetivo o bem-estar das crianças, o fortalecimento da autoestima de jovens em situação de vulnerabilidade social e violência, além de orienta-los quanto à importância da formação profissional para o mercado de trabalho. Sem dúvidas, essas ações promovidas pelos centros comunitários locais contribuem para a ampliação do conhecimento dos jovens acerca de seus direitos e deveres, além de ampliar o exercício da cidadania, principalmente nos bairros periféricos em Salvador (PMS, 2010).

Dessa forma, fica evidente que o processo de periferização ocorrido no Miolo da cidade foi marcado por uma distinção socioeconômica que colaborou para o avanço das desigualdades espaciais em Salvador. Soma-se a isso, as diversas fragilidades estruturais como a dificuldade de ampliação de rede pública escola e creches, postos de saúde que atendam a demanda local e outros, e que compromete a qualidade de vida dos moradores e contribui para elevar os níveis de segregação no bairro, objeto de estudo desta pesquisa.

3.4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

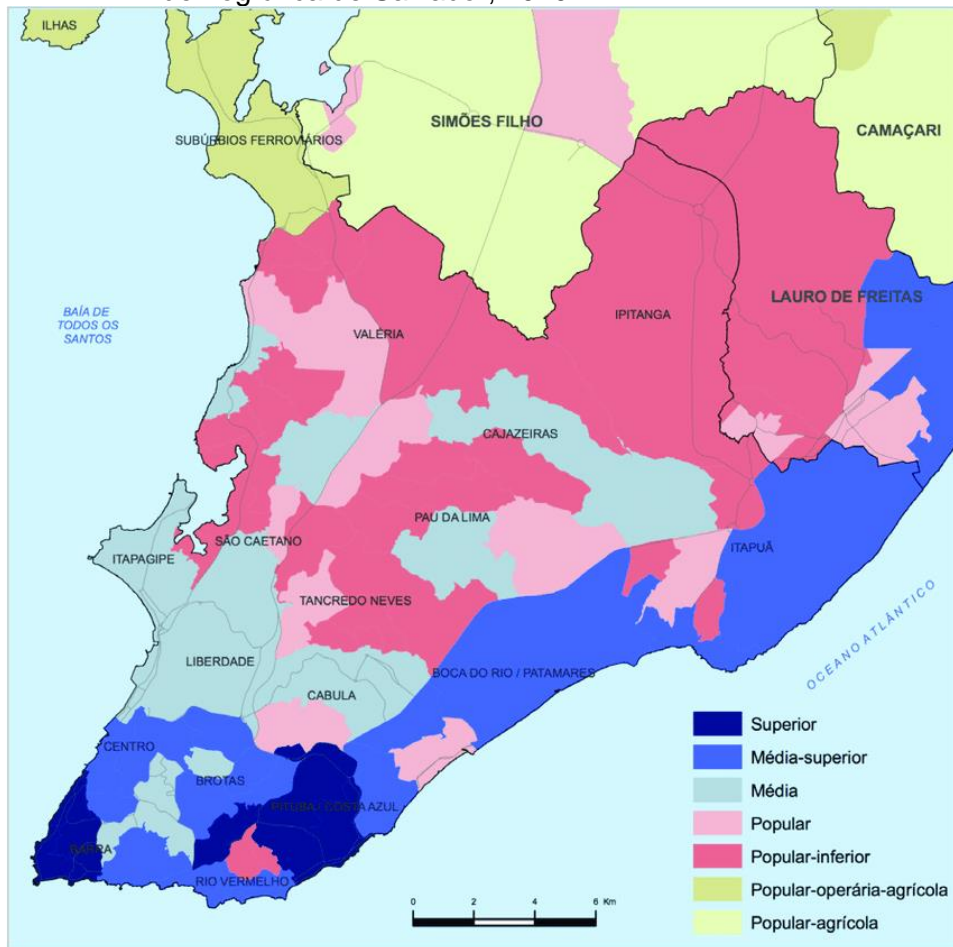
As concepções e aplicações acerca do conceito de bairro são normalmente bem diferentes entre os autores, variando de acordo com o objetivo de cada pesquisa. Como mencionado na metodologia, vamos utilizar para esta pesquisa a definição do IBGE, que chama de bairro as subdivisões intra-urbanas legalmente estabelecidas através de leis ordinárias das Câmaras Municipais e sancionadas pelo Prefeito.

Até 1960, Salvador esteve dividida em subdistritos segundo a Lei Municipal nº 1.038/60 que delimitava a estrutura urbana e sub-urbana dos distritos e sub- distritos em 32 bairros. Em 2010, a prefeitura passou a utilizar o livro “*Caminhos das Águas de Salvador*” (SANTOS, 2010), elaborado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 2010, que apresenta 160 bairros na capital, além de três ilhas, foi utilizada a bacias hidrográfica para fazer a delimitação das áreas, contribuindo para ampliar novos caminhos no que diz respeito aos estudos sobre o espaço urbano de Salvador (PMS, 2010).

Contudo, no ano de 2017, foi aprovado o Projeto de Lei (PL) 363/17 pela Câmara Municipal de Salvador que delimita e denomina os bairros na capital baiana. Pela proposta, o número de bairros salta de 160 para 163, além das três ilhas - de Maré, dos Frades e de Bom Jesus dos Passos. Este fato comprova a grande complexidade para estabelecer critérios e limites espaciais nas grandes cidades brasileiras que foram marcadas por processos urbanos desiguais (PMS, 2017).

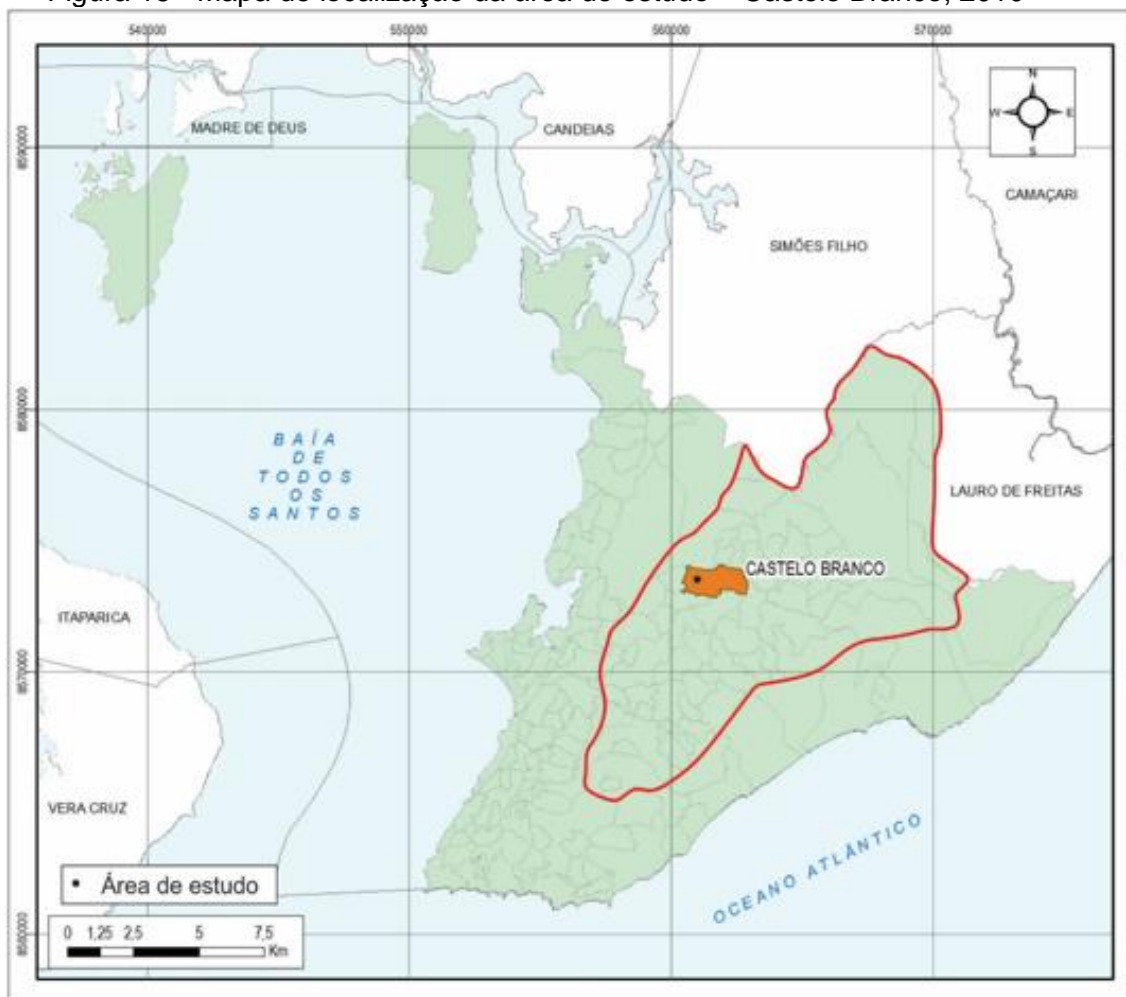
Desde a sua criação em 1969 e no decorrer da década de (1970), o bairro de Castelo Branco, sofreu modificações espaciais, porém, manteve sua tipologia habitacional popular, como parte do plano inicial PLANDURB e representou um marco histórico para o processo de evolução urbana de Salvador, conforme as Figuras 14 e 15 apresentadas a seguir.

Figura 14 - Tipologia socioespacial através do uso das áreas de expansão demográfica de Salvador, 2010



Fonte: Silva, Carvalho e Pereira (2016).

Figura 15 - Mapa de localização da área de estudo – Castelo Branco, 2010



Fonte: IBGE (2010) CONDER (2008).

O mapa acima indica a localização geográfica do bairro, embora o objeto de nosso interesse seja apenas a primeira etapa da área de estudo PECB. Sua área está inserida na ZEIS – 1 que, de acordo com a Lei nº 9.069/2016, do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador (PDDU) “são destinadas à implementação de programas de regularização fundiária e urbanística, produção, manutenção ou qualificação de Habitação de Interesse Social (HIS) (SALVADOR, 2016, p. 218).

A PECB é predominantemente residencial, apesar de ter no mapa do bairro a principal via de acesso dos meios de transportes e de circulação dos moradores com uso do solo de forma mista (residencial /comercial). A via principal se destaca pela dinâmica comercial em relação às demais áreas do bairro, com a presença e serviços diversificados como minimercados de alimentos, redes bancárias, farmácias, consultórios médicos, utilizados diariamente pelos moradores locais e de bairros no

entorno, conforme as (Figuras 16, 17, 18, 19) representados a partir da distribuição espacial na Figura 20 (CONDER, 2016; LOUOS, 2016).

Figura 16 - Dinâmica comercial de Castelo Branco, 2017



Fonte: O autor desta dissertação em pesquisa de campo (2017).

Figura 17 - Via principal da PECB, 2017



Fonte: O autor desta dissertação em pesquisa de campo (2017).

Figura 18 - Área de circulação da PECB, 2017



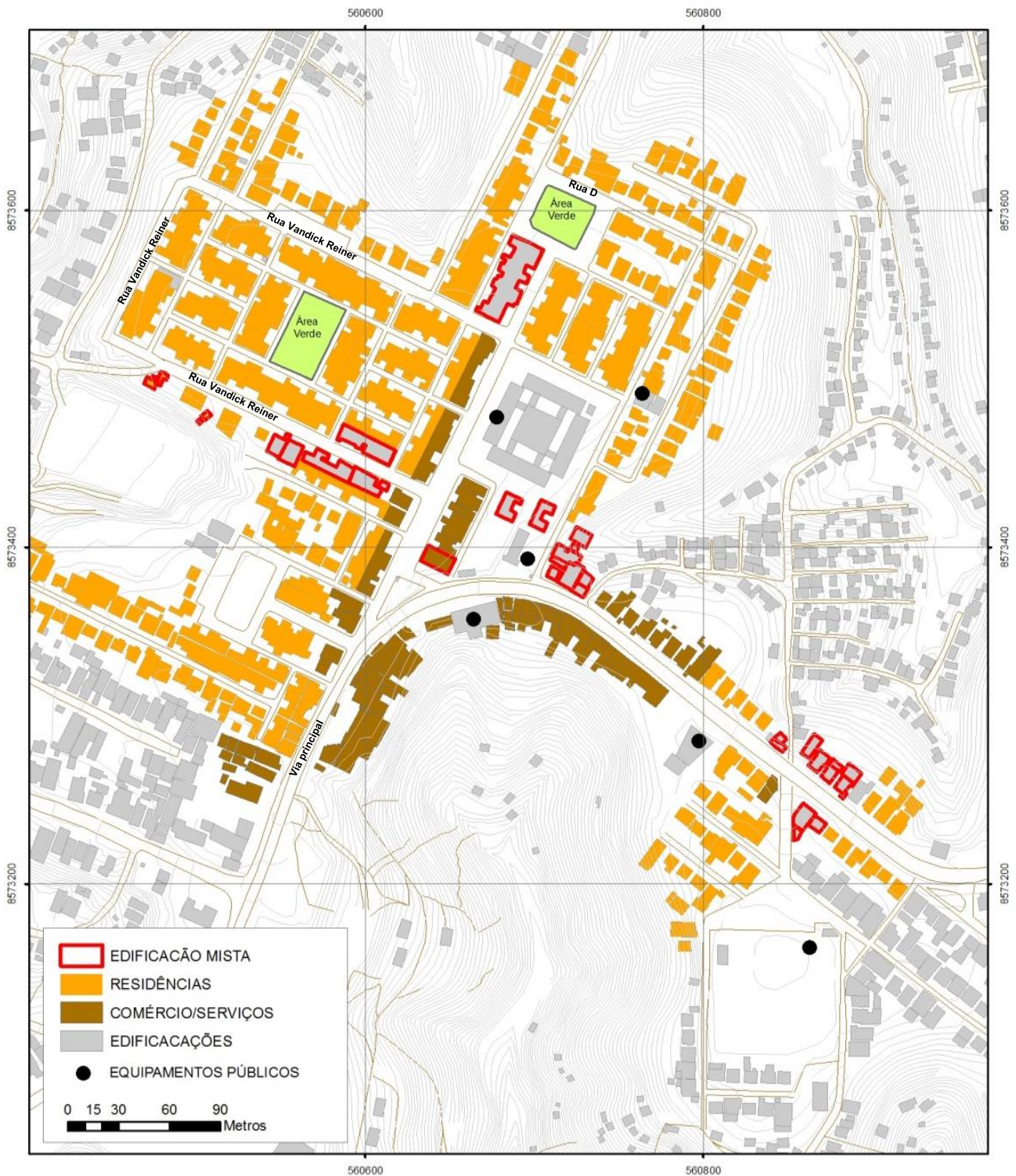
Fonte: O autor desta dissertação em pesquisa de campo (2017).

Figura 19 - Serviços diversificados, 2017



Fonte: O autor desta dissertação em pesquisa de campo (2017).

Figura 20 - Distribuição espacial das áreas comerciais, residenciais e mistas da PECB, 2017

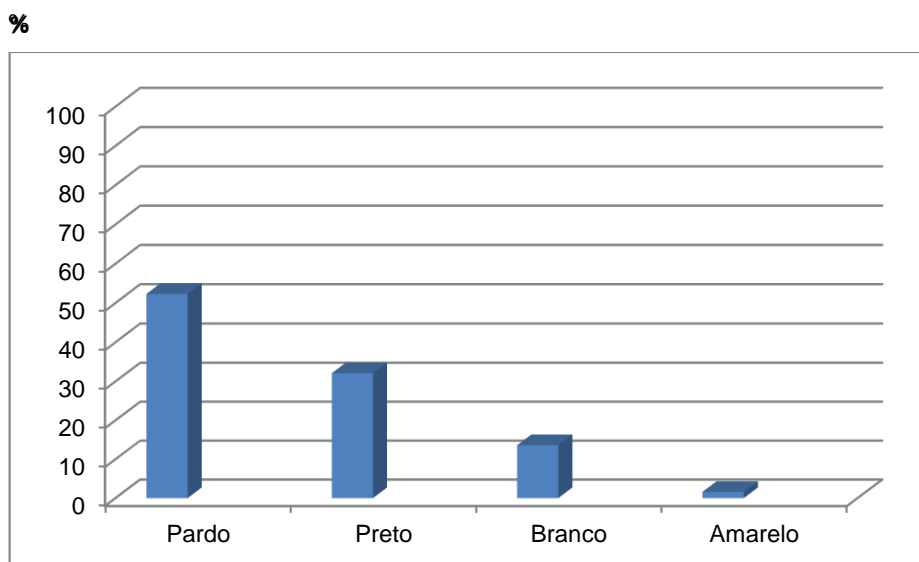


Fonte: O autor desta dissertação em pesquisa de campo (2017).

O bairro de Castelo Branco tem uma população de 33.510 habitantes, o que corresponde a 1,24% da população de Salvador; concentra 1,22% dos domicílios da cidade, com 35,8% dos seus chefes de família situados na faixa de renda mensal até 2 salários mínimos. Distribuídos em cerca de 2.135 ha, apresenta uma densidade demográfica de 146 hab/ha, além de um número expressivo de chefes de família com escolaridade entre 4 a 7 anos de estudo, isto é 33,4% (IBGE, 2010; CONDER, 2016).

A distribuição da população segundo a cor/raça em Castelo Branco apresentou-se da seguinte forma: branca 13,60%, preta 32,10%, amarela 1,67%, parda 52,39%, perfazendo um percentual de 84,49% de predominância afrodescendentes conforme o Gráfico 1. Seguindo a tendência do município de Salvador, há um processo de envelhecimento da população dos moradores, de acordo com elevação da faixa etária acima de 50 anos aumentou de 6,88% para 16,25% entre os anos de (1991 e 2010) (CONDER, 2006; IBGE, 2010).

Gráfico 1 - Percentual da população total residente por cor/raça segundo os bairros do município de Salvador – 2010 – Castelo Branco



Fonte: IBGE (2010). Santos (2010).

Nota: Elaboração: CONDER/INFORMS/SEDIG (2014).

Os principais equipamentos públicos do bairro são: Escola Estadual Dona Arlete Magalhães, a Escola Municipal Castelo Branco, o Posto de Saúde Cecy Andrade, a Cesta do Povo, a Paróquia Cristo Operário, a Primeira Igreja Batista de Castelo Branco, o Conselho de Moradores e duas áreas de lazer (praças e quadras esportivas). As praças e áreas verdes apresentam equipamentos bem simples, as

mais utilizadas ficam numa área central da PECB e são frequentadas por famílias nos finais de semana como ponto de encontro dos moradores locais.

A maioria dos equipamentos públicos fica localizada ao longo da via principal do bairro, são utilizados em grande medida pela população de áreas do entorno como os bairros de Don Avelar e Vila Canária, principalmente, no que diz respeito ao uso dos equipamentos de serviços de educação, saúde e áreas de lazer. Na área da PECB, destaca-se por uma pequena concentração desses equipamentos em relação as demais etapas do bairro, de acordo com a Figura 21, 22, 23, 24 e 25.

Figura 21 - Escola Municipal Arlete Magalhaes, 2017



Fonte: O autor desta dissertação em pesquisa de campo (2017).

Figura 22 - Escola Municipal Zilda Arns, 2017



Fonte: O autor desta dissertação em pesquisa de campo (2017).

Figura 23 - Posto de Saúde Cecy Andrade, 2017



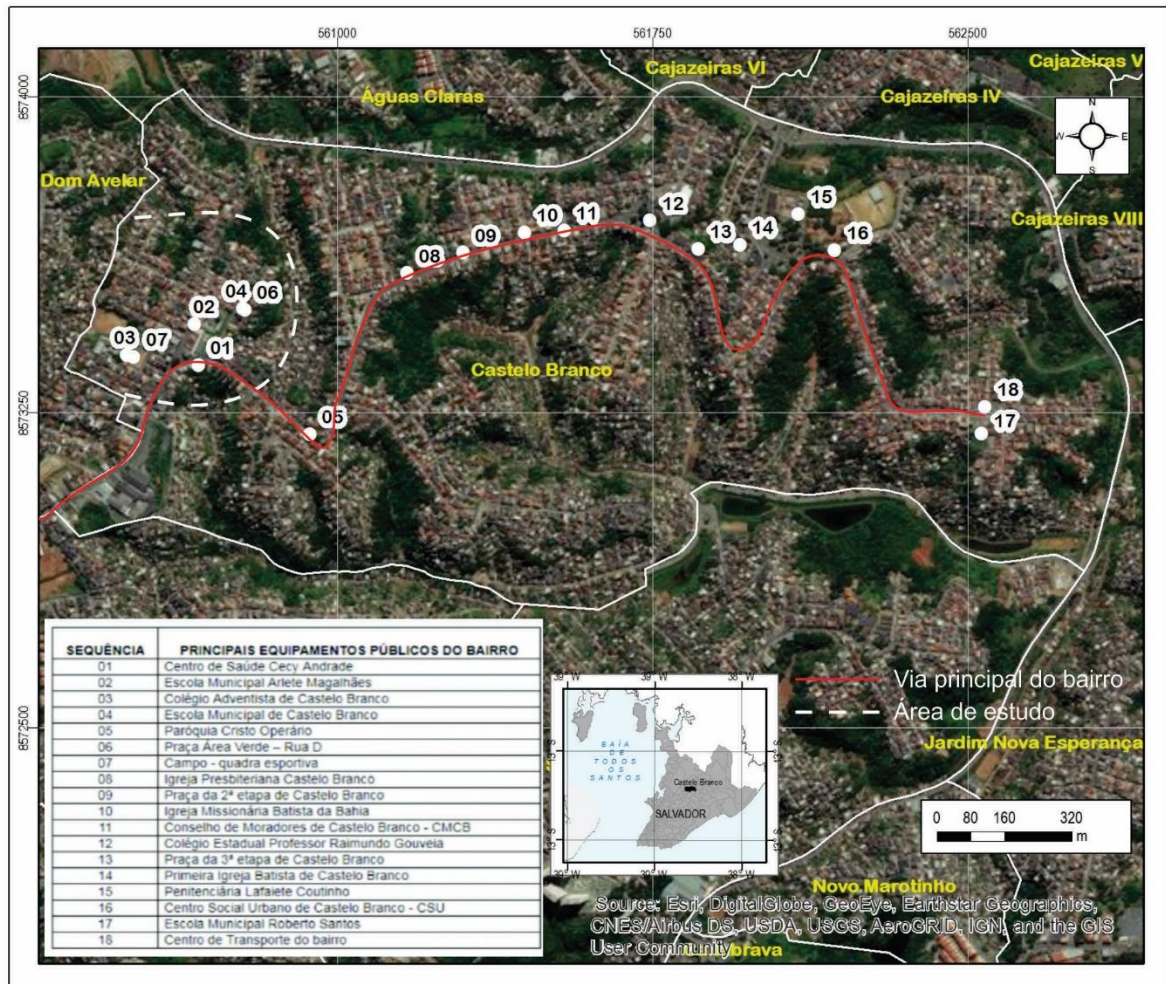
Fonte: O autor desta dissertação em pesquisa de campo (2017).

Figura 24 - Praça da rua D, 1ª etapa de Castelo Branco, 2017



Fonte: O autor desta dissertação em pesquisa de campo (2017).

Figura 25 - Distribuição dos principais equipamentos públicos da PECB, 2017



Fonte: Elaborado pelo autor desta dissertação em pesquisa de campo com base no ARCGIS 10.4 - CONDER

Além disso, no Censo de (2010) o IBGE identificou o avanço de aglomerados subnormais em bairros do Miolo, na qual o bairro de Castelo Branco registrou 50,20% das novas ocupações irregulares, entre elas as áreas de Don Lucas e Moscou I (Figuras 26 e 27) (CONDER, 2016; IBGE, 2010).

Figura 26 - Aglomerado subnormal Don Lucas, 2017



Fonte: O autor desta dissertação em pesquisa de campo (2017).

Figura 27 - Aglomerado subnormal Moscou, 2017



Fonte: O autor desta dissertação em pesquisa de campo (2017).

No momento atual, o bairro de Castelo Branco sofre dos mesmos problemas de falta de segurança e de serviços públicos efetivos, bem semelhantes aos demais bairros pobres de Salvador. Apesar dos avanços dos últimos anos, registrados pelos órgãos públicos (estadual e municipal) quanto à infraestrutura básica local, constatamos em observação de campo, o descaso em relação aos serviços como: saneamento básico, esgotos que correm a céu aberto, coleta de lixo, aumentando o risco da proliferação de doenças como leptospirose, verminoses e outras (Figuras 28 e 29).

Figura 28 - Esgoto a céu aberto, 2017



Fonte: O autor desta dissertação em pesquisa de campo (2017).

Figura 29 - Carência na limpeza pública, 2017



Fonte: O autor desta dissertação em pesquisa de campo (2017).

Em contato com a gestão do posto de saúde e agentes de saúde que trabalham na PECB, afirmaram que ainda são frequentes no bairro de Castelo Branco casos de doenças provenientes de contato com lixo e água contaminada, atingindo principalmente as crianças entre 8 a 15 anos. Estes fatos são indicadores de um cenário de vulnerabilidade na qualidade da saúde dos moradores na área da pesquisa.

CAPÍTULO 4 MUDANÇAS NO USO SOLO URBANO E SEUS IMPACTOS NA QUALIDADE DE VIDA DO BAIRRO DE CASTELO BRANCO

Conforme apontado na introdução e metodologia será apresentado nessa sessão as principais repercussões acerca da qualidade de vida dos moradores a partir das mudanças do uso do solo urbano do bairro de Castelo Branco. É um resultado da junção das informações e dos dados mais recentes das três dimensões espaciais: ambiental, social e econômica, obtidos nos últimos dois Censos realizados pelo IBGE e fontes documentais de órgãos estaduais, municipais e privados de Salvador.

Em seguida, serão expostos também, os resultados dos questionários e entrevistas realizadas com os habitantes na PECB, principal objeto de estudo dessa pesquisa. Dessa forma, esses elementos dão continuidade ao cruzamento das informações adquiridas durante o estudo e das conexões entre as ideias e discussões acerca dos capítulos anteriores.

Vale lembrar ainda que, as informações adquiridas para compor essa pesquisa, foram geradas com base no conceito de bairro do IBGE, que trabalha com a divisão espacial apoiado na seleção das informações contidas por setores censitários e articulados com as demais fontes apresentadas anteriormente. Porém, antes do início da apresentação dos resultados, cabe destacar a importância de fazer uma breve exposição acerca das mudanças do uso do solo urbano dos bairros periféricos de Salvador, tendo como destaque, o bairro de Castelo Branco.

A partir da década de (1990), ainda sob a influência da dinâmica demográfica e das novas centralidades de Salvador, observa-se quase todo o espaço físico da cidade com formas diversificadas e intensivas de uso e ocupação do solo urbano. Nessa fase, o quarto município mais populoso do Brasil e um dos centros regionais mais importantes do país, consolida-se como uma cidade marcada pelo setor terciário (PMS, 2009).

No Miolo, área de localização do bairro de Castelo Branco, ocorreram mudanças e ampliações quanto ao uso diversificado do solo urbano, tanto no sentido Iguatemi – BR – 324, bem como outras direções da cidade. Esse movimento de expansão das atividades voltadas para o comércio e serviços, deu origem a concentrações terciárias de menor hierarquia localizadas em determinadas áreas nos limites de Salvador (PMS, 1985, 2009).

Vale ressaltar que, naquele período, a Lei municipal nº 3337/84, permitiu o avanço de atividades do setor terciário em outras áreas da cidade, conquistando cada vez mais os espaços residenciais nos bairros periféricos de Salvador. Nesse contexto, vários bairros de Salvador passaram por mudanças estruturais a partir dos corredores de comércio e serviços ao longo das principais avenidas de circulação, como o caso do bairro de Castelo Branco, que se distinguem dos demais bairros em função do seu porte e nível de especialização (PMS, 2009).

Dentre as principais transformações estruturais ocorridas no Bairro de Castelo Branco destacam-se: o aumento da frota de transportes, o crescimento da diversidade de comércios na via de acesso principal, a implantação de grupos empresariais como a fábrica de distribuição de laticínios Nestlé, a distribuidora de bebidas (Antártica – Ambev), redes de supermercados e outros. Este cenário provocou uma dinâmica na economia local que, teoricamente, contribuiu para o surgimento de novos serviços no bairro, possibilitou a ampliação do emprego e renda para a população local, traduzindo assim, uma nova dinâmica socioeconômica nesta área de Salvador (PMS, 1985).

Certamente, coexiste ainda, no espaço de Salvador outras áreas de concentrações que possuem uma abrangência maior ou menor, podendo atingir um alcance municipal ou apenas local. “[...] São exemplos desta situação: concentrações terciárias que mesclam atividades do varejo com serviços diversificados e estão voltadas principalmente ao atendimento de populações específicas, geralmente circunvizinhas, como é o caso de Pau da Lima, São Marcos, São Caetano, Pernambués, Fazenda Grande, Cajazeiras” (PMS, 2009, p. 92) localizadas ao longo das principais avenidas arteriais do Miolo, que reforçam essa estrutura urbana mista nos bairros ocupados pela população de baixa renda em Salvador (PMS, 1985, 2009).

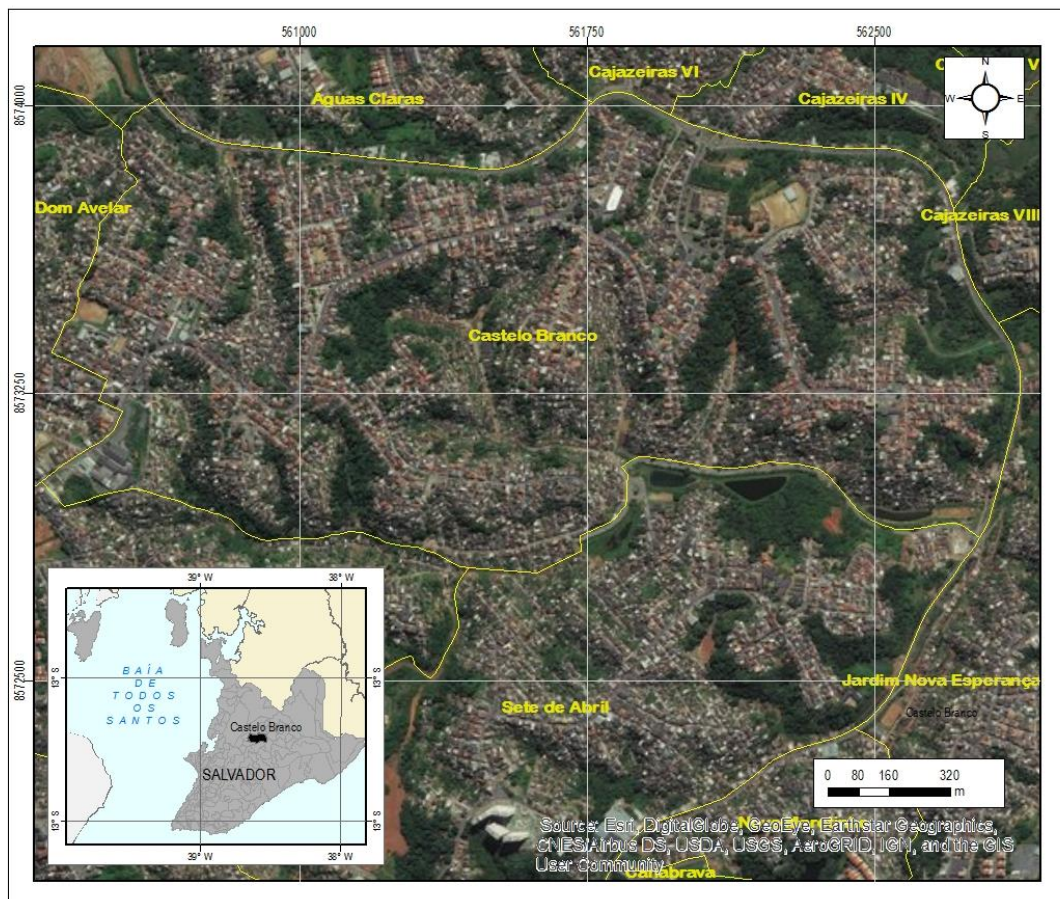
4.1 ASPECTOS FÍSICOS ESPACIAIS E CARACTERIZAÇÃO DAS HABITAÇÕES DO BAIRRO DE CASTELO BRANCO

O bairro de Castelo Branco é margeado pelo rio Camarajipe no limite com o bairro de Campinas de Pirajá, onde se encontra também a principal nascente do rio Jaguaripe que durante o século passado era um dos rios utilizados para abastecer a

cidade de Salvador. Em contato com uma moradora antiga, no limite com o bairro de Águas Claras, havia o rio conhecido como Águas Claras que, além de ser utilizado para abastecer a região, servia também aos moradores como uma área de lazer (CONDER, 2016).

A vegetação de Mata Atlântica ali existente foi praticamente substituída pelo plano de habitação da URBIS, por ocupações irregulares nas áreas marginais do bairro, restando pequenos vestígios nos espaços mais íngremes, além do aterramento de parte do rio Águas Claras, para o assentamento de grupos de pessoas oriundos de áreas do entorno. Sem dúvidas, a presença de poucas áreas verdes, praças, jardins e lagos é uma característica visível na área de estudo e muito comum nos espaços povoados por segmentos populares das metrópoles brasileiras (PMS, 1981, 1985).

Figura 30 - Ocupação urbana do bairro de Castelo Branco – Salvador – BA/2017



Fonte: Google Maps (2018).

No âmbito das habitações, as casas possuem área média entre 75 e 95 m² dividida em cinco ambientes: dois quartos, uma sala, cozinha e banheiro (SALVADOR; OCEPLAN – PLANDURB, 1970). Além disso, uma das características do modelo de organização das residências planejada pelo PLANDURB era a horizontalidade das casas, o que facilitava a ocupação da área central do bairro com um maior número de moradias nas ruas ou avenidas onde estavam localizadas. Posteriormente, algumas casas foram vendidas tornando-se espaços comerciais (Figuras 31, 32, 33 e 34).

Figura 31 - Casas no bairro de Castelo Branco, 2017



Fonte: O autor desta dissertação em pesquisa de campo (2017).

Figura 32 - Modelos das casas no início do conjunto habitacional Castelo Branco, 2017



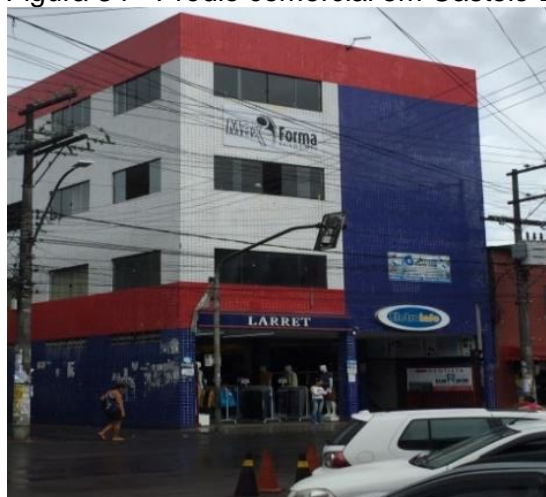
Fonte: O autor desta dissertação em pesquisa de campo (2017).

Figura 33 - Ocupações mistas em Castelo Branco, 2017



Fonte: O autor desta dissertação em pesquisa de campo (2017).

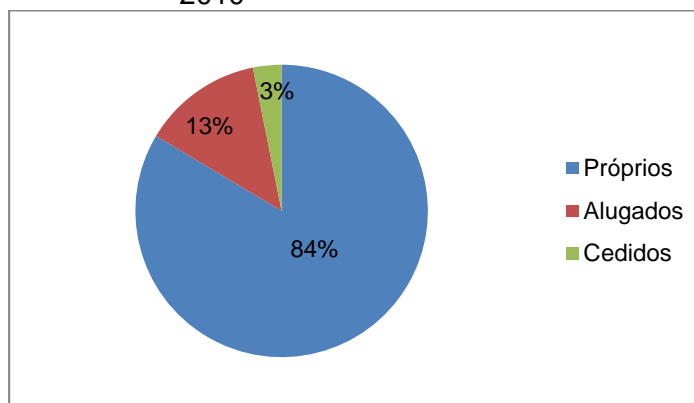
Figura 34 - Prédio comercial em Castelo Branco, 2017



Fonte: O autor desta dissertação em pesquisa de campo (2017).

Quanto à condição de ocupação, a maioria dos domicílios particulares permanentes eram próprios, com um percentual de 84%, seguido dos alugados, com 13 % e, por fim, os cedidos com a proporção de 3% (Gráfico 2) (IBGE, 2010; SANTOS, 2010; CONDER, 2014).

Gráfico 2 - Condições dos domicílios do bairro de Castelo Branco, 2010



Fonte: IBGE (1991, 2000, 2010), Santos (2010).

Nota: Elaborado pelo autor desta dissertação (2018).

Nota-se ainda que, nos últimos dois Censos, o IBGE (2000, 2010) identificou um incremento no bairro de Castelo Branco de elevado percentual de domicílios em aglomerados subnormais. Entre os períodos de 2000 e 2010, foi registrado um crescimento de 2.309 domicílios subnormais, representando hoje 5.349 ocupações, atingindo um crescimento elevado de domicílios subnormais de aproximadamente 130% (Tabela 3) (IBGE, 2010; SANTOS, 2010; CONDER, 2014).

Tabela 3 - Percentual de domicílios particulares permanentes por condição de ocupação do domicílio segundo os bairros do município de Salvador, 2010

Bairros	Domicílio											
	Total			Particulares Permanentes			Particulares Improvisados			Subnormal		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Salvador	488.144	660.239	866.956	478.065	651.293	858.887	2.394	2.229	1.519	47.978	61.322	276.081
Prefeitura-Bairro III - Cajazeiras	30.110	45.791	62.225	29.490	44.970	61.597	406	399	120	4.068	5.486	17.945
Águas Claras	4.825	8.276	11.507	4.756	8.189	11.432	28	73	26	876	535	4.643
Boca da Mata	1.240	1.921	2.531	1.238	1.917	2.475	2	4	0	6	0	0
Cajazeiras II	382	383	380	316	364	380	1	3	0	0	0	0
Cajazeiras IV	372	824	1.004	372	824	1.004	0	0	0	0	272	306
Cajazeiras V	574	1.229	1.685	573	1.214	1.642	1	15	43	0	163	224
Cajazeiras VI	1.472	1.793	2.287	1.396	1.791	2.285	76	2	2	508	573	735
Cajazeiras VII	553	1.192	1.424	552	1.191	1.424	1	1	0	216	451	571
Cajazeiras VIII	943	3.051	4.205	943	2.897	4.200	0	153	5	11	0	1.795
Cajazeiras X	1.667	1.978	2.650	1.652	1.945	2.642	3	22	8	0	0	0
Cajazeiras XI	3.360	4.282	5.250	3.091	4.161	5.248	269	56	2	10	153	149
Castelo Branco	5.614	7.992	10.656	5.533	7.643	10.274	14	34	5	1.961	2.309	5.349
Dom Avelar	1.914	2.831	3.748	1.885	2.823	3.737	7	8	4	163	479	1.312
Fazenda Grande I	2.127	2.715	3.516	2.127	2.708	3.513	0	7	0	311	551	633
Fazenda Grande II	2.535	3.119	5.936	2.535	3.107	5.901	0	12	23	1	0	2.049
Fazenda Grande III	1.445	1.776	2.308	1.445	1.774	2.308	0	2	0	5	0	0
Fazenda Grande IV	524	600	1.422	517	598	1.416	0	2	2	0	0	0
Jaguaripe I	563	1.829	1.716	559	1.824	1.716	4	5	0	0	0	179

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.
Santos et al., Caminho das Águas em Salvador, 2010.
Elaboração: CONDER/INFORMS/SEDIG, 2014.

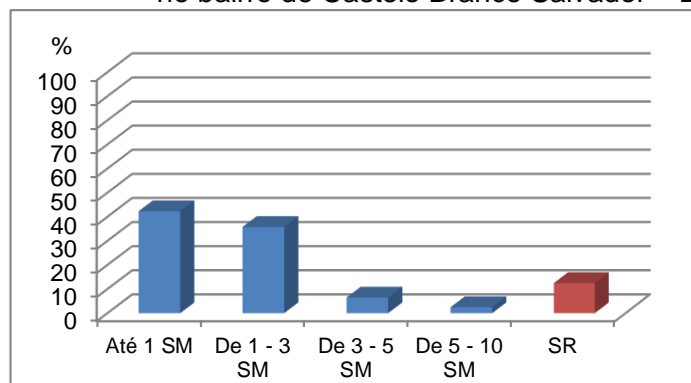
4.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO ATUAL DAS FAMÍLIAS (RENDA MÉDIA DO CHEFE DA FAMÍLIA E EDUCAÇÃO)

Os resultados apresentados são um retrato das famílias e dos grupos assentados no bairro de Castelo Branco durante o período da coleta de dados. De acordo com as informações obtidas e as referências do IBGE, SEI, indicam uma manutenção da condição de baixa renda entre os moradores, apesar do tímido avanço no processo de escolarização da população local.

Um aspecto de destaque é o atual perfil dos chefes de família no Estado da Bahia e em Salvador. Segundo dados do IBGE (2010), na Bahia, 31,9% são administradas por mulheres, enquanto o percentual no Estado é maior que a média nacional, cujo índice é de 29,2% (IBGE, 2010). Em Salvador e RMS são recordistas em proporção de mulheres que chefiam famílias com 43,8%, conforme os dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e no bairro de Castelo Branco há um percentual de 52,46% corroborando com as recentes estatísticas no cenário nacional (PNUD, 2010).

Sobre o rendimento dos domicílios os resultados apontam, para a presença de 35,8% na faixa de renda até 2 salários mínimos, (Gráfico 3). Essas informações reforçam a presença de uma parcela significativa dos segmentos de baixa renda, corroborando com as informações do IBGE (2010).

Gráfico 3 - Rendimento nominal médio e rendimento nominal por faixa salarial no bairro de Castelo Branco Salvador – BA, 2010



Fonte: IBGE (1991, 2000, 2010). Santos(2010).

Nota: Elaborado pelo autor desta dissertação (2018).

Cabe destacar ainda que, entre os dois Censos do IBGE (2000, 2010) ocorreu uma redução percentual dos responsáveis e/ou chefes de famílias sem rendimento de 17,5% para 12,5%, o que deduz como uma das razões para esse avanço a presença

das atividades ligadas ao comércio e serviços no bairro, contribuindo para ampliar a renda da população local. Apesar do percentual ainda ser expressivo, essa população vive de maneira informal ou está em busca por um trabalho formal conforme a Tabela 4.

Tabela 4 - Rendimento nominal médio e rendimento nominal por faixa salarial segundo os bairros município de Salvador, 2010

Bairros	Rendimento médio dos responsáveis por domicílios particulares permanentes (R\$)			Rendimento do responsável pelo domicílio particular permanente (%)																				
				0 a 1 SM			1 a 3 SM			De 3 a 5 SM			De 5 a 10 SM			De 10 a 20 SM			Superior a 20 SM			Sem rendimento		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Salvador	1.965,9	784,3	1.452,0	24,6	19,1	34,2	34,1	30,2	31,3	11,4	12,4	8,3	11,7	12,9	7,8	6,8	7,4	3,5	3,7	4,6	1,4	6,6	13,5	13,4
Prefeitura-Bairro III - Cajazeiras	533,9	1.095,4	1.142,2	23,4	20,4	37,8	45,4	37,9	38,3	14,6	15,0	6,1	7,2	8,9	2,2	1,2	1,6	0,3	0,2	0,3	0,1	6,5	16,1	15,4
Águas Claras	451,1	874,9	929,9	27,9	25,4	40,9	45,3	39,5	35,7	11,1	10,8	3,8	4,9	5,2	1,4	1,0	1,0	0,2	0,2	0,2	0,1	8,7	17,9	18,0
Boca da Mata	578,0	1.119,9	1.298,1	15,9	16,5	29,5	51,5	40,0	48,3	20,7	19,2	8,9	8,1	10,8	3,1	1,1	1,4	0,3	0,0	0,2	0,1	2,5	11,9	9,9
Cajazeiras II	266,0	1.290,9	1.404,2	4,7	10,7	27,1	64,0	35,4	45,8	19,9	28,8	13,2	4,4	13,5	3,7	0,0	1,6	0,3	0,0	0,0	0,0	6,3	9,9	10,0
Cajazeiras IV	582,3	1.268,4	1.201,1	8,1	19,3	36,0	57,8	30,6	37,4	13,4	15,0	7,0	9,7	11,2	4,0	2,2	3,3	0,6	0,0	0,8	0,0	8,9	19,8	15,1
Cajazeiras V	655,4	1.198,2	1.298,2	13,2	15,3	33,1	45,6	34,6	39,8	17,8	20,8	10,2	10,8	13,9	4,0	3,3	2,6	0,6	0,5	0,2	0,1	8,2	12,7	12,2
Cajazeiras VI	532,2	1.193,4	1.138,3	16,1	17,0	36,2	55,0	35,8	37,2	13,1	16,0	6,5	5,5	13,0	2,8	0,5	2,5	0,3	0,1	0,2	0,0	4,4	15,5	17,0
Cajazeiras VII	379,7	951,5	1.103,6	18,4	19,2	44,5	48,6	34,8	32,9	13,6	17,4	6,1	7,1	10,0	2,3	1,1	1,7	0,3	0,4	0,2	0,0	10,3	16,7	13,9
Cajazeiras VIII	573,0	904,5	960,3	9,8	27,1	38,6	55,4	36,7	39,0	17,4	13,7	4,5	8,7	6,9	1,6	0,8	1,3	0,1	0,2	0,1	0,0	7,1	14,3	16,2
Cajazeiras X	524,5	1.139,9	1.113,5	27,1	15,3	35,8	44,7	36,6	41,2	15,3	18,8	6,5	6,7	11,5	2,4	1,0	1,7	0,4	0,2	0,3	0,0	4,7	15,8	13,7
Cajazeiras XI	513,7	1.081,4	917,9	20,6	21,2	36,8	41,5	41,6	33,0	13,8	14,5	4,0	5,4	6,6	1,1	0,8	0,8	0,2	0,1	0,3	0,0	9,6	15,0	24,9
Castelo Branco	410,2	1.024,5	1.137,5	35,6	22,2	42,3	37,9	36,0	35,8	10,0	12,6	6,5	6,5	9,5	2,5	1,2	1,8	0,4	0,3	0,4	0,0	8,1	17,5	12,5
Dom Avelar	535,6	985,3	1.174,8	26,8	19,1	37,4	42,3	39,7	41,4	14,4	15,2	6,5	8,7	7,9	2,4	1,3	1,7	0,2	0,3	0,1	0,1	5,4	16,3	11,9
Fazenda Grande I	576,4	1.201,6	1.218,9	22,3	16,4	34,0	45,5	33,8	40,6	17,3	17,8	7,1	9,6	10,2	2,3	1,5	2,0	0,4	0,1	0,3	0,1	3,6	19,5	15,5
Fazenda Grande II	589,6	1.207,9	1.307,9	16,3	13,3	33,9	51,2	37,4	42,2	19,4	19,3	7,9	8,6	12,9	2,8	1,4	2,2	0,3	0,1	0,3	0,1	2,8	14,7	12,8
Fazenda Grande III	655,7	1.269,1	1.232,6	18,8	14,9	29,1	43,7	37,7	42,8	20,6	20,5	10,2	10,6	13,5	3,2	2,1	2,3	0,3	0,3	0,2	0,0	3,8	11,0	14,3
Fazenda Grande IV	641,6	1.207,4	1.047,5	9,5	9,9	36,5	53,9	36,5	38,3	24,9	21,9	5,3	8,5	12,0	2,6	1,7	1,5	0,1	0,0	0,7	0,0	1,4	17,6	17,2
Jaguaripe I	611,2	702,1	933,3	12,6	25,9	43,8	50,6	46,4	37,3	17,4	8,7	3,8	10,1	2,9	1,4	2,5	0,5	0,0	0,0	0,2	0,1	6,0	15,3	13,7

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.
Santos et al., Caminho das Águas em Salvador, 2010.
Elaboração: CONDER/INFORMS/SEDIG, 2014.

Vale ressaltar que, na visão sobre as classes sociais o IBGE utiliza o critério salarial, dividindo em cinco faixas de renda, válidas para esta pesquisa o valor de R\$ 954,00 reais como referência do salário mínimo segundo a Tabela 5. De acordo com esse critério o órgão estabelece como baixa renda as classes C, D e E, o que reforça a presença da população de grande parte do Miolo de Salvador.

Tabela 5 - Classes sociais por faixa de salário mínimo, IBGE, 2010

Classes	Número de salários mínimo (SM)	Renda familiar
A	Acima de 20 SM	18.740,00 ou mais
B	De 10 a 20 SM	9.370,00 a 18.739,00
C	De 4 a 10 SM	3.740,00 a 9.369,00
D	De 2 a 4 SM	1.874,00 a 3.739,00
E	Até 2 SM	Até 1.873,00

Fonte: IBGE (1991, 2000, 2010). Santos(2010).

Nota: Elaborado pelo autor desta dissertação (2018).

Outro aspecto essencial dessa análise é o panorama dos níveis de educação dos chefes de família, sendo a escolarização uma das principais fases de formação das crianças e adultos durante o processo de capacitação profissional para o mundo

do trabalho. Em 2010, foi divulgado um conjunto de indicadores das Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH) de alguns recortes espaciais das regiões metropolitanas do Brasil, que apontavam para o crescimento dos percentuais dos jovens e adultos com frequência escolar, constituindo um fator relevante para o componente do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) Educação (PNUD, 2010).

Em Salvador, segundo os dados dessa pesquisa foram registrados os percentuais de 4,69%, de analfabetos, 67,99%, tinham o ensino fundamental completo, 52,28% possuíam o ensino médio completo e 14,59% o superior completo. Ainda com base nessa pesquisa que considerou como um dos critérios a população de 25 anos ou mais de idade, o bairro de Castelo Branco registrou respectivamente os percentuais de 5,2%, 61,38% 43,94% e 5,5% para o superior completo (PNUD, 2010).

Fazendo uma breve comparação dos dois últimos Censos do IBGE com as informações acima, o bairro de Castelo Branco registrou uma redução de 5,9% do índice de analfabetismo, o que indica a busca da população local pelo processo de escolarização e no crescimento gradativo do número de pessoas alfabetizadas e/ou ensino médio completo (Tabela 6).

Tabela 6 - População total residente acima de 15 anos, não alfabetizada, por sexo, segundo os bairros do município de Salvador, 2010

Bairros	População residente acima de 15 anos não alfabetizada (%)			Homens acima de 15 anos não alfabetizados (%)			Mulheres acima de 15 anos não alfabetizadas (%)		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Salvador	9,84	6,28	3,97	8,10	5,53	3,52	11,30	6,92	4,34
Prefeitura-Bairro III – Cajazeiras	8,58	5,85	3,89	6,79	5,17	3,51	9,77	6,45	4,23
Águas Claras	12,66	9,38	5,25	11,42	8,57	4,91	13,82	10,12	5,55
Boca da Mata	4,54	2,95	1,95	2,55	2,06	1,51	6,28	3,73	2,33
Cajazeiras II	8,13	3,54	1,84	9,81	3,60	0,73	6,59	3,49	2,73
Cajazeiras IV	3,70	5,65	4,43	2,00	4,43	3,84	4,91	6,64	4,94
Cajazeiras V	4,19	3,29	2,06	2,56	2,45	1,54	5,57	4,00	2,49
Cajazeiras VI	9,91	4,01	4,83	9,15	3,46	4,46	10,56	4,49	5,15
Cajazeiras VII	11,21	6,29	4,49	9,13	5,83	4,25	13,09	6,67	4,69
Cajazeiras VIII	3,63	6,44	3,56	2,47	6,12	3,11	4,56	6,72	3,94
Cajazeiras X	4,48	3,70	2,12	3,05	2,96	1,52	5,68	4,33	2,62
Cajazeiras XI	10,33	5,28	4,65	9,38	5,03	4,22	11,15	5,50	5,02
Castelo Branco	10,35	6,89	4,40	8,91	6,11	4,10	11,65	7,59	4,66
Dom Avejar	10,55	5,58	3,88	8,23	4,59	3,25	12,77	6,50	4,44
Fazenda Grande I	6,69	3,70	3,32	4,81	2,88	3,03	8,29	4,38	3,57
Fazenda Grande II	5,16	3,00	3,05	3,43	2,26	2,70	6,61	3,64	3,34
Fazenda Grande III	3,64	2,86	1,78	2,49	2,13	1,30	4,61	3,49	2,18
Fazenda Grande IV	3,44	1,38	2,57	1,39	0,80	2,14	5,21	1,88	2,95
Jaguaripe I	8,07	9,22	4,52	6,99	8,42	4,14	9,06	9,89	4,84

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.
Santos et al., Caminho das Águas em Salvador, 2010.
Elaboração: CONDER/INFORMS/SEDIG, 2014.

É preciso frisar que, o nível de instrução predominante dos residentes é de 1º grau completo com 33,48% e 2º grau completo, correspondendo a 22,23%, da formação de uma mão - de - obra voltada para as atividades com baixa rentabilidade, atividades não especializadas como catadores de materiais reciclados, domésticas e ambulantes, o que dificulta a ampliação da renda do grupo familiar e de ocupação de postos mais qualificados no mercado de trabalho.

Desse modo, um dos motivos que reitera a condição da baixa renda da população do bairro de Castelo Branco é a carência ou/e falta de possibilidades de qualificação profissional dos moradores, fato que contribui para reduzir o acesso aos trabalhos bem remunerados, cada vez mais exigentes por profissionais especializados e competitivos, atingindo diretamente na qualidade de vida da população local.

Em vista dos argumentos, podemos inferir que os índices de alfabetização dos habitantes apontados nos estudos anteriores realizados pela CONDER, PNUD, IPE e FJP (2010), reconhece uma tendência à evolução dos percentuais quanto ao grau de instrução das pessoas responsáveis por domicílios, como o representa, atingindo em alguns casos o nível superior. Porém, essas mudanças ainda não foram suficientes para promover transformações significativas no perfil socioeconômico dos indivíduos do bairro de Castelo Branco (Tabela 7).

Tabela 7 - Grau de instrução das pessoas responsáveis por domicílios, por anos de estudo, segundo os bairros do município de Salvador, 2010

Bairros	Total de responsáveis por domicílios			Anos de estudo do responsável por domicílio														
				Não alfabetizados (%)			Sem instrução e menos que 1 ano (%)		De 1 a 3 (%)		De 4 a 7 (%)		De 8 a 10 (%)		De 11 a 14 (%)		15 ou mais anos de estudo (%)	
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Salvador	481.174	651.278	858.887	11,25	7,83	4,96	10,76	6,87	14,31	13,45	28,31	26,67	13,82	15,45	22,83	27,58	9,32	9,78
Prefeitura-Bairro III - Cajazeiras	29.904	44.970	61.597	9,04	6,84	4,66	9,26	5,85	12,67	14,3	31,68	30,19	20,14	20,35	23,62	27,49	1,25	1,54
Águas Claras	4.784	8.189	11.432	14,90	11,59	5,30	16,37	9,32	16,79	20,32	35,74	35,32	15,87	18,59	13,92	14,67	0,73	1,27
Boca da Mata	1.240	1.917	2.475	2,58	2,66	3,05	2,34	2,14	7,10	7,15	32,18	24,57	25,24	22,74	32,02	41,78	0,97	1,41
Cajazeiras II	317	364	380	0,95	1,65	5,60	1,89	1,92	8,20	3,85	18,30	15,66	29,34	25,82	39,43	51,92	2,52	0,82
Cajazeiras IV	372	824	1.004	4,84	7,04	3,93	4,57	6,80	9,41	12,99	22,04	27,43	20,70	15,41	39,78	34,71	3,49	2,55
Cajazeiras V	574	1.214	1.642	4,01	4,28	2,38	5,57	2,88	7,67	11,78	24,91	24,88	24,39	19,44	32,93	38,80	4,36	2,06
Cajazeiras VI	1.472	1.791	2.285	10,67	4,47	1,71	6,05	3,91	12,98	10,55	28,53	26,13	21,54	21,72	24,80	35,62	0,95	1,62
Cajazeiras VII	553	1.191	1.424	12,30	7,05	4,25	11,75	6,21	12,66	15,45	30,38	29,39	21,88	17,63	22,24	30,14	0,90	1,01
Cajazeiras VIII	943	2.897	4.200	2,86	7,63	1,19	12,09	5,56	7,32	15,81	29,69	31,03	25,03	19,16	23,54	27,10	2,33	1,10
Cajazeiras X	1.655	1.945	2.642	3,26	4,16	3,81	4,77	3,14	10,39	10,33	34,02	27,76	22,48	20,87	27,79	35,37	0,36	2,31
Cajazeiras XI	3.360	4.161	5.248	11,34	6,54	9,38	8,63	6,58	10,45	13,12	25,57	29,01	20,68	22,49	25,48	26,51	1,19	2,04
Castelo Branco	5.547	7.643	10.274	12,20	7,88	5,11	12,10	6,61	16,71	16,62	36,47	33,48	16,32	18,96	17,00	22,23	1,15	1,78
Dom Avelar	1.899	2.823	3.737	11,74	7,19	5,09	13,22	7,19	19,22	17,14	36,44	35,21	15,53	19,70	14,27	19,98	0,58	0,60
Fazenda Grande I	2.127	2.708	3.513	5,97	4,25	5,75	5,97	4,58	11,10	13,15	32,82	22,93	21,34	23,34	27,41	34,64	1,36	1,33
Fazenda Grande II	2.535	3.107	5.901	3,94	2,64	5,58	4,02	2,86	7,42	6,98	26,51	27,26	23,75	19,86	36,37	40,91	1,93	1,90
Fazenda Grande III	1.445	1.774	2.308	3,04	2,71	6,72	3,39	2,37	9,76	8,23	30,45	25,42	26,57	23,73	28,44	38,28	1,38	1,47
Fazenda Grande IV	518	598	1.416	1,74	0,50	1,99	1,74	0,17	5,60	4,52	23,75	16,56	28,19	24,25	39,19	53,34	1,35	1,00
Jaguaripe I	563	1.824	1.716	8,35	9,16	12,84	9,95	6,74	9,59	15,68	25,40	32,46	20,25	23,14	31,79	20,34	2,31	1,59

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.
Santos et al., Caminho das Águas em Salvador, 2010.
Elaboração: CONDER/INFORMS/SEDIG, 2014.

4.3 CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA BÁSICA (DISTRIBUIÇÃO DA REDE HÍDRICA, REDE DE ESGOTO, LIMPEZA URBANA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA E ÁREA VERDE/HAB)

Nas últimas três décadas, os investimentos públicos voltados para o sistema hídrico no Brasil têm-se tornado um dos principais vetores de crescimento da infraestrutura urbana do país. Contudo, apesar do sistema utilizado ser uma técnica antiga, esse método não tem apresentado problemas quando a qualidade do abastecimento e consumo direto da água nas cidades brasileiras (BRASIL, 2012).

Em Salvador, mesmo que os mecanismos utilizados sejam limitados, a cidade sofreu transformações relevantes quanto ao fornecimento de água por rede geral das residências, entre outras razões, cabe citar a perceptível expansão urbana e demográfica a partir da década de (1980) nos bairros localizados no Miolo, como é o caso do bairro de Castelo Branco. Cabe destacar que, em (2000) a área de estudo já apresentava um percentual superior a 90% da quantidade de domicílios interligados com rede de fornecimento de água. Em (2010), houve um pequeno avanço nesse percentual de 1,65%, atingindo 99,34%, consolidando o sistema de ligação hídrica das casas, principalmente, nos bairros mais afastados das áreas centrais da cidade, conforme a síntese indicada na Tabela 8.

Tabela 8 - Síntese da disponibilidade de domicílios particulares permanentes com abastecimento de água por rede geral, 2010

MUNICÍPIO	% ÁGUA	AED	% ÁGUA	AED	% ÁGUA	AED	% ÁGUA	AED	% ÁGUA
Salvador	98,84	Brotas	99,79	Engomadeira	99,58	Nova Brasília	99,32	São Cristovão	99,11
GRANDES ÁREAS	% ÁGUA	Cabula	99,69	Fazenda Coutos	98,37	Nova Brasília de Itapuã	99,07	São Gonçalo do Retiro	99,49
Miolo	98,48	Cajazeiras	99,30	Fazenda Grande	99,04	Nova Conquista	98,91	São João	98,69
Orla BTS	98,56	Cajazeiras I	98,81	Fazenda Grande do Retiro	99,24	Nova Sussuarana	99,28	Stella Maris	97,96
Orla Atlântica	99,41	Cajazeiras IV/VI	98,99	Graça	99,29	Ondina	99,65	Stiep	99,56
AED	ÁGUA	Cajazeiras X	98,99	Horto Florestal	99,76	Paripe	97,67	Sussuarana	98,63
Águas Claras	98,72	Calabar	99,15	Iguatemi	99,85	Pau da Lima	98,35	Tancredo Neves	99,45
Alagados	98,25	Calabêto	98,71	Ímbui	99,95	Pau Mirido	99,54	Vale do Canela	99,74
Alto de Santa Terezinha	98,59	Calçada	99,68	Itacarânia	97,18	Península da Joanes	99,09	Valéria	94,68
Alto do Sobradinho	99,67	Campinas de Brotas	99,71	Itapuã	99,08	Periperi	96,83	Vila Laura	99,70
Amaralina	99,29	Canabrava	99,21	Jardim das Margaridas	82,53	Pernamboés	99,44		
Arenoso	99,37	Canela	96,52	Lapinha	99,55	Pirajá	96,49		
Bairro da Paz	99,17	Capelinha	99,15	Liberdade	99,42	Pituaçu	99,28		
Bairro Guarani	99,53	Castelo Branco	99,34	Marechal Rondon	99,38	Pinuba	99,81		
Baixa de Quintas	99,42	Centro	96,77	Massaranduba	99,72	Plataforma	98,99		
Barbalho	99,15	Chame-Chame	99,78	Mata Escura	99,83	Praia Grande	98,17		
Barra	99,43	Cosme de Farias	99,64	Matatu de Brotas	99,66	Ribeira	99,43		
Boa Vista do Lobato	98,56	Coutos	98,73	Mirante de Periperi	98,36	Rio Vermelho	99,60		
Boca da Mata	99,43	Dom Avelar	99,13	Mussurunga	99,25	Santa Cruz	99,51		
Boca do Rio	99,26	Engenho Velho da Federação	99,64	Nazaré	99,34	Santa Mônica	99,29		
Bonfim	99,55	Engenho Velho de Brotas	99,64	Nordeste de Amaralina	99,40	São Caetano	98,68		

Fonte: IBGE (2010).

Desta forma, além das informações acima, nota-se também que os investimentos públicos como o Bahia Azul, foi responsável por melhorar de forma significativa a disponibilidade e o fornecimento do saneamento básico, principalmente, na distribuição da água em várias áreas da cidade. Este cenário contribuiu para aumentar o número de residências ao serviço da Empresa Baiana de Água e Saneamento (EMBASA), principalmente na área do Centro-Norte de Salvador, representadas pelo IBGE como áreas de expansão demográfica, como o caso do bairro de Castelo Branco.

Apesar das fragilidades temporais de manutenção de suas redes, períodos de interrupções sazonais durante o ano, obras de melhorias realizadas pela EMBASA e períodos de escassez de água nas residências em Castelo Branco, os dados da (Tabela 8) indicam um percentual satisfatório dos domicílios ligados ao sistema de abastecimento de água ofertado pela empresa, com prejuízos mínimos para a população local.

Sem dúvidas, os investimentos públicos em saneamento básico são essenciais para a qualidade do ambiente urbano e colaboram para a redução dos impactos ambientais nas cidades. Este serviço é fundamental para o meio físico e sua ausência e/ou ineficiência pode provocar efeitos nocivos ao bem estar físico, mental e social da humanidade (OMS, 2017).

O último relatório divulgado pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2017) afirma que:

Os dados em relação ao saneamento básico mundial ainda são preocupantes. Apenas 27% da população global (1,9 bilhões de pessoas) usavam saneamento privado. Instalações conectadas a esgotos a partir dos quais as águas residuais foram tratadas. 39% da população global (2,9 bilhões de pessoas) usaram uma gestão segura de serviço de saneamento. (OMS, 2017, p.6).

Este documento indica que entre 154 países há um percentual relativamente pequeno de áreas que alcançaram mais de 75% de cobertura com serviços básicos de saneamento global. Nesse estudo o Brasil está numa faixa entre 76% e 90% de uma estimativa de saneamento gerenciado com segurança, o que revela tímidos avanços no cenário nacional (OMS, 2017).

Embora no Brasil a rede de saneamento básico venha se expandindo, percebe-se que os avanços apresentados não foram suficientes para as necessidades básicas da população, em função de alguns problemas comuns nos países emergentes. Nas

últimas três décadas, a urbanização acelerada, o crescimento da população brasileira, mesmo que no ritmo mais lento, são alguns fatores que tem contribuído para elevar o número de indivíduos sem a cobertura do serviço de saneamento básico, em especial, a rede de esgoto nas áreas urbanas das regiões brasileiras (OMS, 2017).

No tocante ao esgotamento sanitário nos bairros de Salvador, o programa Bahia Azul foi um dos principais projetos de saneamento básico em Salvador, existente desde a década de 1990. Nesse período, o saneamento passou a ser encarado como um serviço que deve ser auto-sustentável, por cobrança de tarifa, dando início a um conjunto de ações que visava atender Salvador e as cidades no entorno da BTS, porém, esses investimentos não atingiram efetivamente a todos os bairros, principalmente, os do Miolo da cidade (EMBASA, 2016; IBGE, 2010).

Entre 1995 e 2010, no sentido de minimizar os problemas relacionados ao saneamento básico de Salvador e RMS, o governo estadual decide ampliar as obras desse projeto na tentativa de melhorar as condições dos efluentes na cidade. Esse programa foi considerado o maior programa da América Latina de saneamento básico, sua previsão de gastos em torno de US\$ 600 milhões, divididos entre os participantes como o Banco Interamericano Mundial (BID), Banco Internacional pra a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e outros, com o objetivo central de melhorar as condições urbanas nas cidades brasileiras (EMBASA, 2016).

Ainda que alguns bairros localizados no Miolo apresentem proporções elevadas de domicílios com esgotamento sanitário como: Tancredo Neves (95,62%), São Gonçalo do Retiro (99,59%) e Arenoso (97,58%), localidades com os maiores percentuais de domicílios com rede de esgoto regular, esta é uma das áreas mais deficientes desse serviço público da cidade. Ao mesmo tempo, são encontradas condições deficitárias em Jardim das Margaridas (47,32%), Águas Claras (53,51%) e Castelo Branco (61,05%) que juntos representam um grupo com sérias dificuldades na disponibilidade do serviço de saneamento básico, o que influencia diretamente na qualidade ambiental do espaço urbano local.

Nesse sentido, podemos citar como uma das razões para o baixo percentual da rede de saneamento do bairro de Castelo Branco e outros bairros periféricos da cidade, o desvio dos investimentos por parte dos governantes das localidades do Miolo e Baía de Todos os Santos (BTS) para outras áreas da cidade como na Orla Atlântica, no bairro de Pituáçu ampliando a rede de esgotamento sanitário para

89,61% , na área do entorno do Iguatemi, com 99,41% e na Barra, com 99,39%, atingindo um número expressivo de domicílios com saneamento básico regular, em áreas reservadas para a elite baiana (PMS, 2010).

Dessa forma, ocorreu na grande área do Miolo da cidade um crescimento da rede de saneamento regular chegando a 83,86% das moradias com rede de esgoto, porém, no bairro de Castelo Branco durante a execução do programa (1990/2000) atingiu apenas 31% e até o último Censo do IBGE (2010), representa um total de 61,05%. Esses dados relevam a fragilidade do programa Bahia Azul que teve em alguns momentos uma dedicação maior para os bairros que necessitavam menos do serviço de esgotamento sanitário regular em relação aos bairros da periferia de Salvador como exposto na Tabela 9 (EMBASA, 2016).

Tabela 9 - Síntese da disponibilidade de domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário por rede geral, 2010

MUNICÍPIO	% ESGOTO	AED	% ESGOTO	AED	% ESGOTO	AED	% ESGOTO	AED	% ESGOTO
Salvador	90,62	Brotas	98,04	Engomadeira	95,05	Nova Brasília	66,56	São Cristóvão	91,93
GRANDES ÁREAS	% ESGOTO	Cabula	94,15	Fazenda Coutos	85,85	Nova Brasília de Itapuí	93,48	São Gonçalo do Retiro	95,59
Miolo	83,86	Cajazeiras	88,75	Fazenda Grande	91,74	Nova Conquista	91,31	São João	89,73
Orela BTS	90,31	Cajazeiras I	71,88	Fazenda Grande do Retiro	96,39	Nova Sussuarana	79,91	Stella Maris	84,74
Orela Atlântica	96,29	Cajazeiras IV/VI	85,50	Graça	98,90	Ondina	98,92	Stiep	98,42
		Cajazeiras X	81,44	Horto Florestal	95,88	Paripe	78,44	Sussuarana	92,92
		Calabar	97,93	Iguatemi	99,41	Pau da Lima	81,64	Tancredo Neves	95,62
Aguas Claras	53,21	Calabetão	93,94	Imbuí	96,15	Pau Míúdo	95,32	Vale do Canela	98,42
Alagados	90,26	Calçada	98,63	Itacaraiha	87,38	Península da Joanes	89,37	Valéria	39,24
Alto de Santa Terezinha	81,77	Campinas de Brotas	99,04	Itapuí	95,53	Periperi	74,42	Vila Laura	96,30
Alto do Sobradinho	98,61	Canabrava	72,16	Jardim das Margaridas	47,32	Pernamboés	95,99		
Amaralina	98,62	Canela	99,08	Lapinha	98,18	Pirajá	91,49		
Arenoso	97,58	Capelinha	92,43	Liberdade	98,81	Pituaçu	89,61		
Bairro da Paz	86,74	Castelo Branco	61,05	Marechal Rondon	95,95	Pinuba	98,96		
Bairro Guarani	94,57	Centro	97,25	Massaranduba	99,16	Plataforma	93,00		
Baixa de Quintas	97,84	Chame-Chame	97,98	Mata Escura	93,10	Praia Grande	82,59		
Barbalho	96,70	Coume de Farias	97,62	Matatu de Brotas	96,54	Ribeira	99,08		
Barra	99,39	Coutos	92,92	Mirante de Periperi	88,63	Rio Vermelho	98,99		
Boa Vista do Lobato	87,26	Dom Avelar	67,20	Mussurunga	87,21	Santa Cruz	97,52		
Boca da Mata	96,76	Engenho Velho da Federação	98,54	Nazaré	97,74	Santa Mônica	98,00		
Boca do Rio	96,25	Engenho Velho de Brotas	99,52	Nordeste de Amaralina	97,86	São Caetano	95,34		
Bofim	96,68								

Fonte: IBGE (2010).

Sabe-se que no Brasil a limpeza dos espaços públicos urbanos é um dos grandes desafios das cidades brasileiras. Atualmente, parte desse problema está relacionado, de um lado, ao crescimento do processo industrial marcado pelas relações de mercado, pelo consumismo desenfreado e, por outro, é um combinado entre as dificuldades de gestão de resíduos sólidos e da pequena participação da população no processo de colaboração coletiva para um equilíbrio ambiental (OMS, 2017).

Sem dúvidas, esse conjunto de fatores afeta diretamente a qualidade do ambiente urbano, aumentando os níveis de poluição do ar, dos solos e dos mananciais hídricos. Dessa maneira, contribui também para as mudanças climáticas, fruto da queima descontrolada dos materiais composto por carbono, além de agravar as condições de vida das populações que convive em áreas degradadas, carentes de limpeza pública e elevados riscos à saúde humana (UNGARETTI, 2010).

É preciso frisar que a coleta de lixo é um serviço fundamental para manutenção dos espaços públicos e do bem-estar da população, além de aumentar a sustentabilidade contribuir para a preservação do meio ambiente. Lei Federal nº 12.305 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), regulamentada pelo Decreto nº 7.404/10, trouxe novas ferramentas como: a necessidade do plano estadual de resíduos sólidos, os planos microrregionais de resíduos sólidos e os planos de resíduos sólidos de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis e outros, à legislação ambiental brasileira (BRASIL, 2012).

Em Salvador, nos últimos vinte anos, a dinâmica urbana como a economia de comércio e serviços e demográfica, contribuíram para aumentar a produção de resíduos sólidos na cidade. Outro fator que é responsável pelo aumento da produção do lixo é a apropriação diferenciada do espaço urbano, com seus impactos sobre as desigualdades espaciais, consolidada em Salvador, principalmente, a partir dos anos 1960. Ainda que haja um movimento crescente no que diz respeito à importância da coleta seletiva dos resíduos, grande parte das cidades brasileiras se encontra em uma situação muito delicada em relação ao destino final dos resíduos sólidos (OMS, 2017; CARVALHO; PEREIRA, 2006).

Atualmente, a área do Miolo de Salvador tem recebido uma série de investimentos físico (caixa coletoras) por parte da PMS e campanhas nas mídias locais, na tentativa de melhorar o serviço de coleta de lixo no bairro de Castelo Branco. Segundo o IBGE (2010), a proporção de domicílios atendidos demonstra de forma satisfatória os serviços de limpeza pública, atingindo um percentual de 97,78%, bem semelhante à média total do Miolo (Tabela 10).

Tabela 10 - Síntese da disponibilidade de domicílios particulares permanentes com coleta de lixo por serviço público municipal, 2010

MUNICÍPIO	% LIXO	AED	% LIXO	AED	% LIXO	AED	% LIXO	AED	% LIXO
Salvador	96,74	Brotas	98,46	Engomadeira	96,67	Nova Brasília	95,03	São Cristóvão	98,79
GRANDES ÁREAS	% LIXO	Cabula	98,31	Fazenda Coutos	94,40	Nova Brasília de Itapuã	94,93	São Gonçalo do Retiro	93,56
Miolo	95,97	Cajazeiras	98,99	Fazenda Grande	98,99	Nova Conquista	99,60	São João	95,76
Orla BTS	96,29	Cajazeiras I	98,28	Fazenda Grande do Retiro	96,12	Nova Sussuarana	96,21	Stella Maris	99,76
Orla Atlântica	97,77	Cajazeiras IV/VI	86,44	Graça	99,77	Ondina	99,14	Stiep	99,77
AED	% LIXO	Cajazeiras X	99,30	Horto Florestal	99,18	Paripe	92,14	Sussuarana	94,35
Águas Claras	96,32	Calabar	94,20	Iguatemi	99,76	Pau da Lima	96,02	Tancredo Neves	92,14
Alagados	93,50	Calabetão	95,93	Imbui	95,02	Pau Miúdo	96,35	Vale da Canela	95,05
Alto de Santa Terezinha	95,12	Calçada	97,61	Itacaranhã	99,30	Península da Joanes	98,55	Valéria	93,15
Alto do Sobradinho	99,59	Campinas de Brotas	99,75	Itapuã	98,49	Periperi	90,85	Vila Laura	99,59
Amaralina	98,72	Canabrava	91,95	Jardim das Margaridas	93,61	Pernambuês	97,52		
Arenoso	95,82	Canela	100,00	Lapinha	95,82	Pirajá	95,37		
Bairro da Paz	96,34	Capelinha	93,22	Liberdade	97,14	Pituaçu	98,66		
Bairro Guarani	95,07	Castelo Branco	97,78	Marechal Rondon	97,56	Pinuba	99,82		
Baixa de Quintas	96,90	Centro	98,95	Massaranduba	98,30	Plataforma	97,14		
Barbalho	97,61	Chame-Chame	99,48	Mata Escura	95,09	Praia Grande	95,39		
Barra	98,89	Cosme de Farias	95,24	Matatu de Brotas	98,97	Ribeira	98,47		
Boa Vista do Lobato	97,29	Coutos	94,17	Mirante de Periperi	95,87	Rio Vermelho	99,79		
Boca da Mata	98,62	Dom Avelar	92,32	Mussurunga	97,78	Santa Cruz	93,01		
Boca do Rio	99,51	Engenho Velho da Federação	98,74	Nazaré	99,48	Santa Mônica	91,30		
Bonfim	99,86	Engenho Velho de Brotas	97,79	Nordeste de Amaralina	99,09	São Caetano	93,59		

Fonte: IBGE (2010).

Os dados do IBGE (2010) revelaram que Salvador tinha 97,78% das moradias contempladas pela coleta de lixo através do poder público, sendo que, o Miolo foi à área da cidade que atingiu de maneira expressiva a quantidade de domicílios com coleta de lixo regular. Nessa perspectiva, esta situação contribui de forma relevante as condições do ambiente urbano, assim como a qualidade de vida dos habitantes do bairro de Castelo Branco.

Certamente, a distribuição de energia elétrica é fundamental para a organização da vida urbana coletiva nas cidades brasileiras. As principais formas de uso são destinadas aos domicílios, as atividades industriais e a iluminação pública, além disso, esse serviço é muito importante para a segurança pública urbana.

A partir da década de (1970), a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA) integrou a Companhia de Energia Elétrica da Bahia (CEEB), empresa atuante no estado desde 1929, sendo a responsável pela distribuição de energia no Estado da Bahia. Em junção com a Fundação Coelba de Assistência e Seguridade Social (FAELBA), o setor estatal contribuiu para a ampliação do serviço de iluminação pública na cidade, fase de melhorias significativas no que diz respeito à infraestrutura urbana (iluminação pública) de Salvador, atingindo quase que sua totalidade dos bairros, principalmente, na área do miolo de Salvador (COELBA, 2017).

Após duas décadas da privatização da COELBA entre (1997 e 2017) o acesso da população a energia elétrica em Salvador foi um dos mais importantes avanços quanto ao uso de equipamentos domésticos, circulação de pessoas na cidade nos centros econômicos e outros aspectos associados à vida urbana baiana. Dessa forma, os dados do Censo (2010) e as pesquisas atuais quanto a disponibilidade de informações do serviço de iluminação para os bairros de Salvador, demonstraram indicadores aceitáveis para a realidade das metrópoles brasileiras.

Nesse sentido, conforme os dados da Tabela 11 do IBGE (2010), Salvador apresentou o resultado de 99,06% dos domicílios atendidos com o serviço de iluminação pública regular. Entretanto, entre as grandes áreas de Salvador, Orla Atlântica e a BTS, o Miolo ainda é a área de menor proporção de domicílios atendidos em relação ao serviço de iluminação pública na cidade.

Tabela 11 - Síntese da disponibilidade de domicílios particulares permanentes com energia elétrica por companhia distribuidora, 2010

MUNICÍPIO	% ENERGIA	AED	% ENERGIA	AED	% ENERGIA	AED	% ENERGIA	AED	% ENERGIA
Salvador	99,06	Brotas	99,60	Engomadeira	99,22	Nova Brasília	97,95	São Cristóvão	98,94
GRANDES ÁREAS	% ENERGIA	Cabula	99,68	Fazenda Coutos	98,31	Nova Brasília de Itapuã	99,52	São Gonçalo do Retiro	98,27
Miolo	98,40	Cajazeiras	98,70	Fazenda Grande	99,38	Nova Conquista	99,45	São João	99,39
Orla BTS	98,99	Cajazeiras I	97,82	Fazenda Grande do Retiro	99,18	Nova Sussuarana	98,42	Stella Maris	99,92
Orla Atlântica	99,64	Cajazeiras IV/VI	99,18	Graça	99,94	Ondina	99,81	Stiep	99,88
AED	% ENERGIA	Cajazeiras X	98,85	Horto Florestal	99,53	Paripe	98,44	Sussuarana	99,07
Águas Claras	97,85	Calabar	99,36	Iguatemi	100,00	Pau da Lima	95,21	Tancredo Neves	99,24
Alagados	98,74	Calabeteão	99,22	Imbui	99,98	Pau Miúdo	99,67	Vale do Canela	99,70
Alto de Santa Terezinha	99,15	Calçada	99,63	Itacarânia	97,10	Península da Joanes	98,20	Valéria	98,13
Alto do Sobradinho	99,46	Campinas de Brotas	99,85	Itapuã	99,78	Periperi	98,76	Vila Laura	99,68
Amaralina	99,83	Canabrava	98,02	Jardim das Margaridas	94,90	Pernambúes	99,38		
Arenoso	97,83	Canela	99,85	Lapinha	99,72	Pirajá	98,20		
Bairro da Paz	98,96	Capelinha	99,64	Liberdade	99,46	Pituaçu	99,60		
Bairro Guarani	99,35	Castelo Branco	97,83	Marechal Rondon	99,36	Pinuba	99,91		
Baixa de Quintas	99,56	Centro	98,50	Massaranduba	99,68	Plataforma	98,60		
Barbalho	97,82	Chame-Chame	100,00	Mata Escura	99,15	Praia Grande	98,40		
Barra	99,98	Cosme de Farias	99,66	Matatu de Brotas	99,70	Ribeira	99,71		
Boa Vista do Lobato	99,40	Coutos	98,66	Mirante de Periperi	97,83	Rio Vermelho	99,76		
Boca da Mata	99,61	Dom Avelar	99,06	Musurunga	97,89	Santa Cruz	99,61		
Boca do Rio	99,72	Engenho Velho da Federação	99,34	Nazaré	99,74	Santa Mônica	99,21		
Bonfim	99,88	Engenho Velho de Brotas	99,61	Nordeste de Amaralina	99,77	São Caetano	99,28		

Fonte: IBGE (2010).

Contudo, apesar do Miolo ser a área de menor percentual de acesso à iluminação pública comparando a BTS e Orla Atlântica, os bairros que compõe sua área, por exemplo, Boca da Mata, Castelo Branco e outros, apresentam números superiores a 90% dos domicílios com energia elétrica, o que indica condições satisfatórias do serviço de iluminação residencial, sob a concessão da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA, 2017; IBGE, 2010).

Em síntese, as informações apresentadas indicam bons índices de residências com energia elétrica em Salvador, superando os 95% dos domicílios eram atendidos através da COELBA, dados adquiridos no período pós-privatização a partir de (1997), quando ocorreu uma adesão em (2013) de 5,2 milhões de clientes na Bahia. Essas informações corroboram com os dados obtidos do IBGE e confirmam que os investimentos na iluminação pública como manutenções trimestrais realizadas pelo COELBA, trocas dos postes e outros, além do atendimento residencial, contribuíram para afirmar que são poucos os domicílios que não possuem o serviço de iluminação de energia elétrica em Salvador (COELBA, 2017).

Por fim, foi apresentado o painel da cobertura vegetal do bairro de Castelo Branco. Para a obtenção das informações foi utilizado os resultados do mapeamento da vegetação urbana em Salvador entre (2001 e 2009), tendo como base o georeferenciamento dos dados coletados da CONDER e das imagens de satélites, calculando o Índice de Áreas Verdes (IAV) por Habitante e o Percentual de Cobertura Vegetal (PCV) segundo as recomendações da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana (SBAU) em conjunto com as bases do IBGE (2010) a partir das seguintes fórmulas: $IAV = \sum \text{Área verde (m}^2) / \text{Pop. total (hab.)}$ e o $PCV = \sum \text{Área verde (m}^2) / \text{Área total} * 100$ (IBGE, 2010; SANTOS, 2010; CONDER, 2014).

Sabe-se que no cenário mundial, um dos países de melhor referência no que diz respeito à presença de áreas verdes urbanas é a Suécia, cuja capital, Estocolmo, apresenta em torno de 86 m² de área verde/hab. Segundo os recentes estudos realizados pela OMS, quanto mais verde na cidade melhor a qualidade do ar que se respira, mais agradáveis são as paisagens e a umidade e as sombras criadas pelas copas das árvores amenizam as temperaturas locais. Sem dúvidas, as áreas verdes são essenciais para melhorar os padrões ambientais, visuais, sendo um fator importante para a qualidade de vida para os residentes dos centros urbanos (OMS, 2016).

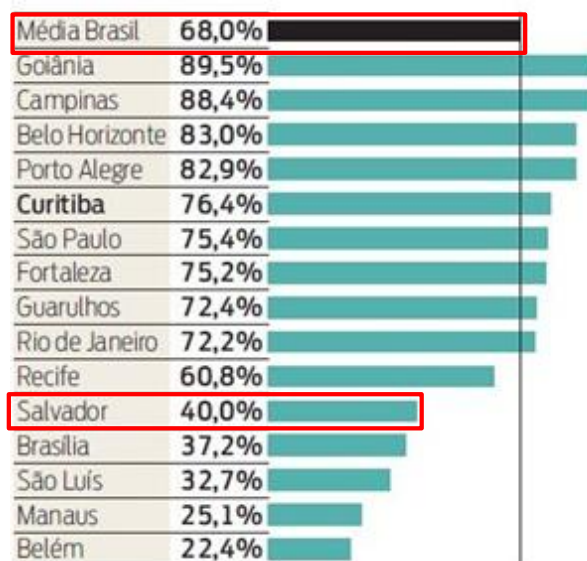
No Brasil, a segunda metade do século XX revelou um período de muitas discussões a respeito da permanência das áreas verdes urbana. Uma das razões dessas discordâncias acerca dos ambientes naturais foi o acelerado avanço do processo de transformação espacial das principais metrópoles, resultado da dinâmica de fatores sociais e econômicos, principalmente com o advento da industrialização (NUCCI, 2008).

É diante desse cenário que as áreas verdes ganham relevância como um elemento de qualidade ambiental urbana nas cidades brasileiras. Uma maior integração do ser humano com a natureza proporciona certa diminuição das tensões mentais das pessoas que vivem nos centros urbanos, favorecendo uma relação direta com o estado de bem-estar da população a partir da permanência de áreas verdes num determinado espaço (NUCCI, 2008; PAIVA; GONÇALVES, 2002).

Nesse sentido, a última estimativa global informada pela OMS (2016), sobre a mínima área verde/hab era de 12 m², e a ideal é de 36 m², cerca de três árvores, por morador. Porém, uma parcela significativa dos países da América Latina utiliza a sugestão da SBAU com o indicador de mínimo de 15m²/hab, referência base no nosso estudo (SBAU, 2016; OMS, 2016).

No Censo do IBGE (2010), o órgão analisou o processo de arborização das cidades brasileiras tendo como base as principais características urbanísticas do entorno dos domicílios com mais de um milhão de habitantes. As cidades que tiveram os destaques foram: Goiânia, Campinas, Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba, respectivamente, entre as cidades com mais de um milhão de habitantes mais arborizadas do Brasil (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Salvador: cidade mal arborizada – IBGE, 2010

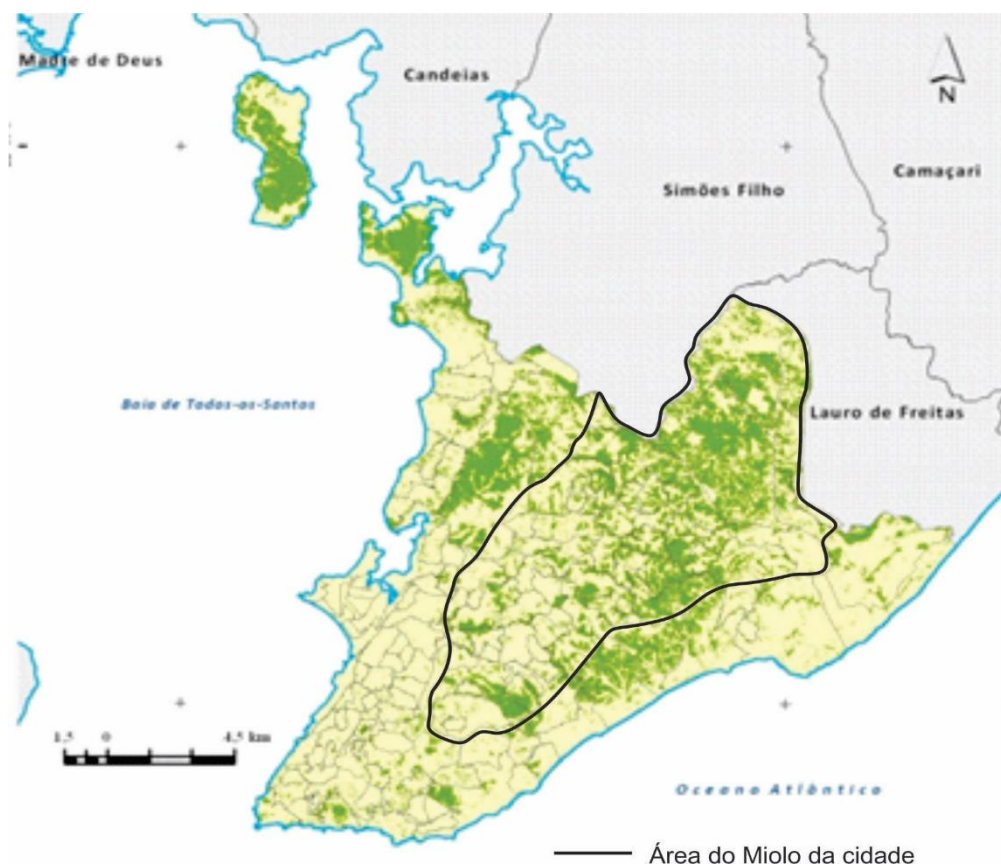


Fonte: IBGE (2010).

De acordo com o gráfico acima, Salvador está na 12^o posição com 40% de arborização urbana, a frente de cidades como: Brasília, São Luís, Manaus e Belém, não conseguindo atingir nem a média do país que é de 68%. Acrescenta-se ainda que, uma das explicações para essa péssima posição seja o avanço histórico do

processo de urbanização da cidade de Salvador, onde grande parte de suas áreas verdes foram substituídas por abertura de vias de circulação, especulação imobiliária e por ocupações irregulares, localizadas principalmente, no Miolo e no Subúrbio Ferroviário, consideradas áreas de concentrações demográficas, quase totalmente ocupadas com índices de arborização urbana inferiores ao sugerido pela OMS, segundo a Figura 33 (IBGE, 2010; PAIVA; GONÇALVES, 2002).

Figura 35 - Distribuição da cobertura vegetal de Salvador - imagens do sensor RapidEye, 2009



Fonte: Oliveira et al.(2009).

É preciso frisar que, a presença de áreas verdes no bairro de Castelo Branco não é muito diferente da realidade dos bairros verificados na Tabela 12. Embora não esteja inclusa na tabela acima, o bairro de Castelo Branco apresenta um IAV de 11,68 e de PCV inferior a 17,41%, resultados que apontam um ambiente com pouca presença de áreas verdes, abaixo do recomendado pela OMS, reforçando o descaso do poder públicos quanto aos espaços menos valorizados da cidade (CONDER, 2010).

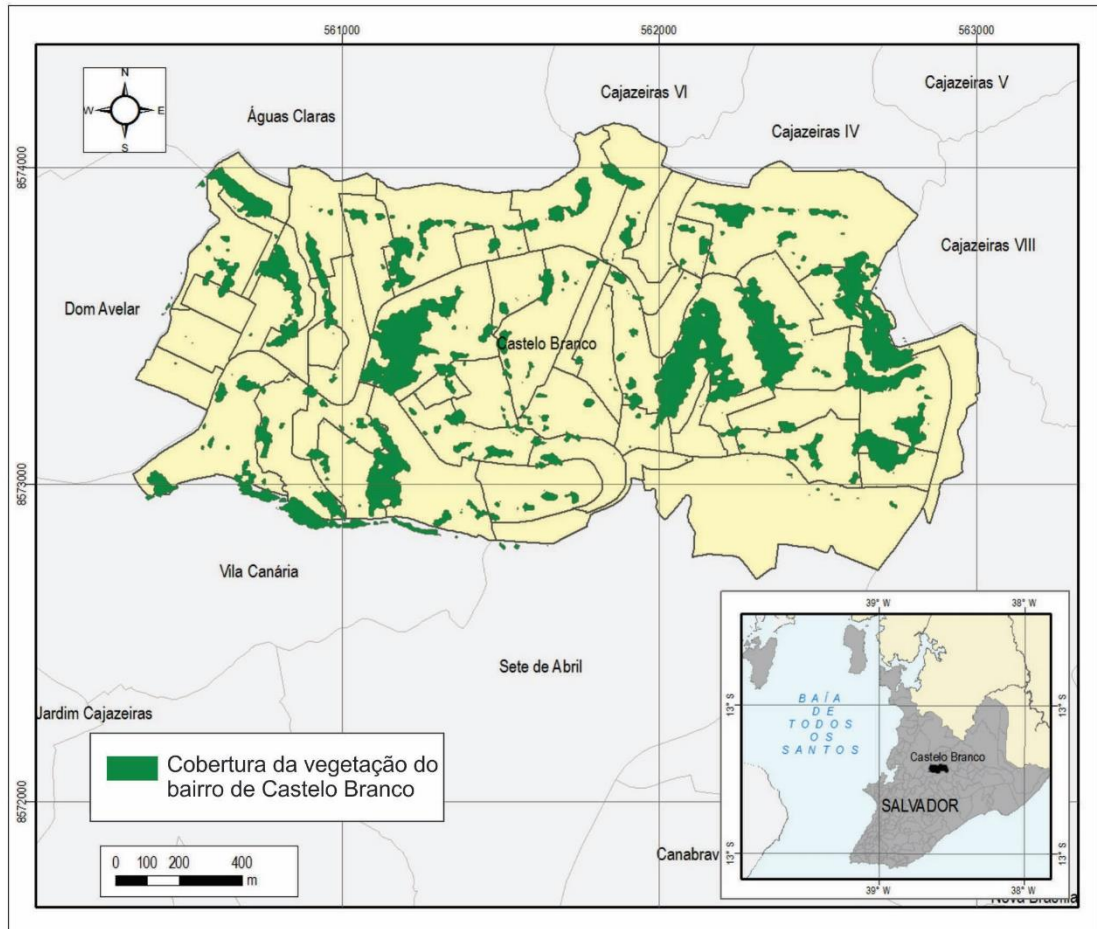
Tabela 12 - Índices de áreas verdes segundo os bairros do município de Salvador/2016

Bairro	Área do bairro (m ²)	Área verde (m ²)		Percentual de cobertura vegetal (%)		Índice de cobertura vegetal (m ² /hab)	
		2001	2009	2001	2009	2001	2009
Salvador	303.531.868,37	93.895.287,04	86.170.803,44	30,93	28,40	38,43	0,92
Prefeitura-Bairro III – Cajazeiras	22.159.606,09	7.816.497,49	8.142.898,17	35,27	36,75	45,20	41,12
Águas Claras	3.548.530,06	773.437,95	741.023,42	21,80	20,88	24,32	20,01
Boca da Mata	1.433.718,43	672.354,47	660.821,87	46,90	46,09	90,65	81,91
Cajazeiras II	512.066,92	369.536,09	377.067,18	72,17	73,64	275,98	331,63
Cajazeiras IV	373.514,37	120.829,10	137.082,51	32,35	36,70	38,36	40,75
Cajazeiras V	649.271,82	265.250,10	269.357,63	40,85	41,49	56,44	49,68
Cajazeiras VI	419.590,95	74.016,78	84.314,18	17,64	20,09	10,97	11,49
Cajazeiras VII	408.604,86	80.742,73	125.952,64	19,76	30,83	18,12	27,84
Cajazeiras VIII	1.271.470,59	297.275,98	363.942,21	23,38	28,62	29,41	27,97
Cajazeiras X	674.643,98	250.964,84	226.914,83	37,20	33,64	32,64	26,66
Cajazeiras XI	3.155.118,68	1.668.343,89	1.583.400,64	52,88	50,25	105,75	93,70
Castelo Branco	2.284.015,48	362.935,83	391.443,80	15,89	17,14	11,72	11,68
Dom Avelar	766.187,03	68.715,99	58.336,16	8,97	7,61	6,34	4,93
Fazenda Grande I	1.231.363,59	389.618,55	482.447,75	31,64	39,18	36,83	42,10
Fazenda Grande II	2.117.987,92	865.731,26	913.055,03	40,88	43,11	75,01	50,28
Fazenda Grande III	828.139,54	350.433,03	349.859,18	42,32	42,25	50,19	46,87
Fazenda Grande IV	1.105.246,60	599.234,13	689.001,31	54,22	62,34	269,56	144,32
Jaguaripe I	1.380.135,28	607.076,77	688.877,82	43,99	49,91	91,68	125,55

Fonte: Oliveira et al. Mapeamento e avaliação de índices de cobertura vegetal do município de Salvador-Ba para os anos de 2001 e 2009 com o uso de imagens orbitais, 2014.
Santos et al., Caminho das Águas em Salvador, 2010.
Elaboração: CONDER/INFORMS/SEDIG, 2016.

As manchas verdes indicadas em seguida não são espaços como praças, parques ecológicos e outros espaços verdes, são resíduos de Mata Atlântica secundária presente em áreas de declives localizados nas margens do espigão central do bairro de Castelo Branco. Simultaneamente, destaca-se também, a carência e/ou ausência de projetos de arborização nos bairros do Miolo de Salvador, além do desinteresse pelo bem estar da população de bairros periféricos, como o caso de nossa área de estudo de acordo com a (Figura 34) (CAMPELLO, 2008; SANTOS, 2010).

Figura 36 - Distribuição da cobertura vegetal do bairro de Castelo Branco - 2018



Fonte: Santos et al. (2010).

Nota: Mapa elaborado pelo autor com uso da base de dados da CONDER 2016, Mapeamento e avaliação de índices de cobertura vegetal do município de Salvador - Ba para os anos de 2001 e 2009 com o uso de imagens orbitais, 2014.

4.4 CONDIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BAIRRO DE CASTELO BRANCO

É necessário destacar que a coleta de dados e informações acerca da segurança pública do bairro de Castelo Branco foi a mais difícil da pesquisa, devido ao restrito acesso aos principais órgãos públicos em Salvador. Os dados referentes à SSP, bem como da 10ª DP responsáveis pela segurança do bairro não foram disponibilizados totalmente, nos restando apenas às informações gerais sobre o Estado da Bahia e Salvador do Atlas da Violência (2017) produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), dos jornais locais, dos contatos com interlocutores do bairro e das observações de campo realizadas durante a pesquisa.

É inegável que a violência urbana em toda sua plenitude tem envolvido grande parte da sociedade mundial. No Brasil, o ano de 2015 registrou um número expressivo e preocupante de 59.080 homicídios, o que significa 28,9 mortes a cada 100 mil habitantes. Os estados que apresentaram crescimento superior a 100% nas taxas de homicídio no período analisado estão localizados nas regiões Norte e Nordeste. O destaque é o Rio Grande do Norte, com um crescimento de 232%. Em 2005, a taxa de homicídios no estado era de 13,5 para cada 100 mil habitantes e em 2015, esse número passou para 44,9, o que representa um grande problema de insegurança nacional e uma mudança drástica de patamar a respeito do indicador de segurança pública no Brasil (IPEA, 2017).

A Bahia está na lista dos 30 Estados potencialmente mais violentos do Brasil e considera como critérios de análise as mortes por agressão (homicídio) e as Mortes Violentas por Causa Indeterminada (MVCI). Segundo o estudo do IPEIA não afirma que toda MVCI seja decorrente de homicídio, mas um alto índice de MVCI faz crescer as possibilidades da taxa de homicídio estar registrada numa determinada cidade. (IPEA, 2017).

Com base nos dados estatísticos do IPEA em colaboração com o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde relevam que em Salvador os dados são alarmantes, atingindo um percentual de 59,3% mortes por agressão (homicídio) somando a taxa de MVCI. Dentre as principais razões desse número destacam-se: a intensa intervenção policial, a elevada vulnerabilidade social, principalmente, quanto aos números de homicídios de jovens negros e brancos na cidade, a violência contra a mulher e o aumento potencial do uso de arma de fogo, com evidência para a RMS no município de Simões Filho, que registrou na última pesquisa o índice de 92,3 % (MVCI), um dos mais violentos do país (IPEA, 2017; WAISELFSZ, 2016).

Nas pesquisas realizadas nos jornais e sites de notícias da cidade, foi possível verificar a insatisfação da população entrevistada sobre a falta de segurança na área de estudo. Nesse contexto é que, no bairro de Castelo Branco, foram encontrados os seguintes relatos em reportagem no Correio da Bahia e Jornal A Tarde:

Vamos queimar pneu, fechar a rua. Alguém da polícia tem que vir conversar com a gente. Ele era um menino inocente, isso não pode ficar assim, argumentou o padrinho da vítima. (MEDO..., 2013).

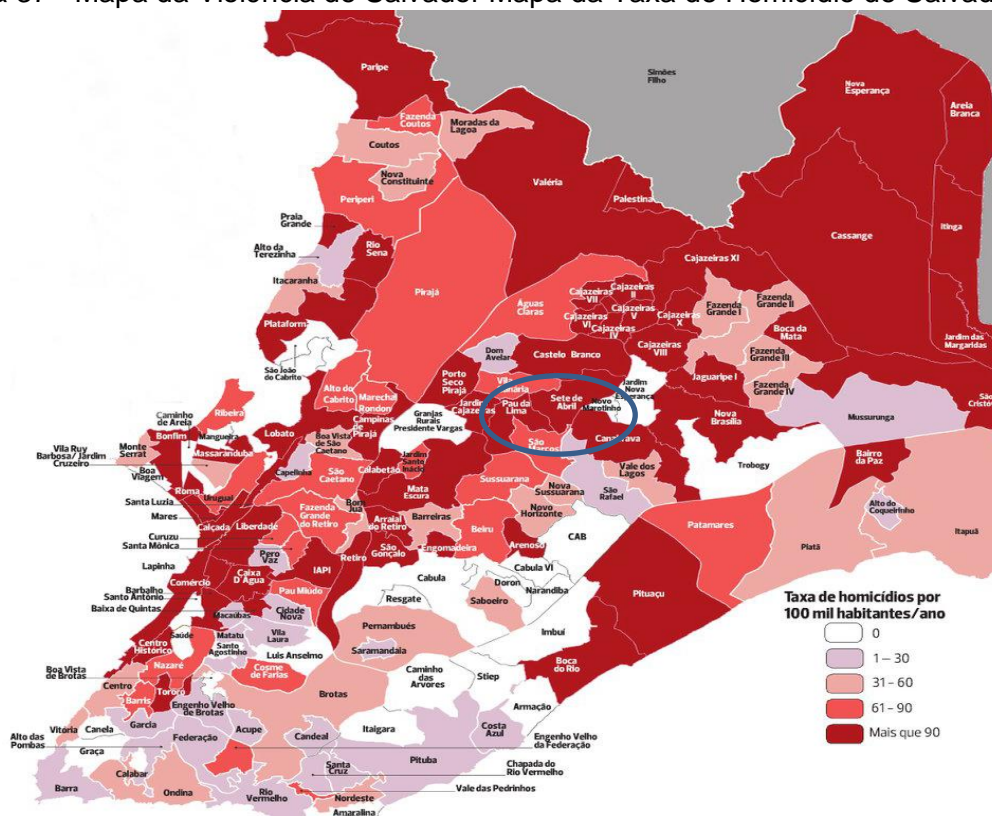
Só há policiamento nos finais de semana e apenas nas ruas principais. Quando me mudei pra cá há nove anos, o cenário era diferente. Hoje as coisas acontecem à luz do dia. São adolescentes de 15, 16 anos, assaltando trabalhadores, lamenta. (HOMICÍDIOS..., 2014).

Os assaltantes estão matando em qualquer hora do dia. Olha o que deixaram dentro do carro? Mataram e largaram aí, diz morador que não quis se identificar. (AGENTE..., 2015).

Os assaltos são feitos a luz do dia. Eles saem tomando tudo das pessoas que estão nos pontos de ônibus, principalmente, bolsas, celulares, relógios e outros. Lamentável, conta o morador que também não quis se identificar. (CASTELO..., 2017).

A importância da apresentação desses depoimentos é para mostrar o ambiente de perigo em Castelo Branco e o desafio da SSP do Estado da Bahia no que diz respeito à segurança coletiva, principalmente, dos bairros periféricos da cidade. Outro aspecto importante constatado em observação de campo é a ausência de módulos ou postos policiais, o que aumenta a riscos das pessoas e dos visitantes que circulam diariamente por ali, além das esporádicas rondas que acontecem em horários específicos durante o período do dia, facilitando de certa forma, a ação dos assaltantes (Figura 37).

Figura 37 - Mapa da Violência de Salvador Mapa da Taxa de Homicídio de Salvador – 2012



Fonte: Mapa..., (2012).

Cabe ressaltar que, no último relatório do Mapa da Violência do Brasil (WAISELFSZ, 2016), o estudo indica múltiplas relações desiguais entre a renda, escolaridade e outros, que juntas permitem explicar que o problema da violência urbana não é apenas de segurança como se quer fazer crer, e sim, um problema estrutural - histórico marcado por diversos tipos de segregações, principalmente, as socioeconômicas (WAISELFSZ, 2016; MAPA..., 2012).

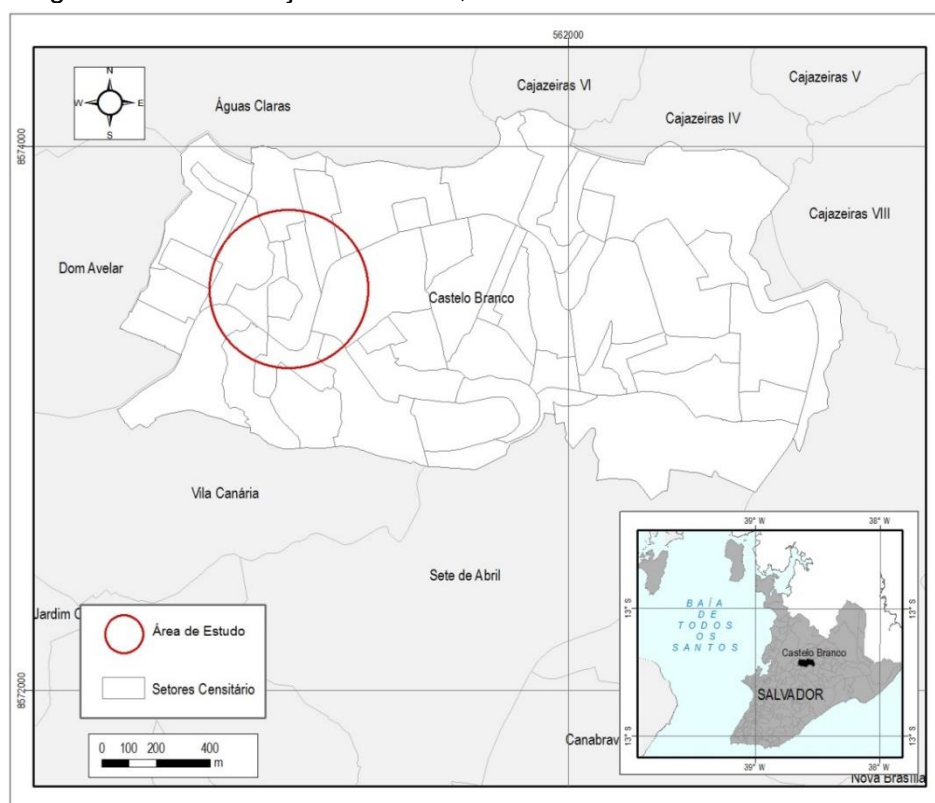
Em vista dos argumentos, nota-se que o bairro de Castelo Branco apresenta um cenário urbano complexo, com características semelhantes das áreas de baixa renda das grandes cidades do Brasil. De um lado, a presença de um modelo de habitação antigo e aglomerados subnormais que passaram por intervenções realizadas pelos órgãos públicos e privados ao longo da (re)produção do espaço urbano bairro, por outro, a formação de uma dinâmica urbana mesmo que de maneira não planejada, tem colaborado na melhoria da qualidade de vida dos moradores do bairro de Castelo Branco.

Desse modo, esses e outros aspectos abordados servirão como base na próxima sessão para a articulação das informações e dos dados, que serão apresentados os resultados das entrevistas da PECB objeto central do nosso trabalho.

4.5 RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

O quadro traçado a seguir reflete o retrato dos 40 questionários e entrevistas aplicados durante o ano de 2017, que permitiram levantar a realidade vivida, suas principais demandas e insatisfações no cotidiano dos habitantes da PECB conforme o mapa abaixo. Inicialmente, a escolha dos entrevistados foi feita de forma aleatória e, posteriormente, os entrevistados foram indicando outros moradores mais antigos, na tentativa de buscar um maior detalhamento das informações acerca da área de estudo.

Figura 38 - Localização da PECB, 2017



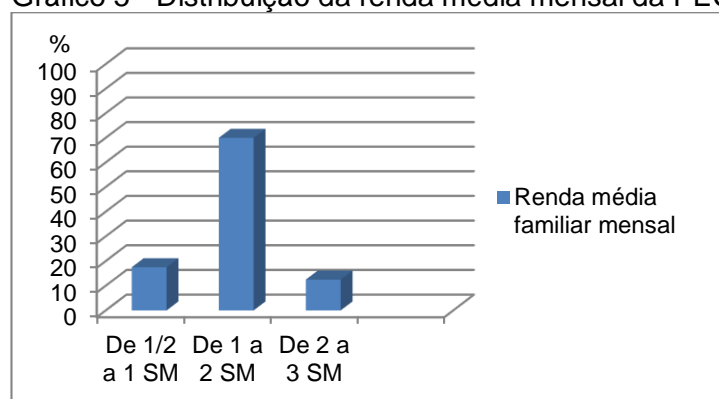
Fonte: IBGE, 2010; CONDER, 2008.

4.5.1 Perfil socioeconômico dos entrevistados

Em relação à composição do chefe de família os dados apresentaram um percentual de 67,7% formado por mulheres e 32,3% de homens do total pesquisado, corroborando com as informações reveladas pela ONU (2010), sobre o avanço da participação feminina na responsabilização do grupo familiar. Vale destacar também a distribuição do conjunto familiar constituído por um percentual de 8% de jovens entre 0 e 18 anos, 65% de adultos entre 19 e 59 anos e 6% de idosos, tendo como média de idade dos entrevistados de 33 anos, com função principal do imóvel para o uso residencial.

No quesito da renda familiar dos residentes da PECB não foi encontrado grupos que recebessem mais de 3 salários mínimos/mês (sm/mês). Era de 17% o percentual de famílias que declararam receber de $\frac{1}{2}$ a 1 sm/mês, 70% afirmou receber entre 1 a 2 sm/mês e 12,5% entre 2 e 3 sm/mês, dados que comparados com o IBGE não sofreram mudanças significativas nos níveis de renda da população nas últimas três décadas (Gráfico 5) e (Tabela 13).

Gráfico 5 - Distribuição da renda média mensal da PECB, 2017



Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pelo autor desta dissertação (2017).

Tabela 13 - Composição da renda familiar da PECB, 2017

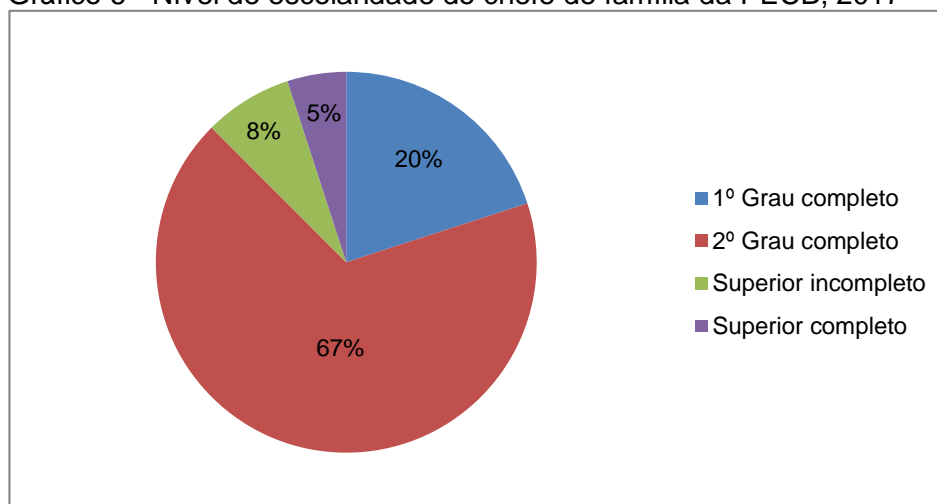
Faixa de Renda Familiar (R\$)	Qtd.	%
De 1/2 a 1 SM	7	17,5
De 1 a 2 SM	28	70
De 2 a 3 SM	5	12,5
Mais de 3 SM	0,0	0,0
Total	40	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pelo autor desta dissertação (2017).

Em relação à definição da composição da cor dos pesquisados, foi registrado um coeficiente de 62,5% de pardos, seguindo de 35% de negros e 2,5% de brancos, indo na mesma orientação apresentada pelas fontes como o IBGE (2010).

Sobre o nível de escolaridade do chefe de família o maior destaque foi o segundo grau completo com 67%, posteriormente, o primeiro grau incompleto com um percentual de 20% e por fim, o nível superior incompleto e completo, com 5% e 8%, respectivamente, conforme o (Gráfico 6). Dessa maneira, ratifica uma característica comum da população nos bairros periféricos das metrópoles brasileiras, principalmente, de jovens e adultos, pardos - negros, que é a dificuldade de acesso ao nível superior na idade correta, onde para o ensino superior completo no grupo entre 25 e 34 anos, a média da OCDE é de 36% da população e no Brasil é de 19,7%.

Gráfico 6 - Nível de escolaridade do chefe de família da PECB, 2017

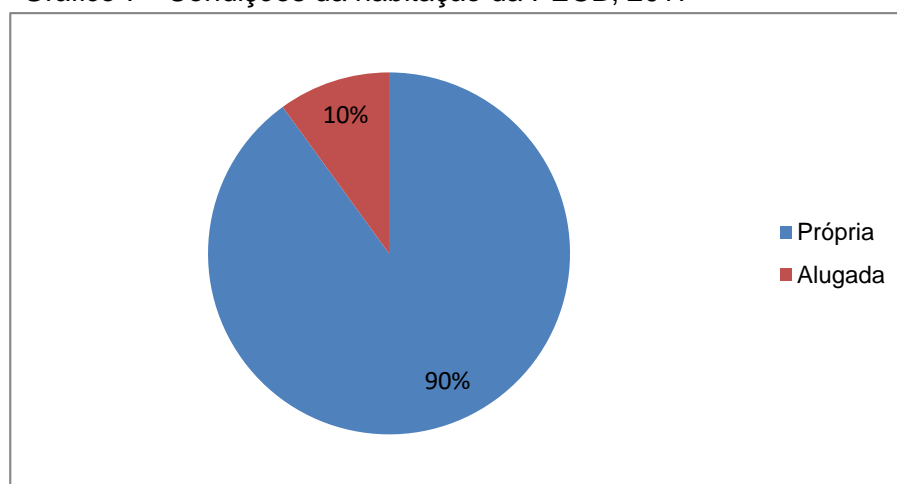


Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pelo autor desta dissertação (2017).

Na área da PECB, além das casas formais, destacam-se também, pequenas localidades que fazem parte da área de pesquisa como: Dom Lucas e a Baixa da Antártica, chamados pelo IBGE de aglomerados subnormais. Das 4 famílias que foram entrevistados todas residiam entre 15 a 20 anos nessas localidades informais e muitos deles nasceram ali.

No âmbito das condições de habitação um aspecto importante foi às condições de habitação das residências da PECB. Diante do levantamento das informações e dos dados coletados, 90% das casas eram próprias e 10% alugadas, (Gráfico 7) e foram construídas em terreno regular, em virtude da área de estudo ter sido um dos primeiros conjuntos habitacionais de casas planejadas durante o período do PLANDURB em Salvador, construído ao logo da década de 1970.

Gráfico 7 - Condições da habitação da PECB, 2017

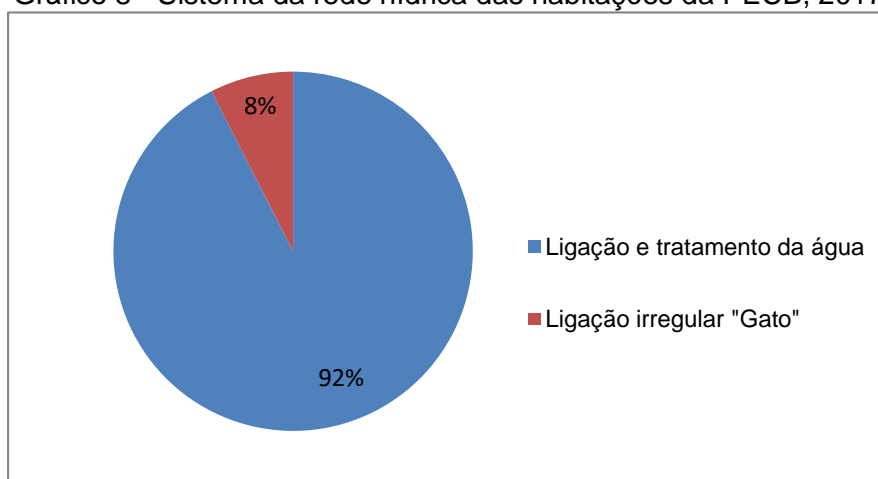


Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pelo autor desta dissertação (2017).

Em observação feita durante as entrevistas, também foram constatadas boas condições de habitação das casas, em torno de 77% das moradias apresentavam construção de alvenaria com revestimento em cerâmica, 13% era de construção mista (lage com revestimento em cerâmica) e nas famílias entrevistadas em áreas de aglomerados subnormais 10% das habitações eram de alvenaria e sem revestimento.

Sobre o fornecimento da rede hídrica, 92% das residências apresentava abastecimento de forma regular - água tratada e 8% de maneira irregular "gato". Os imóveis possuíam em média de 3 cômodos (excluindo o banheiro e varanda) e todos já tinham passado por algum tipo de reforma de acabamento ou ampliação de novos pavimentos (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Sistema da rede hídrica das habitações da PECB, 2017

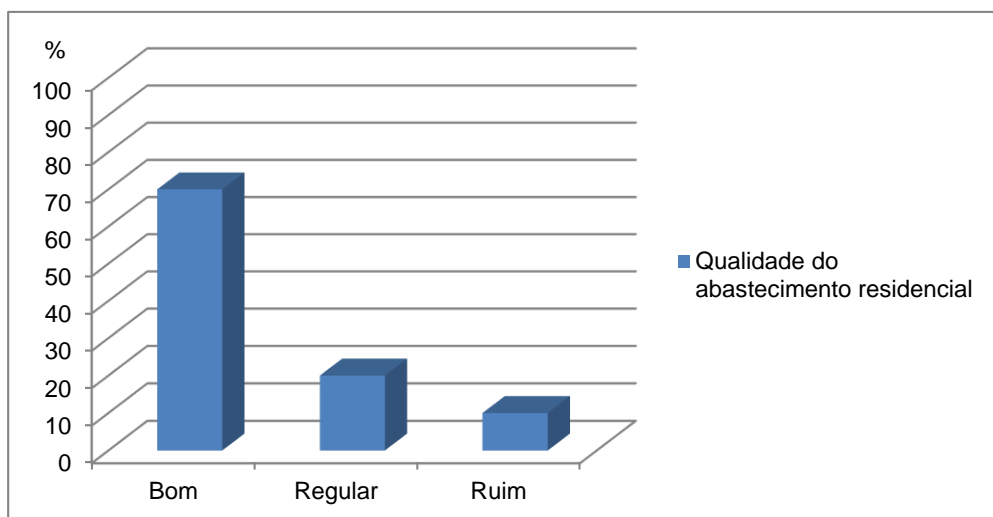


Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pelo autor desta dissertação (2017).

Em seguida, foi realizado um levantamento das informações a respeito da infraestrutura básica da PECB. Nessa parte do estudo o propósito foi identificar a presença e as condições dos serviços públicos como: fornecimento de água, saneamento básico, limpeza pública, rede pública de saúde, iluminação pública, segurança, áreas de lazer, sistema de transporte e o serviço social do bairro.

A abastecimento hídrico ocorre de forma frequente e diária em toda a extensão da PECB, contudo, por se tratar de estruturas antigas, em determinados momentos ocorrem problemas como rompimento de adutoras e outros, que geram problemas na distribuição local. Entretanto, entre os pesquisados, 70% avaliaram como bom o serviço de abastecimento da EMBASA, seguindo de 20% que responderam regular e 10% que afirmaram ser ruim o fornecimento de água (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Qualidade do abastecimento residencial da PECB, 2017



Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pelo autor desta dissertação (2017).

O bairro de Castelo Branco, assim como os demais bairros pobres de Salvador apresenta uma série de deficiências no que diz respeito ao saneamento básico. Segundo o IBGE (2010) e a EMBASA, o bairro apresenta mais de 60% da sua rede interligada ao sistema de esgoto. Apesar de ser um dado relevante, é o menor percentual entre os serviços de infraestrutura urbana verificados nessa pesquisa.

Na PECB, a principal forma de descarte dos dejetos das casas é feita pela rede geral de esgotamento sanitário, no entanto, foram observadas, em algumas moradias, ligações clandestinas à rede de água pluvial, fato que pode provocar uma sobrecarga de resíduos nas tubulações e nos períodos chuvosos o risco de transbordamento do esgoto através dos bueiros que são redes interligadas.

Desse modo, é necessário que haja mais investimentos públicos nas áreas do Miolo onde a coleta e tratamento do esgotamento sanitário não é satisfatória como o caso de algumas residências da PECB, para que ocorram melhorias significativas na prestação do serviço, da qualidade do ambiente e do bem-estar social da população local.

A questão da limpeza pública é um dos principais traços do abandono dos bairros de baixa renda nas cidades brasileiras. No bairro de Castelo Branco, assim como na maioria dos bairros que fazem parte do Miolo, a produção de resíduos é intensa, sendo um grande desafio coletivo (no controle e manejo da produção de resíduos domésticos) e do poder público municipal em deixar a cidade numa condição de limpeza satisfatória.

Vale ressaltar que o problema do lixo no bairro de Castelo Branco não é um problema dos dias atuais, pois na pesquisa efetuada em jornais, verificou-se que, desde a década de (1980), o lixo já era um problema para a população local.

Conforme a matéria divulgada pelo jornal Correio da Bahia, afirmava que:

Castelo Branco se perde em meio ao lixo. Em todas as etapas a prefeitura só deixa as caixas coletoras que transbordam e não é retirada. Para quem deseja passar um dia desagradável de uma paisagem de sujeira e lixo acumulado por toda a parte, basta visitar a três etapas do bairro. Lá o descaso Municipal é enfrentado diariamente pelos moradores e visitantes que sofrem com o mau cheiro de lixo por toda a parte. (CASTELO...,1996).

Em visitas de campo em dias e períodos variados durante o último ano da pesquisa, foi constatada uma grande produção de resíduos nas caixas coletoras e a deficiência no recolhimento do lixo na PECB, fato que contrapõe os dados do IBGE (2010), que indica um percentual acima de 90% de coleta de lixo diária desses resíduos. Em Castelo Branco, os pontos de coleta ficam localizados na via principal do bairro para facilitar o descarte dos resíduos e mesmo com a coleta diurna, a produção de lixo é tão elevada que em pouco tempo após o recolhimento desses materiais, o ponto de depósito é tomado por uma grande quantidade de lixo deixado pela população como exposto nas Figuras 39 e 40.

Figura 39 - Lixo e entulho espalhados nas ruas, 2017



Fonte: O autor em pesquisa de campo (2017).

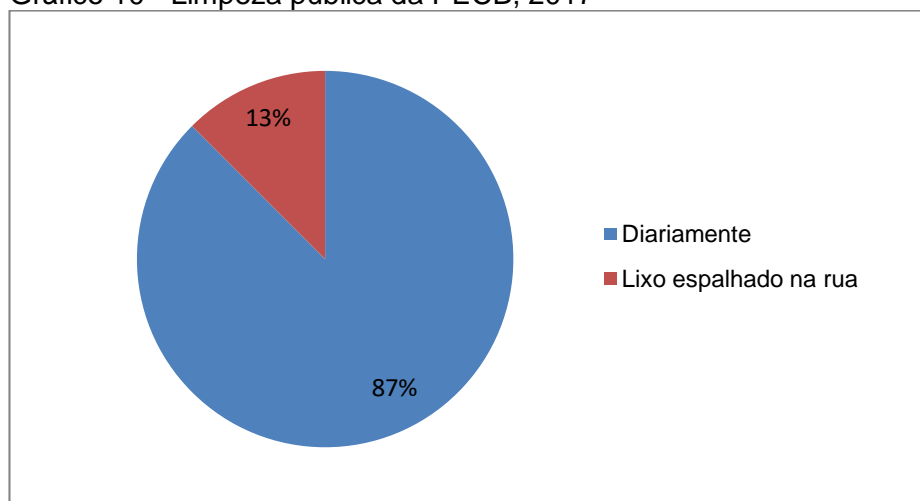
Figura 40 - Coleta de lixo insuficiente em Castelo Branco, 2017



Fonte: O autor em pesquisa de campo (2017).

Entretanto, entre os pesquisados na PECB, 87% dos residentes responderam ocorrer na área de estudo a varrição de ruas, avenidas e coleta de lixo diária, enquanto 13% alegaram a presença de lixo ou entulho espalhado nas ruas, como mostra o (Gráfico 10). Verificam-se também, recentes intervenções na sinalização nas áreas de circulação da PECB (ruas e avenidas), boas condições das calçadas e manutenção na pavimentação asfáltica, além disso, não houve nenhum registro de problemas com enchentes ou residências com vala ou canal aberto próximo de suas residências provenientes do acúmulo de lixo.

Gráfico 10 - Limpeza pública da PECB, 2017



Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pelo autor desta dissertação (2017).

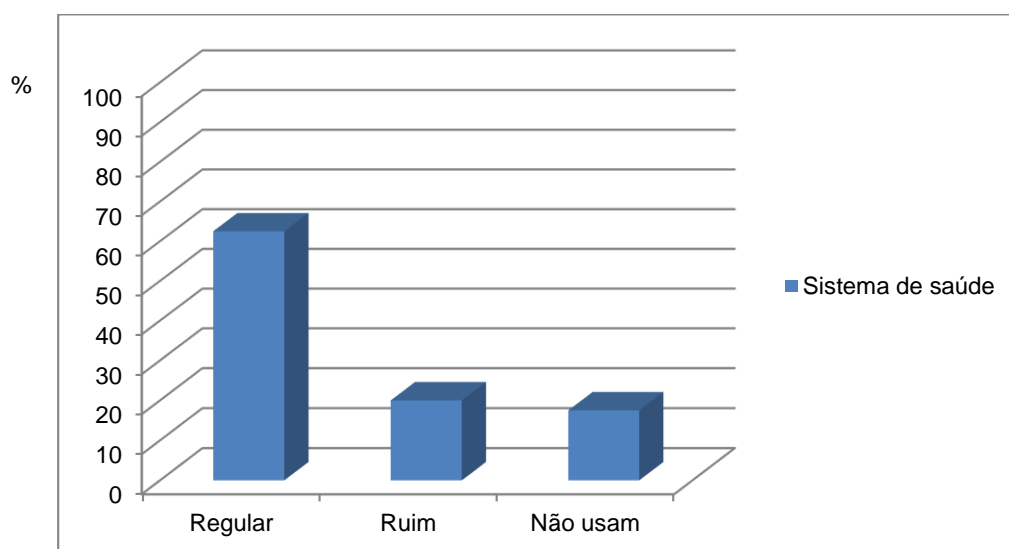
Usando as palavras de um entrevistado “a coleta de lixo melhorou muito aqui. Antes, se tivesse coleta cinco vezes no dia não adiantava, formava uma montanha de lixo e entulho e o mato era abundante. Hoje, tem lixo, mas é um pouco diferente”. O morador faz referência à melhora do serviço de limpeza pública na PECB, revela a

mudança de hábitos da população quanto aos cuidados com a limpeza pública, reconhece que há uma grande produção de resíduos diária pela população local e que a prefeitura vem se esforçando para reduzir esse problema nos bairros periféricos de Salvador.

No quesito sistema de saúde em Salvador, o serviço mais utilizado pela população dos bairros de baixa renda em geral é o Hospital Geral do Estado (HGE) e mais recentemente, o Hospital do Subúrbio. São para essas unidades que 82% dos entrevistados afirmaram se deslocarem quando ocorre um sério problema de saúde, enquanto 18% indicaram hospitais particulares como o Hospital da Bahia e outros.

Na PECB, o serviço de saúde é bem restrito, funciona como o distrito sanitário apenas em horário administrativo (segunda a sexta das 08:00 as 17:00) e apresenta poucas especialidades médicas. É disponibilizado serviços básicos como: vacinação, distribuição de remédios, atendimento clínico e odontológico, porém, a população precisa de mais atenção do poder público para ampliar as especialidades e melhorar a oferta de saúde de qualidade para todos. Segundo os pesquisados, 62,5% avaliaram os serviços como regular, seguido de 20% que afirmaram ser ruim o serviço prestado pelo posto de saúde, sendo as principais razões graves citadas durante as entrevistas, o número reduzido de médicos, o atendimento restrito por senha e o mau atendimento dos funcionários e 17,5% responderam não fazer uso desse serviço (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Uso da rede pública de saúde pelos moradores da PECB, 2017

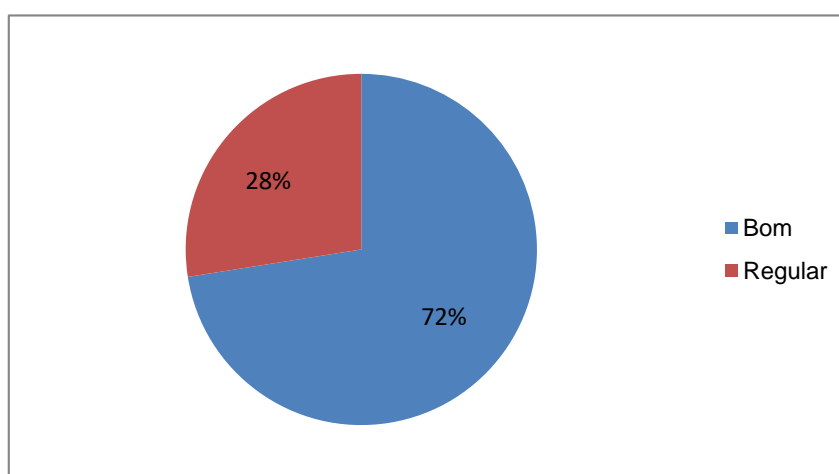


Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pelo autor desta dissertação (2017).

No quesito infraestrutura (iluminação pública), nas pesquisas realizadas nos documentos da PMS responsável pela iluminação pública urbana não foram encontrados projetos de requalificação ou informações referentes a mudanças na estrutura física da iluminação urbana no bairro de Castelo Branco. Os postes de iluminação são antigos e parte das fiações estão embaraçadas, o que aumenta o risco de acidentes como incêndios. A estrutura da iluminação pública local está defasada, se comparada com a iluminação pública dos bairros como o Caminho das Árvores, Pituba e outros, onde são encontrados equipamentos de maior resistência, o uso de lâmpadas de led e materiais de fibra ótica, o que traz uma melhor qualidade dos serviços como o de segurança pública e de comunicação com a população, respectivamente.

Todavia, foi localizado no ano de 2017, um conjunto de ações por parte da gestão atual da PMS um conjunto de intervenções na PECB, entre elas, o serviço de iluminação pública com a troca da haste principal (local onde fica presa a lâmpada) e as lâmpadas substituindo as incandescentes por Led, fato que trouxe uma melhor visibilidade as ruas, travessas e praças da área de estudo PMS (2017). Entre os entrevistados, 72% julgam o serviço de iluminação como bom, enquanto 28% afirmaram ser regular (Gráfico 12), tendo como os principais motivos para esse resultado, a presença de lâmpadas incandescentes (baixa luminosidade e resistência), postes com lâmpadas queimadas e sem manutenção e outros.

Gráfico 12 - Rede de iluminação pública da PECB, 2017



Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pelo autor desta dissertação (2017).

As (Figuras 41 e 42) apresentam os respectivos modelos de iluminação públicos da PECB, em processo de adaptação, facilmente encontrados em bairros pobres da periferia de Salvador. Com isso, a falta de planejamento e fiscalização urbana desse tipo de serviço ampliam os transtornos enfrentados pela população local, como acontece na área de nosso estudo.

Figura 41 - Manutenção da rede de iluminação de Castelo Branco, 2017



Fonte: O autor desta dissertação em pesquisa de campo (2017).

Figura 42 - Trocas de lâmpadas nas ruas de Castelo Branco, 2017



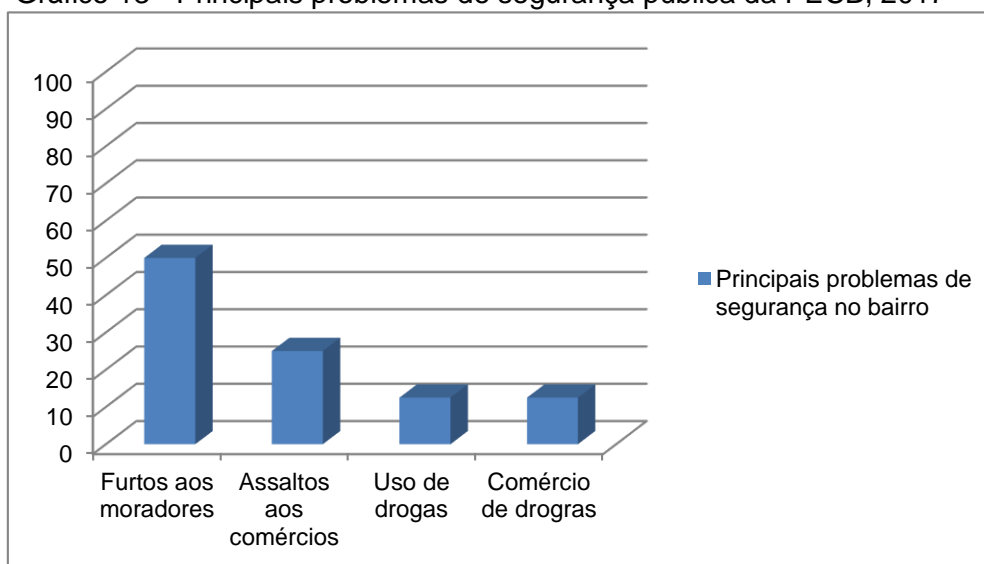
Fonte: O autor desta dissertação em pesquisa de campo (2017).

Segundo o recente estudo realizado pelo IPEA (2012) e divulgado no Mapa da Violência de Salvador, indica o bairro de Castelo Branco como um dos mais violentos de cidade. Durante toda a pesquisa esse bloco de perguntas do questionário foi o mais comentado por todos os pesquisados da PECB como quesito de maior

precariedade entre os serviços públicos disponíveis para a população do bairro. A área estudada é atendida pela 16ª DP; o policiamento é realizado de forma diária e temporária no modelo de ronda em carros ou motos por toda a extensão do bairro; não há Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), pontos de apoio ou módulos de fiscalização o que facilita a atuação de infratores da PECB ou de outras regiões vizinhas que saem de seus bairros para agir em outras localidades.

Sobre as principais ocorrências os resultados foram: 50% são de furtos de objetos como bolsas, celulares, carteiras e outros, em seguida, 25% assaltos aos comércios, depois 12,5%, uso de drogas e 12,5% comércio de drogas (Gráfico 13), fatos que provocam insegurança aos residentes e visitantes do bairro. Segundo os entrevistados, grande parte dos furtos não é registrada, entre as razões está na dificuldade de localizar os assaltantes e pelo pouco interesse dos investigadores da 16ª DP.

Gráfico 13 - Principais problemas de segurança pública da PECB, 2017

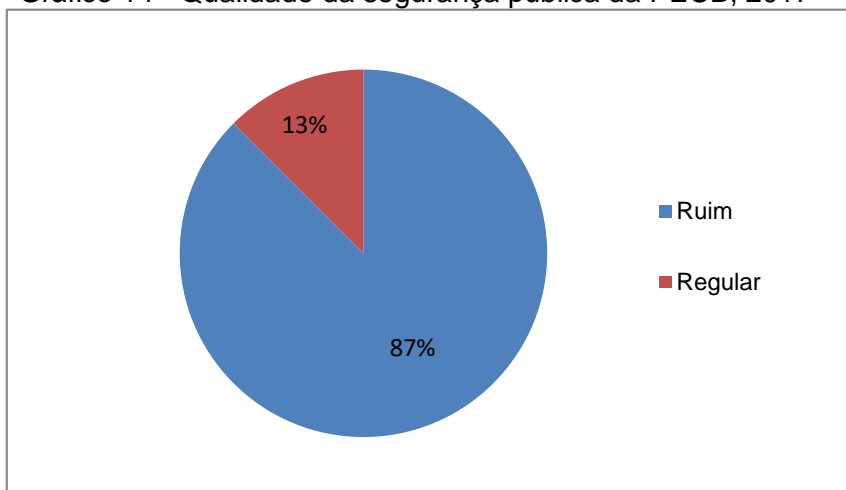


Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pelo autor desta dissertação (2017).

Aplicando as palavras de outro entrevistado “eles atacam pela manhã bem cedo, quando você tá saindo para o trabalho. Eu ando com dois telefones: um velho, dos “donos” e o outro de uso particular. Essa é a forma que você tem para não ficar sem um sistema de comunicação com sua mãe, esposa e filhos”. Faz uma inferência ao perigo da exposição de equipamentos tecnológicos e circulação nas áreas da PECB em determinadas horas do dia, o que não é diferente da cidade.

Nesse sentido, com relação à qualidade da segurança pública na PECB, 87% dos entrevistados afirmaram ser ruim o policiamento e apenas 13% como regular (Gráfico 14). É um retrato da fragilidade do serviço de segurança pública em Salvador, principalmente, nos bairros periféricos, onde a violência cresce todos os dias.

Gráfico 14 - Qualidade da segurança pública da PECB, 2017



Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pelo autor desta dissertação (2017).

Para tentar ajudar na segurança urbana em Salvador, em 2014, foi sancionada uma lei municipal nº 8.614/14, válida nos dias atuais, cujo Art. 8 permite as pessoas implantarem portões e guaritas em vias públicas objetivando ampliar a segurança dos moradores. O pedido de autorização de fechamento deve ser feito à Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município (SUCOM), sendo uma das exigências a apresentação de um projeto desenvolvido por um arquiteto ou por um engenheiro, os custos da obra e sua manutenção ficarão a cargo dos residentes (SUCOM, 2017).

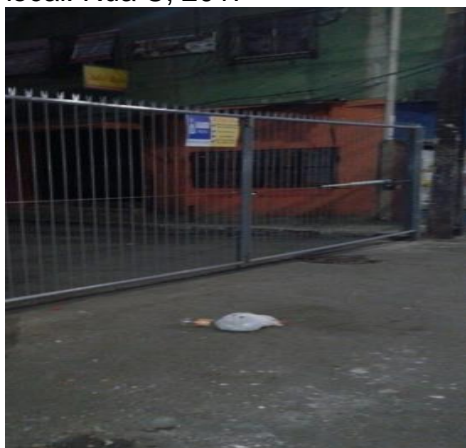
Em contato informal com a moradora, a partir do ano de 2015 alguns portões foram instalados em determinadas áreas da PECB, como mostra as (Figuras 43 e 44), com o objetivo de tentar reduzir o número de assaltos que ocorrem em determinadas ruas do bairro com menor circulação de pessoas, principalmente, no período noturno. Segundo a moradora, apesar do curto período de uso dos portões nos últimos dois anos, os assaltos reduziram, porém, não há registros oficiais nos órgãos estaduais e municipais quanto os impactos nos níveis de segurança a partir da implantação desses portões.

Figura 43 - Implantação de portões pela população local. Rua 3, 1ª etapa, 2017



Fonte: O autor desta dissertação em pesquisa de campo (2017).

Figura 44 - Fechamento de ruas na PECB pela população local. Rua C, 2017



Fonte: O autor desta dissertação em pesquisa de campo (2017).

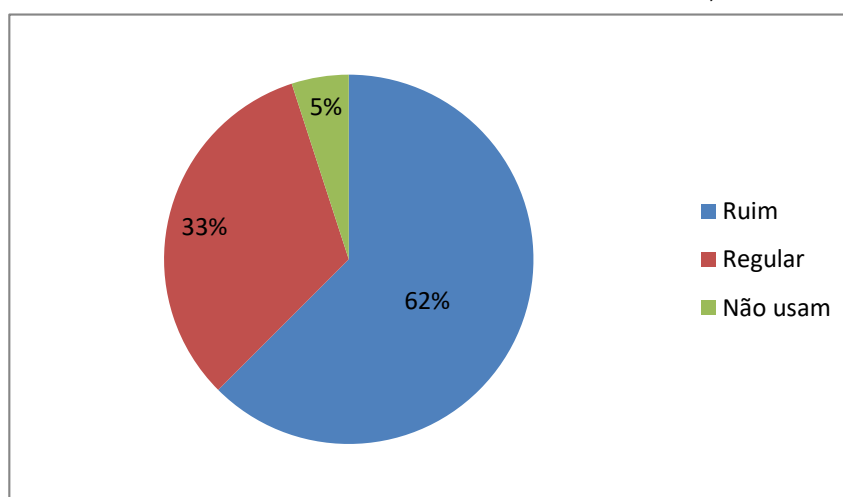
Dito isto e diante do contato com os entrevistados, evidencia-se um clima de grande medo e insalubridade que permeia a rotina dos habitantes da PECB e das pessoas que passam por lá. Além da insegurança, a manutenção deficiente e/ou ausente de serviços básicos como iluminação pública e policiamento efetivo elevam os riscos e a vulnerabilidade social de todos os indivíduos do bairro, ratificando a deficiência do sistema de segurança pública do Estado, que cresce de maneira significativa nos bairros mais pobres de Salvador.

Outro aspecto importante na composição do espaço urbano da cidade é a presença de áreas de lazer. Nesse sentido, a PECB carece em número e qualidade dessas áreas de convivência, constatado no levantamento de campo e dos depoimentos dos entrevistados.

Segundo os residentes, os principais tipos de espaços de lazer da PECB são duas quadras esportivas e praças, uma fica no entorno da Rua Vandick Reiner e a outra fica localizada na Rua D (mapa p. 71), ambas as áreas não apresentam equipamentos públicos em boas condições para o uso da população local. Sua manutenção é de responsabilidade da PMS, porém não é realizada de forma periódica.

Dos questionários aplicados, era de 62% o percentual dos residentes que colocaram como centro do problema a ausência das praças e áreas de lazer equipadas, classificadas como ruim, 33% responderam ser regular e 5% não faziam uso dessas áreas de lazer (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Qualidade das áreas de lazer da PECB, 2017



Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pelo autor desta dissertação (2017).

Desse modo, um dos principais pontos levantados durante as entrevistas foi à necessidade de criação de novas áreas de lazer e não somente espaços esportivos, para uma maior socialização da comunidade, voltadas para todas as idades. Além disso, os entrevistados destacaram também, a demora do poder público nas intervenções de melhorias das poucas áreas de lazer existentes na PECB, demonstrando uma relevante consciência dos seus direitos.

O sistema de transporte público é o principal meio de circulação da população da PECB. A qualidade da oferta desse serviço não foi muito criticada e nos questionários aplicados para verificar os principais problemas do sistema de transporte foram sinalizados: a qualidade dos ônibus, a falta de organização do tráfego

e a ausência de abrigo nos pontos de ônibus, com resultados percentuais de 27,5%, 67,5% e 5%, respectivamente (Tabela 14).

Tabela 14 - Sistema de transporte público da PEBC, 2017

Principais problemas	Qtd.	%
Qualidade dos ônibus	11	27,5
Falta de organização do tráfego	27	67,5
Falta de abrigo nos pontos de ônibus	2	5
Total	40	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pelo autor desta dissertação (2017).

De acordo com a tabela, destaca-se, entre as queixas dos residentes, o uso de ônibus velhos, sujos e mal conservados. Existe, também, reclamações em relação aos espaços inapropriados para pontos de ônibus, ausência de sinalização e abrigo nesses locais. Sobre o trânsito da PEBC, sua organização foi muito criticada pelos pesquisados, tendo como o principal problema os constantes engarrafamentos devido ao grande fluxo de transportes e a largura da via central ser insuficiente, pois não sofreu mudanças ao longo dos anos de existência do bairro.

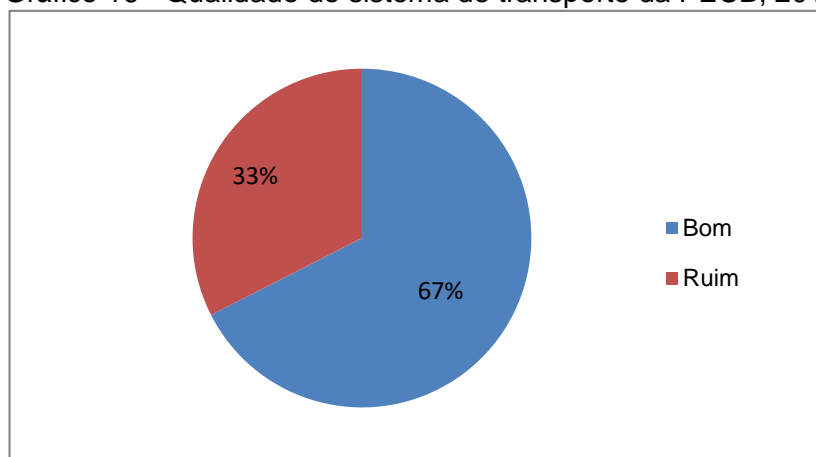
A via principal do bairro é do tipo Arterial de categoria I, ou seja, tem como uma das funções fazer a ligação entre as avenidas principais para as áreas no entorno de Castelo Branco. Vale destacar que, há um sistema complementar de transporte alternativo, regulamentado, pela PMS utilizado pelos moradores diariamente para se deslocar entre os bairros do entorno com rapidez, como: Cajazeira, Águas Claras e outros fatos que dificultam a mobilidade urbana da PEBC (LOUOS, 2016).

Sobre o controle e organização do trânsito as principais queixas foram para a Transalvador, órgão da PMS responsável pela fiscalização do transporte público na cidade que praticamente não aparece na PEBC. Assim, a desorganização do trânsito é bastante questionada pela população, pois afeta de maneira direta a circulação da população local. No restante da via principal do bairro que vai na direção as próximas etapas, o trânsito apresenta mais fluidez devido a largura das pistas e diminuição do eixo comercial concentrado na PEBC.

Entre os pesquisados, 80% usam diariamente o serviço de transporte coletivo e 20% fazem uso pelo menos três vezes por semana. Apesar das sinalizações acima,

67% dos habitantes da PECB avaliaram o sistema de transporte como bom, enquanto 33% declararam esse serviço de transporte público como ruim (Gráfico 16).

Gráfico 16 - Qualidade do sistema de transporte da PECB, 2017



Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pelo autor desta dissertação (2017).

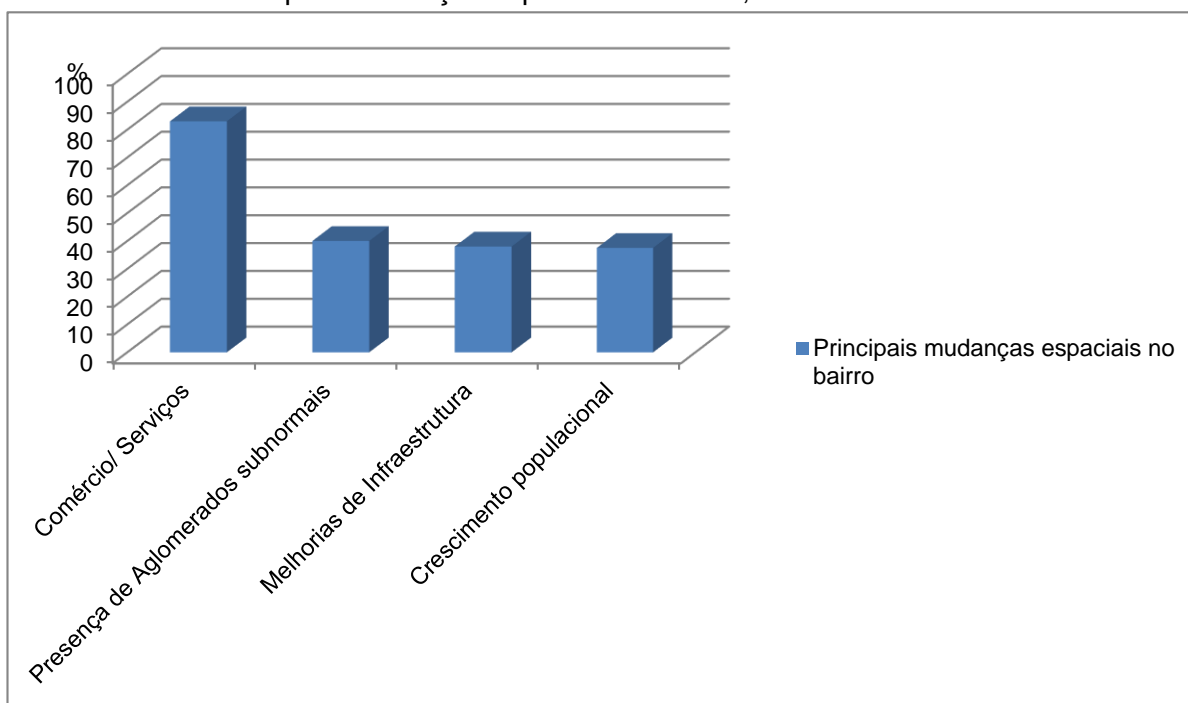
Ao longo do processo de produção do espaço urbano do bairro de Castelo Branco seu espaço passou por transformações e permanências ligadas ao contexto socioeconômico, político e cultural geográfico. A seguir, serão apresentadas as principais mudanças e implicações espaciais, os impactos do comércio e serviços, além da percepção dos moradores acerca da qualidade de vida da população pesquisada da PECB.

No âmbito das mudanças espaciais que influenciaram na vida dos habitantes da PECB, mais de 90% dos entrevistados declararam que sim, houve melhorias e os principais resultados foram na direção do acesso aos bens de consumo em geral e das melhorias de infraestrutura urbana. Entre os comentários das pessoas podemos citar: a facilidade para resolver problemas no próprio bairro, o acesso ao fornecimento domiciliar, a lojas de vestuários, cosméticos, ampliação da iluminação pública, do sistema de transporte e outros, reforçando que essas alterações auxiliaram na dinâmica urbana e na melhoria da área pesquisada.

Quando perguntados sobre às mudanças mais significativas na PECB as respostas dos pesquisados foram: o crescimento do número de comércio e serviços diversificados com 79%, seguido das áreas de favelas com 39% e por fim, o avanço da infraestrutura local (abastecimento hídrico) e o acelerado crescimento demográfico, ambos com 38%. Já na avaliação das implicações ocorridas na PECB, 77% admitiram como boa às mudanças sucedidas na área pesquisada e afirmaram que, o uso do solo

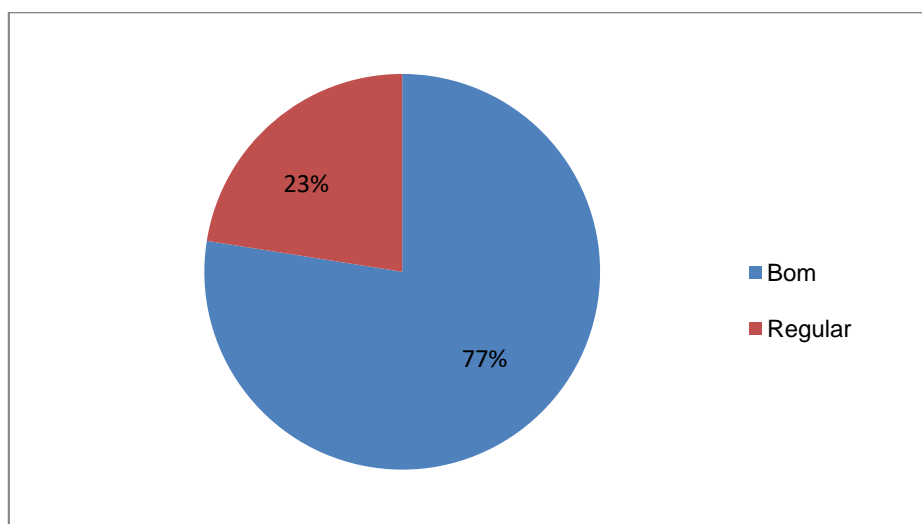
de forma mista (residencial/comercial) é um dos aspectos que contribuem para facilitar a vida da população dos bairros periféricos da cidade, seguido por 23% dos entrevistados que afirmaram ser regular as transformações, tendo pouca interferência nas mudanças urbanas na área de estudo (Gráficos 17 e 18).

Gráfico 17 - Principais mudanças espaciais da PECB, 2017



Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pelo autor desta dissertação (2017).

Gráfico 18 - Implicações provocadas pelas transformações espaciais da PECB, 2017



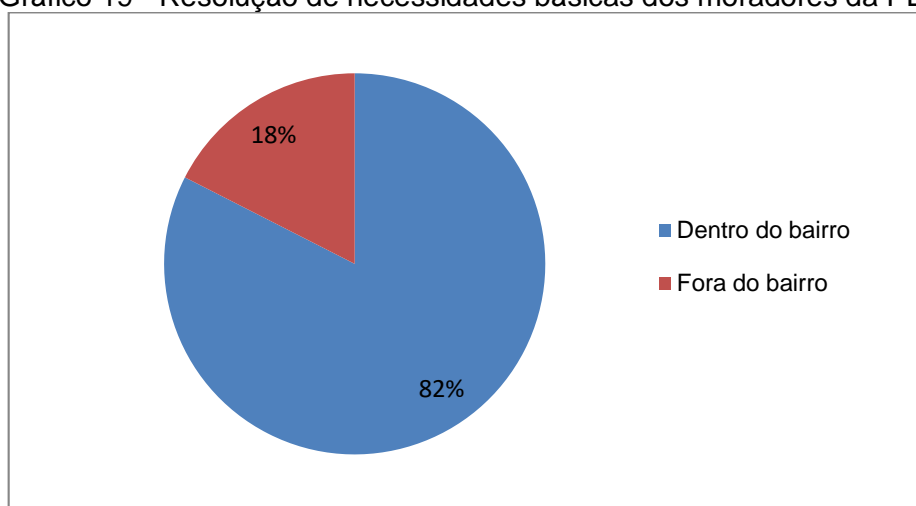
Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pelo autor desta dissertação (2017).

Em relação à resolução das principais necessidades diárias dos pesquisados, 82% responderam fazer uso do comércio e serviços localizados no próprio bairro, enquanto 18% declararam resolver suas tarefas fora da PECB. Entre as ponderações destaca-se: a facilidade de resolver os problemas no próprio bairro com o percentual de 42,5%, a ampla concorrência dos produtos de uso em geral que produz diretamente um benefício dos preços das mercadorias para os moradores com 62,5% e os serviços especializados que atingiram 38% dos entrevistados (Gráficos 19 e 20).

Usando o comentário de um morador obtido nas entrevistas “no retorno do trabalho resolvo o que preciso. Dificilmente resolvo meus problemas fora daqui”. Nesse fragmento, nota-se a importância de determinados serviços e como essas nas últimas duas décadas vem formando sub-centralidades secundárias, essenciais para a melhoria da qualidade de vida da população que mora na PECB. Entretanto, entre os pesquisados 10% responderam que a complexidade de determinados produtos e serviços exige soluções específicas que são adquiridos numa determinada área específica na cidade, extrapolando a realidade da PECB.

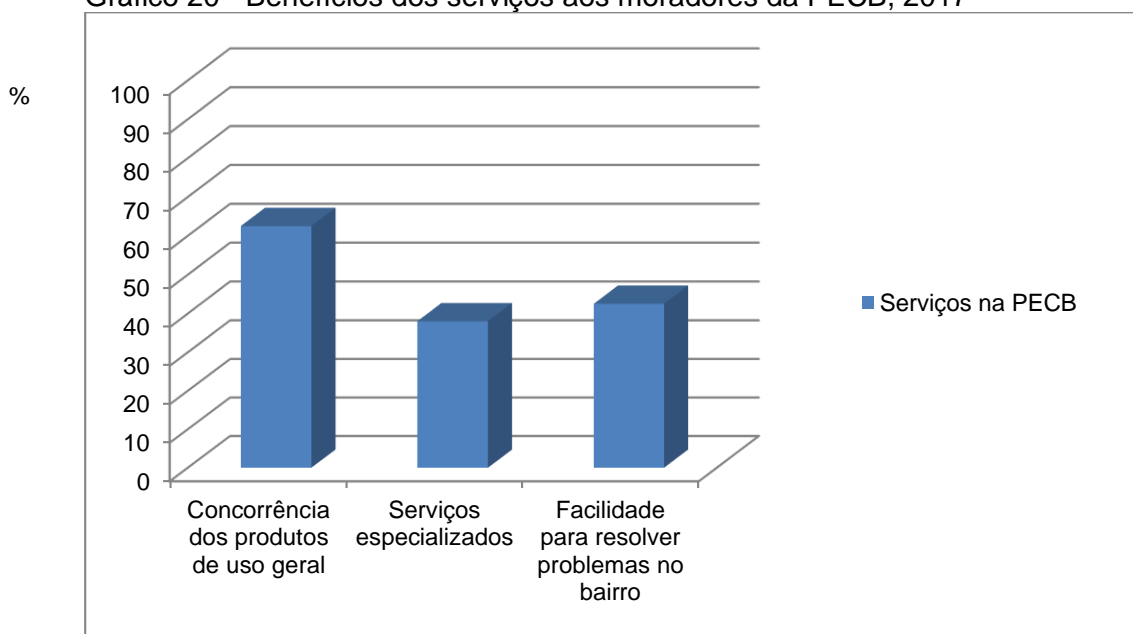
Os principais tipos de comércio encontrados na PECB são mercados de alimentos, lojas de vestuário em geral, rede de farmácia, restaurantes, Americanas Express, venda de equipamentos - acessórios eletrônicos. Sobre os serviços são destaques uma rede bancária da Caixa Econômica Federal, clínicas odontológicas, escola de formação de condutores e assistência jurídica privada.

Gráfico 19 - Resolução de necessidades básicas dos moradores da PECB, 2017



Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pelo autor desta dissertação (2017).

Gráfico 20 - Benefícios dos serviços aos moradores da PECB, 2017



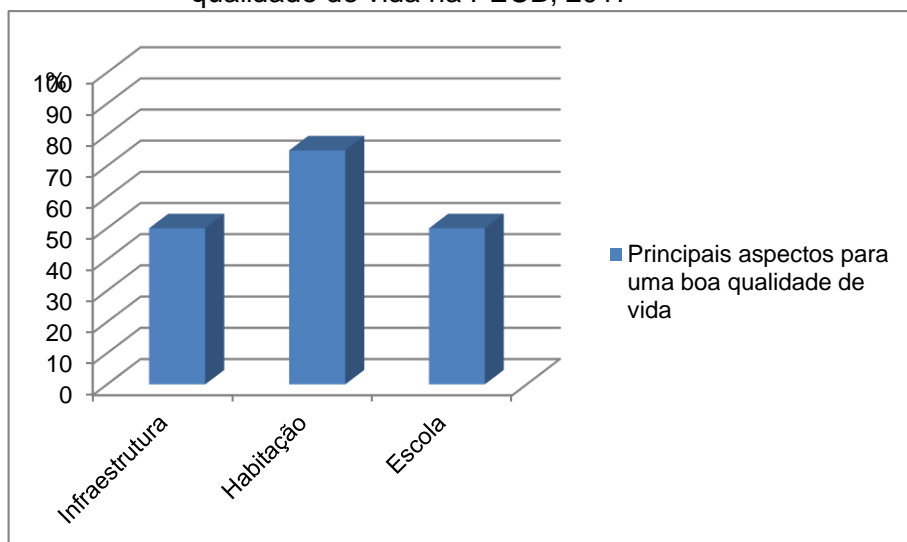
Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pelo autor desta dissertação (2017).

Durante a aplicação dos questionários aos pesquisados foi reservada uma seção para que eles pudessem apresentar suas percepções acerca da QVU dos habitantes da PECB. Constatou-se em grande medida nos depoimentos: ter uma habitação, acesso aos bens de consumo para poder viver, segurança, saúde, educação e transporte para poder se deslocar com rapidez na cidade, foram as principais respostas entre os entrevistados como elementos essenciais para se ter qualidade de vida.

Porém, os três principais aspectos levantados nos questionários foram: a presença de uma infraestrutura adequada com 48%, levando em consideração que a principal variável citada entre as respostas foi o fornecimento hídrico para as residências; em seguida, a presença da escola no bairro 49%; espaço essencial para o processo de escolarização como um caminho para melhorar as condições de vida dos residentes da PECB e, por último, o acesso a uma habitação segura com 72%, ou seja, condições mínima de moradia para poder viver (Gráfico 21).

Esses aspectos reforçam a ideia de Nahas (2005), quando destaca a importância condições de infraestrutura básica, materiais, ofertas de serviços e outras para estabelecer padrões mínimo de QVU num determinado local. Nesse sentido, é necessário ampliar diariamente o olhar para a dinâmica urbana atual para as áreas de baixa renda nas grandes cidades, na tentativa de reduzir ou minimizar as desigualdades quanto a QVU.

Gráfico 21 - Principais aspectos respondidos pelos pesquisados para uma boa qualidade de vida na PECB, 2017



Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pelo autor desta dissertação (2017).

Nessa fase da pesquisa foram selecionados alguns trechos retirados das entrevistas para demonstrar as essenciais considerações a respeito da qualidade de vida da população local. Nesse contexto, foram encontrados os seguintes relatos:

[...] a qualidade de vida é morar bem, é poder voltar do trabalho para casa e chegar se sentido seguro no bairro onde mora. Sei que tá difícil por aqui, mas é isso. Para ficar melhor poderia reabrir o posto da Polícia Militar que tinha antes no bairro. Voltar a ficar na porta de casa sem medo. Acho que ia melhorar (J.F, entrevista em 07.07.17).

[...] o comércio mais forte apareceu faz pouco tempo e melhorou a qualidade de nossa vida porque aumentou os produtos das coisas, a gente não precisa sair tanto para comprar em outros lugares. Outra coisa boa foi as escolas mais próximas de nossas casas. A educação é importante na vida das crianças (A.S, entrevista em 28.08.17).

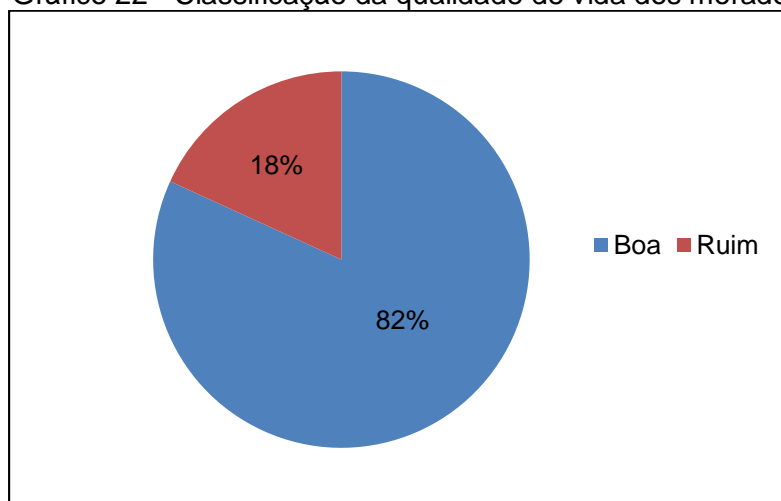
Comprei essa casa tem trinta anos, é minha. No começo tudo era longe, mas agora temos muitas coisas como banco e comércio. Isso melhorou a vida das pessoas por aqui (B.S, entrevista em 07.09.17).

Ter qualidade de vida é ter o trilove básico: é ter saúde, educação e segurança. Teve isso no bairro acho que qualquer pessoa vive razoavelmente bem. (L.S, entrevista em 10.10.17).

Portanto, é possível compreender dos depoimentos acima uma aproximação entre a qualidade de vida dos moradores e a presença das atividades econômicas como o comércio e serviços, além da relação com a presença de serviços públicos básicos de dever do Estado e de direito dos cidadãos. Embora tenham registrado dificuldades onde moram, 82% dos entrevistados afirmaram ter ocorrido melhorias na qualidade de vida local após a chegada dos serviços privados e do crescimento da oferta de alguns serviços públicos, à medida que 18% contestaram na direção

contrária afirmando que as mudanças ocorridas não contribuíram para melhorar a QV da população da PECB (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Classificação da qualidade de vida dos moradores da PECB, 2017



Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pelo autor desta dissertação (2017).

As principais melhorias sinalizadas nas entrevistas foram: o avanço do número de estabelecimentos comerciais e serviços diversificados nas áreas: médicas, estéticos, bancárias e outros bens de consumo, a ampliação do sistema de transporte Integração - Salvador, mais recente programa de transporte público baiano, onde o cidadão utiliza metrô – ônibus num período de duas horas sem acréscimo de custo e a presença da feira livre nos finais de semana, fato que facilita o acesso, em alguns casos, aos alimentos mais baratos.

Segundo informações de uma antigo feirante, durante a década de (1970) foi fundada a feira da PECB por japoneses, vindos das cidades de Mata de São João e Jaguaquara, cidades do interior da Bahia, com o objetivo abastecer a população local, devido as dificuldades de acesso e dos moradores saírem do bairro para comprar mantimentos. Nessa época, havia poucas barracas que eram padronizadas pelo Centro de Abastecimento de Salvador (CEASA) medindo mais ou menos dois de comprimento - largura. Ele contou ainda que, as barracas possuíam latas de lixo, cobertura de lona e a CEASA fazia o transporte em todos os dias de feira e em pouco tempo ficou conhecida como “a rua da feirinha de Castelo Branco”.

Sobre a feira livre, foram encontradas as seguintes descrições dos feirantes:

[...] nos finais de semana é o dia que aproveito para ganhar um dinheiro a mais. Essa feira é antiga e tem mais de trinta anos meu filho, aqui tem um pouco de tudo. Antes vinha gente de vários bairros para cá. Hoje, vem apenas

o pessoal de Castelo Branco e bairros próximos para comprar produtos mais baratos (M.A. Entrevista realizada em 10.08.17).

[...] sou cadastrado na prefeitura como feirante geral. Vendo de tudo, frutas, verduras, cereais, hortaliças, e ainda comercializa em outros bairros, como Saboeiro, Bonfim, Itaigara, Caminho das Árvores, mas gosto de Castelo Branco. Vendo bem, no preço justo e isso é bom para os moradores do bairro. (A.A. Entrevista realizada em 12.09.17).

Durante a entrevista, descubro que alguns produtos tem origem em outros Estados como São Paulo e Minas Gerais, adquiridos a partir da CEASA e outros da região Nordeste. Utilizando as informações do pesquisado completa “Às vezes, a importação sai mais barato, vem com qualidade, e nem sempre o nacional nos oferece isso, é isso que importa para mim”. Contou ainda sobre o horário que chega aos lugares para armar a barraca: “Cheguei aqui hoje era 4h da manhã, agora a barraca está aí toda arrumada”.

Certamente, durante as visitas na “ferinha” da PECB, em nenhum momento constatei insatisfação ou tristeza nas pessoas. Todos os entrevistados, mesmo cansados pela exposição ao sol e trabalho intenso, demonstravam que estavam felizes em estar ganhando seu sustento de forma honesta e íntegra. Percebi também, espontaneidade, alegria e satisfação dos feirantes no momento que conversavam comigo, contando de forma detalhada tudo que sabiam a partir de suas histórias, fatos e vivências que expressas, contribuíram para melhor compreender a dinâmica socioeconômica da PECB.

Em vista dos argumentos apresentados, apesar dos problemas urbanos encontrados no bairro de Castelo Branco já abordados anteriormente e a respeito da pesquisa feita na PECB, verifica-se que, apenas no último período da atual gestão municipal, a prefeitura vem realizando um conjunto de micro ações como: a requalificação urbana das ruas e via principal do bairro, substituição asfáltica de áreas degradadas ao longo das cinco etapas, melhoria no serviço de iluminação pública e na infraestrutura básica, com o objetivo de minimizar as dificuldades existentes e melhorar a qualidade de vida das famílias que moram na PECB. Essas informações revelam que, apesar da dinâmica complexa relacionada às carências sociais, econômicas e outras verificadas na pesquisa, as mudanças do uso do solo urbano ocorridas na PECB contribuíram para melhorar a qualidade de vida dos moradores da área de estudo.

CAPÍTULO 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, procurou-se fazer uma ampla discussão acerca da dinâmica urbana numa área de habitação popular e das suas implicações na qualidade de vida dos moradores da PECB na cidade de Salvador.

No primeiro momento, nossa preocupação foi apresentar um conciso contexto do processo de produção do espaço urbano no Brasil, suas características e perspectivas enquanto relações socioespaciais. Nesse sentido, tanto a urbanização quanto a industrialização influenciaram diretamente na produção, transformação e organização espacial das cidades brasileiras, como foi o caso de Salvador, fortemente marcada pelas desigualdades sociais.

Em Salvador, os conjuntos habitacionais financiados pelo SFH, via BNH representaram uma parcela expressiva de investimentos durante o processo de expansão urbana em áreas carentes de infraestrutura e outros equipamentos públicos da época. Apesar de pouco significativos se comparados com as demandas habitacionais da população de baixa renda, foi muito importante para o avanço da urbanização, porém, produziu formas de espaços excludentes nas áreas periféricas de Salvador, como por exemplo, na PECB.

No caso das multiplicidades de atuação do poder municipal, a PMS ampliou suas relações com os principais agentes de produção do espaço de Salvador (os proprietários dos meios de produção, promotores imobiliários e outros), especialmente, após a Reforma Urbana de (1968), corroborando no processo de apropriação dos espaços públicos por setores da iniciativa privada do mercado imobiliário baiano. Dessa forma, a reprodução de um modelo urbano ultrapassado na construção de habitação popular em Salvador confinou os segmentos populares em áreas periféricas da cidade, retirando deles o direito à cidade. A cidade é vista, aqui, como um produto das relações socioeconômicas e políticas, que tem como uma de suas funções a de ser um espaço de inclusão e não de exclusão, havendo assim uma distinção social.

Em Salvador, diante das transformações da natureza do espaço urbano, a cidade tem sido produzida a partir de urbanismo voltado para os grupos sociais privilegiados e que, portanto, podem usufruir dos bens e serviços nela existentes. Uma vez que a maior parte dos equipamentos urbanos está distribuída nos bairros com

população de maior poder aquisitivo como Barra, Itaigara e outros, apontando para uma política pública voltada para os interesses privados e não coletivo.

No decorrer da pesquisa, ficou evidente o quadro de segregação socioespacial, não somente em relação à localização da área de estudo, mas também acerca das condições de habitação e diversas realidades vividas pelos moradores de Castelo Branco. Portanto, constatamos que o bairro é uma área de elevada densidade demográfica, que passou por processos urbanos complexos, necessita de ações que promovam a ampliação e melhorias voltadas para a infraestrutura urbana, serviços urbanos, equipamento sociais e, principalmente, que melhore a renda dos moradores, uma vez que o poder público tem se tornado omissivo em determinadas demandas da população local, como a segurança pública e a presença de áreas de lazer, cujos dois últimos aspectos obtiveram os piores percentuais quanto à qualidade desses serviços, conforme os pesquisados.

Entretanto, ao analisar as condições das habitações da PECB, constatou-se dentre os entrevistados melhorias na qualidade de vida das famílias que adquiriram as casas durante ou depois do programa implantado pelo PLANDURB. Na PECB, nas últimas três décadas ocorreram uma série de mudanças quanto ao uso do solo e na organização do espaço urbano, permitindo o uso multifuncional da área (comércio, serviços e residências), fatos que favoreceram o crescimento de uma dinâmica econômica local, despertaram a atenção do setor imobiliário intermediário de Salvador, contribuindo também para a melhoria da qualidade de vida dos moradores locais.

Em vista dos argumentos nesta pesquisa, fica claro que a atuação do poder público municipal é muito restrita quando se refere à gestão das áreas periféricas de Salvador, chegando ao ponto de ser discriminatória, como tem ocorrido nas gestões anteriores e na atual administração da cidade. Não existiu e não existem atualmente políticas públicas efetivas, voltadas para os bairros pobres de Salvador, sendo que as poucas ações realizadas em função de muitas reclamações para os órgãos públicos como a SUCOM e, mais recentemente, fruto dos encaminhamentos realizados para a Prefeitura – Bairro de Castelo Branco localizada em Cajazeira VIII, onde são resolvidas de forma lenta ou mais rápida quando ocorrem manifestações e/ou bloqueio de ruas e avenidas pela população esquecida da cidade.

Diante das considerações apresentadas ao longo desse trabalho, percebe-se que, mesmo com algumas deficiências nas estruturas espaciais e socioeconômicas relevadas na PECB, a suposição desse estudo que era identificar a existência dos impactos da mudança do uso do solo urbano na qualidade de vida dos moradores é real. As alterações espaciais ocorridas na PECB como a chegada do comércio - serviços antes inexistentes, o acesso direto dos moradores aos bens (duráveis e não duráveis) e outros, são elementos essenciais que corroboram na melhoria da qualidade de vida local.

Em suma, podemos inferir que as modificações espaciais e ações realizadas pelos governos estadual e federal melhoraram timidamente a qualidade de vida dos moradores na área de estudo. Contudo, são paliativas, porque servem apenas para minimizar os problemas antigos da PECB, sendo uma das possíveis soluções para reduzir esses impasses um plano de intervenções socioeconômicas e de infraestrutura básica em larga escala que pudessem transformar a renda dos grupos sociais que moram nas áreas mais pobres da cidade.

Desse modo, mesmo que nos últimos trinta anos tenham ocorrido avanços nos investimentos e melhorias espaciais na área da pesquisa, os moradores da PECB correm o risco de necessitarem de novas intervenções urbanas que promovam transformações estruturais permanentes, uma vez que o processo de produção e ocupação do Miolo ocorreu de forma segregadora, ultrapassada e comprovadamente ineficiente.

Certamente, este estudo não se esgota com a finalização dessa pesquisa. Faz-se necessário uma dedicação maior do objeto de estudo, ou seja, uma ampla articulação entre a segregação socioespacial e novos indicadores urbanos, na tentativa de elucidar outras hipóteses sobre a QVU e a dinâmica do espaço urbano periférico de Salvador. Dito isto, é preciso esperar a atualização da classificação dos dados do próximo Censo Demográfico (2020) para poder avaliar os avanços e/ou retrocessos das possíveis intervenções urbanas nas áreas do Miolo de Salvador, para poder melhor compreender as implicações socioespaciais da população mais carente desta cidade.

Diante do exposto, é essencial que novos estudos ocorram a respeito das dinâmicas e implicações na QVU dos segmentos populares dos bairros periféricos em

Salvador, a fim de melhorar o material cartográfico e descritivo acerca das tipologias socioespaciais da cidade.

REFERÊNCIAS

- AGENTE penitenciário é morto a tiros no bairro de Castelo Branco. **Jornal Correio da Bahia**, Salvador, 10 nov. 2015.
- ALMEIDA, Alberto Carlos. **A qualidade de vida no Estado do Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFF, 1997.
- ALMEIDA, Paulo Henrique. **Salvador dinâmica**: a economia soteropolitana pela ótica ocupação. Salvador: [s.n.], 1999. (Estudos do Plano Diretor).
- ALMEIDA, Rômulo Barreto. Traços da História Econômica da Bahia no último século e meio. **Planejamento**, v.5, n.4, p. 19-54, out./dez. 1977.
- ANDRADE, Adriano Bittencourt; BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. **Geografia de Salvador**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- AVANÇO de áreas verdes nas cidades. Uma árvore por habitante, a recomendação mínima da OMS para as cidades. 2016. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/futuro-das-cidades/uma-arvore-por-habitante-a-recomendacao-minima-da-oms-para-as-cidades-622ch9afm4rimh3ol1w9j8ikn>>. Acesso em: 05 mar.2017.
- AVANÇO do Conjunto Habitacional Presidente Castelo Branco. **A Tarde**, Caderno Diário, 01 fev.1971.
- O BAIRRO de Castelo Branco ganha projeto de urbanização. **A Tarde**, Caderno Diário, 13 jun.1983.
- BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. Origens da expansão periférica de Salvador. **Planejamento**, v. 2, n. 6, p. 155-172, abr./jun. 1978.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. O último dia da criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador. In: VALLADARES, Lícia do Prado (org.). **Habitação em questão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p.125-142.
- BRASIL. **Estatuto da Cidade. Dispositivo constitucional Lei nº 10.257 de 10 de Julho de 2001**. Brasília, 2004.
- BRASIL. **Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010. Política nacional de resíduos sólidos**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.
- BRITO, Cristóvão de Cássio da Trindade. A estruturação do mercado de terra urbana e habitação em Salvador-BA a partir de 1970. **Geotextos**, v. 1, n. 1, 2005.
- BRITO, Cristóvão de Cássio da Trindade. **A produção da escassez de terrenos em Salvador e suas consequências na reprodução futura do espaço urbano**. 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia – Salvador, 1997.

BULLINGER, Monika. et al. Developing and evaluating cross-cultural instruments from minimum requirements to optimal models. **Quality of Life Research**, v. 2, p. 451- 459,1993.

CAMPELLO, Antônio Carlos. **Áreas Verdes - índices que sustentam a vida**. São Paulo: Ministério Público de São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.mp.sp.gov.br/portal/pege/portal/cao_urbanismo_e_meio_ambiente_apoio_modelos_urbanismo/mod_urb AREAASVERDES_INDECEQUESUSTENTA.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço Urbano. Novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira; PEREIRA, Gilberto Corso. **As “Cidades” de Salvador**. Como anda Salvador e sua Região Metropolitana. Salvador: EDUFBA, 2008.

CARVALHO, *Inaiá* Maria Moreira; PEREIRA, Gilberto Corso. (org). **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**. Salvador: EDUFBA, 2006.

CASTELO Branco: bandido é linchado, após matar jovem em tentativa de assalto a residência. **A Tarde**, Salvador, 30 jun. 2017.

CASTELO Branco se perde em meio ao lixo. **Jornal Correio da Bahia**, Salvador, 26 nov.1996.

COELBA. Fundação Coelba de Assistência e Seguridade Social. **Grupo Neoenergia. História da Coelba em Salvador – BA**. Disponível em: <<http://servicos.coelba.com.br/coelba/Paginas/Quem%20Somos/historia.aspx>>. Acesso em: 15 out 2017.

CONDER - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA. **Atlas do Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Salvador**. Salvador: CONDER, PNUD, FJP, 2006. Disponível em: <http://www.informs.conder.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/10/5_Atlas-IDH-RMS-2006.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2017.

CONDER - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA. Mapa de Salvador. **Cadernos do LOGEPA**, v. 4, n. 1, p.39-46, 2005.

CONDER - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA. **Painel de informações**: dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro /Sistema de Informações Geográficas Urbanas do Estado da Bahia. 5. ed. Salvador, 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

CPE - COMISSÃO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO. Uma política de habitação para Salvador. **Boletim CPE**, v.5, n.5, p.5-25, 1960.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2007.

EMBASA-EMPRESA BAIANA DE ÁGUA E SANEAMENTO. [Portal]. Disponível em: <<https://www.embasa.ba.gov.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

FERNANDES, Rosali Braga; REGINA, Maria Emília. A segregação residencial em Salvador no contexto do miolo da cidade. **Cadernos do Logepa**, João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB, v. 4, n. 1, p.39-46, 2005.

FERNANDES, Rosali Braga. Processos recentes de urbanização/segregação em Salvador: o Miolo, região popular e estratégica da cidade. **Revista bibliográfica de geografia e ciências sociais**, v. 9, n. 523, jul. 2004.

FERNANDES, Rosali Braga. **Las políticas de la vivienda em la ciudad de Salvador y los procesos de urbanización popular em el caso del Cabula**. 2000. 366f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de Barcelona. Barcelona, 2000.

FJP - FUNDAÇÃO JOSE PINHEIRO. Centro de Estatísticas e Informações. **Déficit habitacional no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte, 2005.

GOOGLE MAPS. Castelo Branco. Salvador - BA 2018. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Castelo+Branco,+Salvador+BA>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

GRAFITEIROS baianos e americanos transformam em arte muro em Castelo Branco. **Jornal Correio da Bahia**, Salvador, 28 maio 2016.

HERCULANO, Selene de Souza Carvalho. A qualidade de vida e seus indicadores. In: HERCULANO, Selene de Souza Carvalho. (org.). **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói: Eduff, 2000.

HOMICÍDIOS de jovens negros em Salvador e as novas tessituras das cidades. **Jornal Correio da Bahia**, Salvador, 26 jun. 2014.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [Portal]. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/panorama>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**: 2000: características gerais da população: resultados da amostra. Rio de Janeiro, 2000.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**: resultados gerais da amostra por áreas de ponderação. Rio de Janeiro, 2010.

IPEA. **Atlas da Violência 2017**. Rio de Janeiro, jun. 2017. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017>>. Acesso em: 15 out. 2017.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LOMBARDO, Magda Adelaide. **Ilha de calor nas metrópoles**: o exemplo de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1985.

MAPA deixa clara a concentração de homicídios em bairros pobres. **Jornal Correio da Bahia**, Salvador, mar. 2012.

MARCUSE, P. Enclaves sim; guetos não: a segregação e o Estado. **Espaço & Debates**, v.24, n.45, p.24–33, 2004.

MATTEDI, Maria Raquel Mattoso. **As invasões em Salvador**: uma alternativa habitacional. 1979. 200f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 1979.

MAZZETO, Francisco de Assis Penteado. Qualidade de vida, qualidade ambiental e meio ambiente urbano: breve comparação de conceitos. **Sociedade e Natureza (Revista do Instituto de Geografia da UFU)**. Uberlândia: EDUFU, v. 12, n. 24, p. 21-31, jul./dez. 2000.

MEDO domina Castelo Branco depois de triplo e duplo homicídios. **Jornal Correio da Bahia**, Salvador, 26 mar. 2013.

MENDONÇA, Frederico Rodrigues da Costa. A estratégia de localização dos conjuntos habitacionais da URBIS em Salvador, entre 1964 e 1984. **Revista de Arquitetura e Urbanismo**, v.2, n. 2, p. 61- 83, jul.1989.

MONTE, Roberto Luís de Melo. **Do Urbanismo à política urbana**: notas sobre a experiência brasileira. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1981.

MORA, Maria Gabriela Camargo. Calidad de vida como instrumento de panificacion de los dessarollos no contrallados. In: MEMORIA DEL SEMINÁRIO LATINOAMERICANO DE CALIDAD DE VIDA 68 – 77, 3., 1996. Merida Venezuelana. **Anais [...]** Merida Venezuelana, 5-8 de novembro de 1996.

MORA, Maria Gabriela Camargo. La Calidad de Vida y capacidades humanas. **Revista Geográfica Venezuelana**, v.2, p.242 – 258, 1999.

MORADORES de Castelo Branco reclamam do abandono do bairro. **Jornal A Tarde**, Salvador, 10 maio 2008.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa. Indicadores intra-urbanos como instrumentos de gestão da qualidade de vida urbana em grandes cidades: discussão teórico-metodológica. **Planejamento público e indicadores sociais**, Curitiba, 2005.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa. **Metodologia de construção de índices e indicadores sociais como instrumento balizadores da gestão municipal da qualidade de vida urbana**: uma síntese da experiência de Belo Horizonte. Campinas: Unicamp, 2001.

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação socio-espacial: alguns conceitos e análises. **Coletâneas do nosso tempo**, Rondonópolis - MT, v. 7, n. 8, p. 129-153, 2008.

NUCCI, João Carlos. **Qualidade ambiental e adensamento urbano: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP)**. 2. ed. Curitiba: UFPR, 2008. Disponível em: <http://www.geografia.ufpr.br/laboratorios/labs/arquivos/qldade_amb_aden_urbano.pd> Acesso em: 21 jan. 2018.

NUSSBAUM, Martha Craven. **The Quality of life**. Oxford: Oxford University Press, 1993.

OLIVEIRA, Anderson G. de et al. Mapeamento de índices de cobertura vegetal dos bairros de Salvador-BA com uso de imagens do sensor RapidEye para o ano de 2009. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 16., 2013. **Anais [...]** 2013.

OLIVEIRA, Margarete Rodrigues Neves. **A produção de escassez do espaço urbano**: um estudo sobre o boom imobiliário, uso de transcons e apropriação de mais-valia fundiária urbana em Salvador-BA (1968-2008). 275 f. il. 2013. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Progress on drinking water, sanitation and hygiene**: 2017 update and SDG baselines. Disponível em: <<http://who.int/mediacentre/news/releases/2017/launch-version-report-jmp-water-sanitation-hygiene.pdf?ua=1>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório brasileiro para a habitat III. Relatório aprovado pelo Conselho das Cidades no dia 17 de setembro de 2015 e pelo Grupo de Trabalho Habitat, instituído pela Resolução Administrativa nº 29 de 2014 do Conselho das Cidades**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2015.

PAIVA, Helton Nunes; GONÇALVES, Willi Barros. **Florestas urbanas**: planejamento para melhoria da qualidade de vida. Viçosa: Aprenda Fácil, 2002.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Rio - 92**. Brasília, 1992.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento do Brasil**. Brasília, 2010.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)**. Brasília, 2010.

PORTO, Edgard. A descentralização espacial dos serviços em Salvador. **Bahia Análise & Dados**, v.6, n.4, p. 46-52, mar. 1997.

PMS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Bairros populares do Miolo da cidade de Salvador. Castelo Branco, Pau da Lima, Sete de Abril**. Salvador, 1986.

PMS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. Coordenação de Desenvolvimento Social (CDS). **Caderno de Informativo dos bairros de baixa renda – Castelo Branco**. Salvador, 1981.

PMS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Lei n. 3.525, de 11 de setembro de 1985. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano**. Salvador, 1985.

PMS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **LOUOS – Lei 9.148/2016 – Dispõe sobre o Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Salvador e dá outras providências**. Salvador, 2016.

PMS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **LOUOS - Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Salvador**. Período entre 1970-1980. Salvador, 1980.

PMS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Relatório Técnico RT14: Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Salvador**. Salvador, 2017.

PMS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. SECOM - Secretaria Especial de Comunicação Social. **Salvador passa a contar oficialmente com 163 bairros**. Salvador, 2017

PMS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. Secretaria de Planejamento. Fundação Mario Leal Ferreira. (FMLF). **Ano. 2002 – 2010**. Salvador, 2010.

PMS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente — SEDHAM Coordenadoria Central de Produção de Indicadores Urbano-Ambientais — COPI. Uso e ocupação do solo em Salvador **Cadernos da Cidade**, Salvador, v.1, n. 1, jun. 2009.

RIBEIRO, Elizabete Maise Andrade; DEBEFFE, Charles. Poder público municipal e propriedade fundiária urbana. In: BAHIA. Seplante/CPE. **Habitação e urbanismo em Salvador**. Salvador, 1979. p. 81-220.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradias nas cidades brasileiras**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Produção e consumo do espaço urbano: a problemática ambiental urbana**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SALVADOR. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente - SEDHAM Coordenadoria Central de Produção de Indicadores Urbano-Ambientais – COPI. **Cadernos da cidade**, Salvador, ano I, n. 1, jun. 2009.

SALVADOR. Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador; Secretaria de Planejamento Municipal. **Plano de Ocupação para a Área do Miolo de Salvador**. Salvador, 1985.

SALVADOR. **Lei n. 3.377, de 23 de julho de 1984. Dispõe sobre o Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo no Município da Cidade do Salvador e dá outras providências**. Salvador: SEPLAM, 1995. Texto atualizado pela Comissão – Portaria n. 004/95.

SALVADOR. Manual técnico de arborização urbana de Salvador com espécies nativas da Mata Atlântica. **SBAU**, 2017.

SALVADOR; OCEPLAN – PLANDURB. **Evolução física-urbana de Salvador**. Salvador, 1970.

SALVADOR. Órgão Central de Planejamento/ PLANDURB. **EPUCS – Uma experiência de planejamento**. Salvador, 1976. (PLANDURB. Série Estudos Informativos. n.1).

SALVADOR. Secretaria Municipal do Planejamento. **Plano de estruturação da orla marítima e sua área de influência**. Salvador, 1984.

SALVADOR. SUCOM - Superintendência de Controle e Ordenamento do Solo do Município. **Lei nº lei 8.614/14, Art. 8**. Disponível em: <<http://www.sucom.ba.gov.br/legislacoes/>>. Acesso em: 04 abr. 2017.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. Voltando a pensar em favelas por causa das periferias. In: SIMPÓSIO DE ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO - HABITACIONAL, 1978, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: PUC/ NEURB, 1978.

SANTOS, Elisabete et al. **O caminho das águas em Salvador: bacias hidrográficas, bairros e fontes**. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010.

SANTOS, Jânio Santos. **A cidade poli(multi) nucleada: a reestruturação do espaço urbano de Salvador**. 2008. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **O centro da cidade do Salvador: estudo de geografia urbana**. Salvador: Livraria Progresso, 1959.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SCHEINOWITZ, Abraham Samuel. **O macroplanejamento da aglomeração de Salvador**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, EGBA, 1998.

SEI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Mapas Temáticos sobre a cidade de Salvador**. Salvador, 2010.

SILVA, Sebastião Cerqueira Neto; SILVA, Bárbara Cristine Nentiwg. **Estudos sobre globalização, territórios e Bahia**. Salvador: UFBA, 2003.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello; CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. (org.). **Transformações metropolitanas no século XXI: Bahia, Brasil e América Latina**. 2016. Salvador: EDUFBA, 2016.

SOARES Antônio Matheus. Cidade revelada: pobreza urbana em Salvador-BA. **Geografias**, 2009.

SOUZA, Ângela Maria Gordilho. **Invasões e intervenções públicas: uma política de atribuição espacial em Salvador 1946-1989**. 1990. 315 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - IPPUR, UFRJ, Rio de Janeiro, 1990.

SOUZA, Ângela Maria Gordilho. **Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2000a.

SOUZA, Ângela Maria Gordilho. Mudanças urbanas em Salvador no final do século XX. **Bahia Análise & Dados**, Salvador – BA: SEI, v. 4, p. 53-73, 2000b.

SPÍNOLA, Noélio Dantaslé. A implantação de distritos industriais como política de fomento ao desenvolvimento regional: o caso da Bahia. **Revista de Desenvolvimento Econômico - RDE**, Salvador, ano III, n. 4, p. 27-47, jul. 2001.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GOÉS, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones Geográficas**. México: Universidad Nacional Autónoma de México Distrito Federal, n. 54, p.114-139, ago. 2004.

TANIA, M.M.K; KARRUZ, A. P. **Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias**. (org.). São Paulo: Annablume; Fapesb, 2002.

TERCEIRA etapa do conjunto habitacional castelo branco é entregue a moradores. **A Tarde**, Caderno cidades, 22 abr.1972.

UNGARETTI, Ângela Rossana. **Perspectiva socioambiental sobre a disposição de resíduos sólidos em arroios urbanos**. Um estudo na sub-Bacia Hidrográfica Mãe D'Água no Município de Viamão – RS. 2010. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2010.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Pobreza urbana e a formação dos bairros populares de Salvador na longa duração. **Geosp – espaço e tempo**, São Paulo, n. 20, p. 19 – 30, 2006.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador: transformações e permanências (1549-1999)**. Salvador: EDUFBA, 2002.

VITTE, Claudete de Castro Silva et al. Novas abordagens de desenvolvimento e sua inserção na gestão das cidades. In: TANIA, M.M.K; KARRUZ, A. P. **Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias**. (orgs.). São Paulo: Annablume; Fapesb, 2002.

WASELFSZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência 2016 homicídios por armas de fogo no Brasil**. Brasília (DF), 2016. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO); UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). Progress on drinking water, sanitation and hygiene: 2017 update and SDG baselines. Geneva, 2017.



UNIFACS

UNIVERSIDADE SALVADOR

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES®

**UNIFACS UNIVERSIDADE SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO
REGIONAL E URBANO**

ANEXO A - PESQUISA DE CAMPO - QUESTIONÁRIO



UNIFACS
UNIVERSIDADE SALVADOR
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES®

**UNIFACS UNIVERSIDADE SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO
REGIONAL E URBANO**

PESQUISA DE CAMPO - QUESTIONÁRIO

IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE

Nome: _____ **Idade:** _____ **Sexo:** _____

End: _____

Até que série estudou?

1º Grau completo Superior incompleto
 2º Grau completo Superior completo

Como define sua Cor?

Amarela Mestiça Negro
 Branca Morena

Renda média familiar: _____

Função: _____ **Residencial ()** **Comercial ()**

BLOCO - 01. CONDIÇÕES DA HABITAÇÃO

1. Esta casa é (ler as opções)

Própria Cedida
 Alugada Outro (especificar)
 Sublocada

2. Quanto tempo o Sr(a) mora nessa casa?

--	--

3. O terreno onde fica esta casa é (observar/perguntar)

Invasão NS/NR
 Terreno legalizado

4. Material de construção da habitação (observar/perguntar)
--

<input type="checkbox"/> Alvenaria com revestimento	<input type="checkbox"/> Barraco (madeira, papelão, etc)
<input type="checkbox"/> Alvenaria sem revestimento	<input type="checkbox"/> Misto (especificar)
<input type="checkbox"/> Barraco (madeira, papelão, etc)	

5. Acabamento do piso da habitação (observar)
--

<input type="checkbox"/> Telha cerâmica	<input type="checkbox"/> Cimentado
<input type="checkbox"/> Laje com telha cimento/amianto	<input type="checkbox"/> Outro (especificar)
<input type="checkbox"/> Laje sem cobertura	

6. Quantos cômodos tem essa casa? (excluir banheiro/ varanda)
--

<input type="text"/>	<input type="text"/>
----------------------	----------------------

7. De onde vem à água usada em casa? (observar/perguntar)
--

<input type="checkbox"/> Tratada (Embasa)	<input type="checkbox"/> Água de poço/fonte
<input type="checkbox"/> Gato	<input type="checkbox"/> NS/NR

BLOCO - 02. CARACTERIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO BAIRRO

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

1. Falta água na sua casa?(Apenas se responder sim, passar para a pergunta subsequente).

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

2. Com que frequência?

<input type="checkbox"/> Pelo menos uma vez por semana	<input type="checkbox"/> Nunca falta
<input type="checkbox"/> Pelo menos 1 vez a cada 15 dias	<input type="checkbox"/> Chega uma vez ao dia e vai embora
<input type="checkbox"/> Pelo menos 1 vez por mês	<input type="checkbox"/> NS/NR

3. Para onde vão os dejetos da latrina (fezes e urina)? (observar/perguntar)

<input type="checkbox"/> rede esgoto	<input type="checkbox"/> fossa séptica com lançamento para rua
<input type="checkbox"/> vala a céu aberto	<input type="checkbox"/> NS/NR
<input type="checkbox"/> fossa séptica com sumidouro	

4. Para onde vão as águas servidas de banho e pia?

<input type="checkbox"/> Rede esgoto	<input type="checkbox"/> Canal a céu aberto, riacho
<input type="checkbox"/> Rede de drenagem	<input type="checkbox"/> NS/NR

8. Observar presença de vala/canal a céu aberto próximo da habitação

Sim Não

9. Verificar pavimentação (observar)

<input type="checkbox"/> Rua e calçada pavimentada	<input type="checkbox"/> Rua e calçada não pavimentadas
<input type="checkbox"/> Somente a rua é pavimentada	<input type="checkbox"/> Caminho/escada pavimentada
<input type="checkbox"/> Somente a calçada é pavimentada	<input type="checkbox"/> Caminho/escada não pavimentados

10. Verificar se a casa é vulnerável a algum dos riscos abaixo (observar)

Situa-se próxima a encosta com risco de desabamento
 Situa-se em área alagável
 Próxima a ponto de lixo

REDE PÚBLICA DE SAÚDE

1. O Sr(a) é usuário(a) do SUS?

Sim Não

2. Qual a unidade de saúde utiliza?

3. Onde se dirige quando tem um problema de saúde?

4. Como você avalia a qualidade do serviço público de saúde?

Péssimo Ruim Regular Bom Ótimo

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

1. A iluminação pública atende aos moradores das ruas principal e secundárias do bairro? (Em caso da resposta ser não, passar para a pergunta seguinte) e observar a iluminação da área de estudo.

Sim Não

2. Cite dois problemas que o Sr(a) identifica com frequência.

2. Onde ficam?

3. Quais são os principais tipos de espaços?

<input type="checkbox"/> Praças	<input type="checkbox"/> Áreas Verdes
<input type="checkbox"/> Parques	<input type="checkbox"/> Quadras Poliesportivas
<input type="checkbox"/> Jardins	

4. Você utiliza essas áreas de lazer?
--

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

5. Quem são os responsáveis pela manutenção?

Prefeitura <input type="checkbox"/>	Estado <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Não faz manutenção	<input type="checkbox"/> NS/NR
-------------------------------------	---------------------------------	---	--------------------------------

6. Como você avalia a qualidade das áreas de lazer do bairro onde mora?
--

<input type="checkbox"/> Péssimo	<input type="checkbox"/> Ruim	<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Ótimo
----------------------------------	-------------------------------	----------------------------------	------------------------------	--------------------------------

SISTEMA DE TRANSPORTE

1. O senhor(a) utiliza o sistema de transporte público do bairro? (Apenas se responder sim, passar para a pergunta subsequente).

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

2. Quantas vezes o(a) senhor(a) utiliza por semana?
--

<input type="checkbox"/> Uma vez por semana	<input type="checkbox"/> Quatro vezes por ano
<input type="checkbox"/> Duas vezes por semana	<input type="checkbox"/> Diariamente
<input type="checkbox"/> Três vezes por semana	<input type="checkbox"/> NS/NR

3. Quais os principais problemas o(a) senhor(a) citaria do sistema de transporte público no bairro?
--

<input type="checkbox"/> Qualidade dos ônibus	<input type="checkbox"/> Falta de linhas complementares
<input type="checkbox"/> Organização do tráfego	<input type="checkbox"/> Poucos veículos ou linhas
<input type="checkbox"/> Falta de coberturas nos pontos	<input type="checkbox"/> NS/NR

20. Como você avalia a qualidade do transporte público do bairro?
--

<input type="checkbox"/> Péssimo	<input type="checkbox"/> Ruim	<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Ótimo
----------------------------------	-------------------------------	----------------------------------	------------------------------	--------------------------------

CSU (Centro Social Urbano)

1. Você conhece o CSU?

Sim Não

2. Sabe onde fica?

Sim Não

3. Faz uso do CSU?

Sim Não

4. Como você avalia a qualidade das atividades e serviços do centro social urbano do bairro?

Péssimo Ruim Regular Bom Ótimo

PREFEITURA BAIRRO

1. Você conhece a prefeitura bairro de Castelo Branco

Sim Não

2. Sabe onde fica?

Sim Não

3. Faz uso dos serviços prefeitura bairro? (Apenas se responder sim, passar para a pergunta subsequente).

Sim Não

4. Quais?

5. Como você avalia a qualidade dos serviços da prefeitura bairro de Castelo Branco?

Péssimo Ruim Regular Bom Ótimo

BLOCO - 03. TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS DO BAIRRO

1. Você acha que as mudanças ocorridas no bairro influenciaram na sua vida e de seus vizinhos? (Apenas se responder sim, passar para a pergunta subsequente).

Sim Não

2. Por favor, poderia comentar como influenciou na sua vida?

3. Cite, por favor, as três principais mudanças que você considera mais importante nos últimos anos no bairro?

5. Qual a avaliação que o Sr(a) faz sobre os impactos que essas transformações trouxeram para o bairro?

Péssimo Ruim Regular Bom Ótimo

7. Comparando o antes e depois das transformações ocorridas no bairro, você considera que?

<input type="checkbox"/> Melhorou	<input type="checkbox"/> Sem alterações
<input type="checkbox"/> Piorou	<input type="checkbox"/> NS/NR

BLOCO - 04. IMPACTOS DO COMÉRCIO E SERVIÇOS

1. Suas necessidades pessoais tais como acesso a rede bancária, supermercados, farmácias e outros, são realizadas fora ou dentro do bairro? (Apenas se responder fora do bairro, passar para a pergunta subsequente).

Fora do bairro Dentro do bairro

2. Onde? Em que local?

3. Por quê?

4. Em sua opinião, quais os benefícios desses serviços para os moradores do bairro?

BLOCO - 05. QUALIDADE DE VIDA DOS MORADORES

1. Defina qualidade de vida a partir de três elementos que considera mais importante.

2. Como você classificaria a qualidade de vida aqui no bairro?

() Péssimo () Ruim () Regular () Bom () Ótimo

3. Por quê? Quais os motivos?

4. Cite três aspectos que não pode faltar no bairro para se ter uma boa qualidade de vida.

5. Cita três palavras que melhor representam o bairro.

--